

IGREJAS/DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR



A consulta, cujo relatório estamos publicando, foi patrocinada por duas comissões do Conselho Mundial de Igrejas: Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento e Comissão de Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados.

O Conselho Mundial de Igrejas congrega trezentas Igrejas de cerca de cem países. Inclui a totalidade das Igrejas Ortodoxas, todas as Províncias Anglicanas, a vasta maioria das Igrejas Luteranas, Reformadas, Presbiteriana, Metodistas e algumas das maiores Igrejas Batistas. Conta ainda com as Igrejas Congregacionais, algumas Pentecostais, Moravianas e Velhos Católicos, o Exército de Salvação e as Igrejas Unidas de alguns países.

No Brasil fazem parte do Conselho Mundial de Igrejas a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, a Igreja Metodista, a Igreja Episcopal, a Igreja Reformada e a Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo".

Programa de Assessoria
à Pastoral Protestante
CEDI - SP

IGREJAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Consulta Latino-americana sobre a
"Participação das Igrejas em Programas e Projetos de Desenvolvimento"

Itaici, Brasil
Setembro de 1980

Biblioteca - Koinonia	
(X)	Cadastrado
(X)	Processado

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rio de Janeiro
Setembro de 1981

200
1981

**CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205 5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66 7273
01238 São Paulo, SP

Coordenador de Publicações
Paulo Cezar Loureiro Botas

Redatores
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Fotos
Lourdes Maria Grzybowski

Produtor Gráfico
Álvaro A. Ramos

Assinaturas e Expedição
Eduardo Spiller Penna

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domicio Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araujo Martins

Composição
Gráfica e Editora Prensa
Rua Comandante Vergueiro da
Cruz, 26 — Olaria — Rio de Janeiro, RJ
Tel. 280 8507

Fotolito e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Tel. 252 4610

Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

Sumário

- 4 Terra para quem nela trabalha
- 5 APRESENTAÇÃO
- 6 DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA
- 9 CARTA ÀS IGREJAS E
AOS CRISTÃOS DA AMÉRICA LATINA
- 12 CAMINHANDO COM O POVO
- 22 ESTUDOS BÍBLICOS
 - A Cidade e a Torre
- 29 A Bíblia e a Memória Histórica dos Pobres
- 36 O Homem Novo
- 40 O Evangelho Incarnado no Mundo Aimará
- 53 Chile: A Páscoa Diária,
Pegadas da Morte e Sinais de Esperança
- 58 TEMÁTICA DOS GRUPOS DE TRABALHO
- 66 RELATÓRIO DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO

TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA

Nestes últimos anos é crescente a participação de setores das Igrejas Evangélicas e Católica nos movimentos e organização popular.

"Desenvolvimento é o novo nome da Paz" proclamava Paulo VI na década de sessenta, hoje as Igrejas reconhecem que não pode haver desenvolvimento verdadeiro e eficaz sem uma participação popular efetiva. No documento que estamos publicando, o desenvolvimento é conceituado como "um processo de libertação do povo, processo que necessariamente implica uma ruptura com as atuais estruturas de opressão e dominação".

Prova disto é o ato de protesto realizado no dia 25 de julho de 1981, dia do Colono, em Encruzilhada do Natalino, Município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. As famílias acampadas estão inconformadas com a exploração nos preços agrícolas e salários, com a falta de terra para plantar e com as condições dos arrendamentos a que estão submetidas. Esta luta dos colonos sem terra evidencia um ponto nevrálgico: a concentração fundiária existente no Brasil agravada com a expansão capitalista no campo, nas últimas décadas. Somente no Rio Grande do Sul existem mais de cento e trinta mil famílias de trabalhadores rurais, agregados, meeiros, enfim, colonos sem terra.

O acampamento de Encruzilhada do Natalino é expressão de novas formas de organização e luta dos colonos do Sul. O ato de protesto reuniu cerca de vinte mil pessoas e durante o ato litúrgico o bispo de Goiás Velho, D. Tomás Balduino, declarou: "O significado deste ato de protesto não ficará restrito ao Rio Grande do Sul. Isto aqui é igual à greve do ABC paulista. O que a mobilização do ABC representou em consciência e avanço na luta dos trabalhadores urbanos, esta manifestação representa para os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários sem terra no Brasil". As Igrejas Evangélicas têm estado presentes e comprometidas com todo esse movimento de organização e luta populares.

As fotos que ilustram este Caderno são um documento vivo deste processo de organização e resistência destes colonos sem terra. Foram feitas durante o ato de protesto em Ronda Alta. A solidariedade hipotecada por setores das Igrejas Evangélicas e Católica mostra que os tempos são outros e que, mais que nunca, eles se posicionam ao lado dos mais pobres, caminhando junto à sua luta de libertação e criação de uma nova sociedade e de um novo homem.

Apresentação

A problemática do desenvolvimento e da construção de uma sociedade onde haja menos injustiças e desigualdades tem sido preocupação constante de muitas Igrejas Cristãs nos últimos anos. O imperativo dos ensinamentos do Evangelho de Cristo impulsiona irresistivelmente muitos cristãos a se envolverem na luta pela justiça nos mais diversos recantos do mundo e principalmente nos países subdesenvolvidos.

O Conselho Mundial de Igrejas respondendo ao apelo das Igrejas-membros, que representam mais de quinhentos milhões de evangélicos e ortodoxos, também tem dedicado esforços em cooperar para uma compreensão mais profunda do significado do desenvolvimento e incentivado o envolvimento efetivo e concreto dos cristãos na busca da paz e da justiça. Em sua Quinta Assembléia, realizada em Nairóbi (1975), aprovou-se a seguinte declaração: "O processo de desenvolvimento deve ser interpretado como sendo um processo de libertação, cujo fim é a justiça, o desenvolvimento autônomo e o crescimento econômico. É fundamentalmente uma luta do povo, na qual os pobres e oprimidos são e devem ser os principais agentes e os beneficiários imediatos. Visto nesta perspectiva, o dever das Igrejas e do Conselho Mundial de Igrejas é apoiar essa luta dos pobres e dos oprimidos para que possam alcançar justiça e o desenvolvimento autônomo".

Na América Latina, assim como no Brasil, muitos evangélicos e suas Igrejas têm-se comprometido para que os setores populares dos seus países possam desempenhar o papel principal que lhes cabe na construção de uma sociedade que corresponda aos seus direitos, rompendo com uma situação de injustiça que se prolonga e se acentua há tantos anos.

Nos últimos tempos essa preocupação tem-se tornado mais imperativa, e vários órgãos do Conselho colaboraram com Igrejas e grupos ecumênicos no seu envolvimento numa pastoral popular e em refletirem profundamente o significado dessa prática evangélica. Entre tantos esforços, podemos destacar o trabalho efetuado pela Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento, principalmente através do programa "Por uma Igreja solidária com os pobres" (ver Caderno do CEDI nº 4), pelo estudo e pela preocupação da Comissão de Ajuda Intereclesiástica e Auxílio a Refugiados de estabelecer critérios justos de compartilhar os recursos das Igrejas, pela Conferência de Melbourne sobre Evangelização patrocinada pela Comissão de Evangelismo e Missão Mundial (ver Tempo nº 28), além de muitos outros setores do Conselho. As Igrejas também, através de diversas formas, têm testemunhado sua opção pelos pobres e oprimidos.

Continuando esses esforços foi realizado no Brasil, em Itaici, de 20 a 26 de setembro (1980), um encontro latino-americano para discutir a temática "Igreja, Participação Popular e Desenvolvimento".

Muitas Igrejas e grupos de cristãos, representando diversos países, estiveram presentes, e, à luz do Evangelho e de análise da realidade, elaboraram-se conclusões muito importantes que estamos tendo o privilégio de editar.

Esperamos que esta publicação possa ser alvo de estudo e reflexão por parte de Igrejas, grupos ecumênicos e de todos os cristãos que estejam dispostos a responder corajosamente ao desafio que a nossa situação latino-americana está fazendo a todos aqueles que desejam uma sociedade onde os sinais do Reino de Deus se façam mais visivelmente presentes.

Desenvolvimento com Justiça

Em nossa experiência brasileira e creio que latino-americana, já contamos com quase três décadas de discussões em torno da missão da Igreja.

As transformações sociais e as crises sucessivas, enfrentadas pela sociedade, transformaram a necessidade da reformulação de postulados de nossas crenças, impregnadas que eram de uma visão ingênua e, até mesmo, conivente com os "principados e as potestades deste mundo".

Foram longas e proveitosas, e também cheias de conflitos e tensões, as discussões que nos conduziram a um questionamento de nosso pensar e de nossa ação tradicional.

Neste sentido a tradição protestante teve basicamente duas óticas:

A ótica pietista, que buscava a santificação individual. Esta visão, de um modo geral, moral e casuística, isolava os protestantes de uma perspectiva mais ampla e mais justa. Era o tempo da catalogação de pecados.

A ótica erudita, de diferentes matizes, *impediu*, em muitos sentidos, também uma participação mais ampla na luta pelos anseios de justiça e paz de maiores parcelas da população.

Estas óticas representavam muito mais interesses limitados do que transformações efetivas na vida dos homens.

Após a euforia proselitista sentiu-se que não bastava "protestantizar" a América Latina, mas transformar a sociedade, para que se estabelecesse justiça e equidade entre todos os homens.

Embora sentindo estas necessidades e também imbuídos do ardor indispensável ao cumprimento desta missão, tentamos combater nossas dificuldades de uma forma que eu diria — está ligada ao tipo de protestantismo que herdamos: *passamos longos anos tentando consertar nosso discurso teológico*. Os setores mais avançados de nossas Igrejas alteraram seus sermões, sua prédica.

Entretanto, embora imprescindível este avanço, temos que observar, hoje, *que isto não foi suficiente*. Conseguimos romper com tradições e condenar os erros do enfoque tradicional, *mas não conseguimos* descobrir a melhor maneira de fazê-lo.

Alguns de nós, mais afoitos e ansiosos em reabilitar-se de um passado de omissão, imobilismo e mesmo triunfalismo, *custou-nos perceber que a luta não se dava exclusivamente a nível do discurso teológico que tentamos modificar*. Mesmo falando da necessidade de transformações estruturais, em certo sentido nossas ações se limitaram, com poucas exceções, a modificar as formulações tradicionais através da apresentação de outras, que julgávamos mais corretas.

Ainda não havíamos compreendido que um discurso, por mais brilhante que seja, não conserta o outro.

Não é nem mesmo a lógica ou a coerência interna da apresentação formal de uma declaração que vai transformar os homens, mas sim o resultado de uma prática definida e coerente — isto sim — na busca de justiça entre os homens. Não se tratava — começamos a perceber — de levar ao mundo nossa interpretação particular da realidade, mas sim de permitir que a realidade —



As diferentes gerações padecem da mesma sina.

trágica e inaceitável — penetrasse no interior de nossas Igrejas para que pudéssemos consertar nossas ações e *conseqüentemente* nossos discursos e mesmo as nossas distorções.

O que confere maior legitimidade à *teologia da libertação* não é a clareza de suas construções e de seu embasamento e sim porque suas reformulações refletem a realidade descoberta através de uma participação efetiva na sociedade como um todo, assimilando sobretudo a perspectiva do oprimido. Este encontro da formulação teórica com a realidade é indispensável à eliminação da dicotomia Mundo-Igreja.

Há um aspecto que, cremos, está preocupando seriamente setores cristãos, sinceros, ansiosos por assimilar as nossas realidades.

É a perda de nossa identidade e de nossa contribuição espiritual específica.

Entendemos que é possível realizar esta tarefa, sem perder esta identidade que nos é tão cara. *Ao contrário, enquanto insistimos tanto em preservar nossos valores e posições, desligados dos problemas cruciais de nosso tempo é que corremos o risco de nada significar em um mundo conturbado.*

Identidade só se forma no compromisso e na ação. O isolamento e o distanciamento amedrontados e puristas levam a uma descaracterização neurótica, cômoda e covarde.

Se volvermos nossos olhos para a ação do Senhor da História veremos que uma mensagem implica em destemor e envolvimento. Ele não se isolou para conservar valores e nem a tradição. Poder-se-á mesmo dizer que não tinha maior apreço por eles.

O cumprimento de sua lei de amor implicou num mergulho na vida dos homens, sobretudo dos homens oprimidos e marginalizados, e da sociedade em geral.

Conviveu amplamente com todos e, em todos os momentos, combateu as injustiças. Denunciou os poderosos e condenou a convivência da Igreja institu-

cionalizada. Sua identidade, amplamente divulgada e admirada, se dá exatamente porque lutou, condenou abusos, foi perseguido, preso e condenado. Os objetivos propostos pelo seu ministério não o isolaram jamais de seus semelhantes.

Parece-nos, portanto, que a preservação de nossa identidade e da especificidade de nossa opção se dá justamente em função da clareza do compromisso e não do isolamento prudente. A situação da pobreza, da injustiça, da exploração cresce, e fala cada vez mais alto, na medida em que recuamos por causa de nossos pruridos conservadores.

Estamos numa reunião ecumênica e buscamos um aprendizado dentro de outras óticas. Mas convém lembrar que a concretização de uma atitude mais relevante e direta implica uma crítica mais aguda em nossas tentativas ecumênicas.

As dificuldades de aproximação entre diferentes denominações religiosas estavam relacionadas com a *tentativa de acertar discursos*. Isto se mostrou ineficaz e, para muitos, intransponível conforme demonstrado em algumas razões à agenda anotada enviada a todos os participantes.

As realizações ecumênicas mais importantes de nosso tempo foram conseguidas através daqueles grupos que encetaram uma luta concreta pelos oprimidos. Uma vez mais se confirma que uma luta maior e mais significativa diminui as diferenças superficiais entre credos e concepções.

Por outro lado cumpre observar que os grupos os quais tentaram resolver o problema apenas através de conversas e consultas, conseguiram, no máximo, realizar "casamentos ecumênicos". E isto era considerado avanço e superação de dificuldades.

Parece-nos que os tempos são outros. Hoje compreendemos que não há como fugir, ou apenas observar de forma crítica a luta pela libertação e o combate à opressão.

Enquanto discutíamos se devíamos ou não participar de lutas políticas, fomos surpreendidos como ineptos e alienados. E o que é mais grave, como colaboradores da opressão pelo distanciamento e omissão.

Qual a metodologia para definir caminhos de participação das Igrejas no desenvolvimento, este como sinônimo de justiça e mesmo de ruptura com as estruturas vigentes?

Quem sabe se ao invés de ficarmos nos perguntando, sempre, qual a maneira cristã de executar uma política, será muito mais positivo verificar como Deus está operando, através de sinais bem visíveis, apesar de vacilações das estruturas eclesiais.

Parece-nos, ainda, mais importante que requintar a análise teológica, assumir compromissos concretos em relação aos oprimidos.

E é necessário ter em mente que Cristianismo, em sua essência, não é apenas para vida do futuro ou futuro de vida.

A um povo, sofrido, maltratado e marginalizado, em cujo nome os cristãos pretendem falar, até agora têm sido apresentadas apenas as chagas de Cristo.

Este povo, todavia, anseia pelo corpo do mesmo Cristo, mas limpo e ressurrecto, em busca de uma nova sociedade, *hoje*, e não no cômodo e escapista amanhã.

Carta às Igrejas e aos Cristãos da América Latina

Graça e paz a todos vocês no Senhor Jesus Cristo!

Um grupo de cristãos de vários países da América Latina — representantes de muitas Igrejas, de grupos eclesiais e de programas de serviço, dando continuidade a um amplo processo de trabalho e de reflexão; convocados pela Comissão de Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados, e pela Comissão para a Participação das Igrejas no Desenvolvimento, do Conselho Mundial de Igrejas — nos reunimos, entre 20 e 26 de setembro (1980), em Itaici, Brasil. Ao término de nossa reunião queremos comunicar-lhes os aspectos mais importantes do trabalho realizado durante esses dias nos quais compartilhamos as nossas celebrações ao Senhor e as análises sobre as nossas tarefas.

Com muita humildade e espírito de arrependimento procuramos “ouvir o que o Espírito diz hoje às Igrejas” (Ap 2.7). Pensamos de maneira comunitária em nossa participação, como cristãos, no processo histórico, conflitivo e sofrido — contudo cheio de esperanças — que vivem nossos povos da América Latina. Fundamentados no estudo e nos ensinamentos das Sagradas Escrituras, na análise crítica da realidade de nosso Continente, e na prática de muitas comunidades cristãs, demos ênfase à urgência com que as Igrejas devem realizar a sua missão dirigida para os setores populares (operários, camponeses, indígenas, negros e outros oprimidos). É, no contexto de tal perspectiva pastoral, que somos desafiados a colaborar na construção de uma sociedade, cujo principal fundamento seja a justiça e na qual a avarícia e a cobiça dos seres humanos vá desaparecendo. Sentimos estar sendo chamados hoje a unir nossas forças aos que lutam contra estruturas e sistemas que institucionalizam a exploração do homem pelo homem e de minorias sobre maiorias. Estamos convencidos de que tal desafio é inarredável para as Igrejas e para os cristãos latino-americanos; ele próprio apela a uma tomada de consciência do fato de que dar testemunho de Jesus Cristo na América Latina de hoje é unir-se ao povo em sua caminhada de libertação e de luta pela justiça. Graças a Deus, porque algumas das realizações e compromissos assumidos por diversos setores das comunidades cristãs em nossos países já constituem sinais de esperança, de questionamento e de renovação para todos quantos constituem o povo de Deus.

A situação de pobreza, de violência e de injustiça que milhões de latino-americanos sofrem é como um clamor (Êx 3.9), o qual não pode deixar de ser ouvido por aqueles que confessam a Jesus Cristo como Senhor e Salvador, assim como também por quantos lutam pela construção de uma sociedade mais justa e participante. A tomada de consciência cada vez maior da necessidade de transformações estruturais de nossas sociedades como as resultantes manifestações de luta em todo o Continente, se constitui no evento histórico mais importante dos últimos tempos. Lado a lado com os avanços dos setores populares em seu anseio de justiça e participação social, pode-se observar a multiplicidade e diversificação de novas formas repressoras e de exploração; em quase todos os países de nosso Continente têm surgido governos autoritários que sequer hesitam na prática de incrível violência contra setores populares e que favorecem a organização de projetos econômicos beneficiadores principalmente dos segmentos ricos e dominantes.

Uma situação assim questiona programas e projetos pelos quais as Igrejas tentam participar no desenvolvimento, e as obrigam a uma revisão de conceito mesmo de desenvolvimento, o qual teve origem e continua a ser visto da perspectiva daqueles que exercem o poder. A nossa convicção é a de que o sujeito do desenvolvimento são os grupos populares; por conseguinte, tais

programas e formulações devem, necessariamente, ser concebidos a partir da ótica e da prática histórica dos pobres e dos oprimidos. As Igrejas se equivocaram repetidas vezes ao legitimarem programas que — em última análise — fortalecem os mecanismos de opressão dominantes, apesar de suas aparências humanitárias. Por isso mesmo chamamos a atenção para o fato de que, sem uma autêntica participação popular em todos os níveis de programas e projetos de participação no desenvolvimento — o que assegura a possibilidade de construir uma sociedade justa e de fato humana —, a ação das Igrejas não pode ser caracterizada como expressão evangélica. Isto corrobora uma ruptura com as estruturas vigentes de dominação: somente assim podem-se perceber os sinais da presença do Reino de Deus e de sua justiça no cerne de nosso processo histórico.

Entre as circunstâncias presentes vemos, com profundo respeito e até admiração, as múltiplas manifestações da vida religiosa do povo latino-americano, que soube e sabe expressar-se através de tais manifestações com uma renovada força e criatividade. Entendendo que as Igrejas não podem dirigir os movimentos que os nossos povos estão plasmando, sentimo-nos desafiados, no meio deste povo, a aprender a caminhar com os pobres e oprimidos da América Latina, a escutá-los e a contribuir nos seus esforços com a palavra de esperança que a mensagem evangélica nos proporciona, participando de suas lutas e pondo também nossos recursos à sua disposição. Constatamos que, assim como têm desafiado e desafiam as forças dos grupo hegemônicos, assim os movimentos que o povo está pondo em marcha se constituem em motivos de renovação e de inspiração para as Igrejas. Como cristãos experimentamos que, na construção do Reino de Deus, os pobres e os desprezados desempenham papel de protagonistas, e este fato, real na presente história da América Latina, sensibiliza a todo o povo de Deus, tanto Igrejas como Comunidades Eclesiais.

É com renovada força que sentimos o apelo de Deus à unidade; não obstante, percebemos também que esse apelo exige uma redefinição do ecumenismo na América Latina. Tomamos consciência de que o processo de unidade tem que ser examinado com amplitude, reunindo os esforços de todos para estarem juntos e lutarem por um mundo novo. Dito movimento deve ser orientado a partir dos pobres e dos oprimidos, o que obriga a ultrapassar o estreito âmbito da unidade entre as Igrejas. A opção evangélica pelos pobres e

O acampamento de Ronda Alta.



oprimidos é que passa a se constituir em fator preponderantemente criativo por meio do qual Jesus Cristo apela à unidade do gênero humano.

Para que o movimento ecumênico produza frutos duráveis, deve-se orientar para o cumprimento daquelas tarefas que se destinem a responder às necessidades dos pobres e explorados. O movimento ecumênico, entendido dessa forma, abre-se a quantos recebam a herança do Reino. O movimento ecumênico marcha, então, para um ponto no qual Deus nos convoca ao encontro com homens e mulheres, sobretudo com aqueles que sofrem injustiça, opressão e marginalização por parte dos poderosos.

Com gratidão, reconhecemos o esforço e a contribuição que o movimento ecumênico tem oferecido na América Latina, e, sentindo-nos herdeiros dessa trajetória, também acreditamos que é necessário repensar a tarefa ecumênica, especialmente à luz do novo momento histórico que atravessamos. Assim é que valorizamos as forças evangélicas que se consagram ao serviço das classes populares. Necessária nos parece a redescoberta atual e contextual do espírito da Reforma, caracterizado pelo livre exame das Sagradas Escrituras, pela defesa da liberdade de pensamento, de expressão e de organização, as quais somente podem ser vividas realmente num compromisso político com os pobres e oprimidos no meio de nossos povos. Tudo isto exige-nos uma releitura de nossas tradições. Tal releitura deve fazer-se partindo da convicção de que nossa fé e fidelidade ao Senhor Jesus Cristo deve-se manifestar claramente numa ação solidária com os pobres e oprimidos.

Queridas Igrejas, queridas irmãs e queridos irmãos:

Em meio às dificuldades da violência e da morte que tanto nos entristecem e enchem de dor, percebemos, entre todos os povos latino-americanos, os sinais de que o braço poderoso de Deus, "que derruba dos seus tronos os poderosos e eleva os humildes" (Lc 1.52), está atuando no seio de nosso povo. Sentimo-nos chamados a nos unirmos a essa ação do Senhor, ao mesmo tempo que impelidos a partilhar esta oportunidade com vocês. Trata-se, nada mais, nada menos, do que sermos co-participantes na caminhada rumo ao Reino de Deus.

Que o Espírito de Deus e o seu poder os fortaleçam. E que a paz, e a justiça de Deus alcancem a todos. É com este amor fraterno que os saudamos.



O pai, a mãe e a filha se unem na esperança de um novo dia.

Caminhando com o Povo

Na casa dos jesuítas, em Itaici, próximo ao aeroporto internacional de Viracopos (São Paulo, Brasil), teve lugar (20 a 26 de setembro, 1980) uma Consulta organizada pela Comissão de Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados (CAISMR) e pela Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID), as quais integram a Unidade **Justiça e Serviço** do Conselho Mundial de Igrejas. O tema da Consulta foi **Participação das Igrejas em Programas e Projetos de Desenvolvimento na América Latina**.

Uma consulta deste tipo é um acontecimento que não se limita ao período de duração do encontro. Pode-se dizer que é a culminância de um processo que tem, na ação das Igrejas as quais contribuem para o processo de desenvolvimento de nossos povos, as suas fases mais importantes. Embora neste texto se dê preferência à resenha dos acontecimentos que tiveram lugar durante a Consulta, contudo, nesta crônica interpretativa, desejamos dar especial atenção a todo o processo que levou a ela e destacar as experiências vividas pelos participantes em Itaici.

Durante aqueles dias, cerca de oitenta pessoas provenientes da maioria dos países latino-americanos e uns poucos participantes europeus e norte-americanos, desenvolveram um diálogo sobre as responsabilidades das Igrejas e do movimento ecumênico na América Latina. Alguns representavam Igrejas-membros do Conselho Mundial (CMI); outros, a grupos intermediários relacionados tanto com Igrejas como com agências de cooperação no desenvolvimento e com grupos de base, alguns dos quais também estavam representados em Itaici. Esta mistura na constituição do grupo participante da Consulta formou a base para uma reflexão fecunda. Não se pense, no entanto, que tal reflexão teve início em Itaici; na realidade já vinha acontecendo (como de fato ainda prosseguirá) desde algum tempo. É esse processo que desejamos expor nestas notas.

ANTECEDENTES

Mencionar a participação das Igrejas no desenvolvimento da América Latina significa levar em conta um extenso plano de elaboração. A fim de sermos mais concretos e breves, entretanto, basta recordar que a CAISMR dentro de Ajuda Intereclesiástica e Serviço Mundial, há vinte anos, apóia projetos e programas. Já a CPID, uma entidade mais recentemente criada, só começou a atuar a partir de um pouco antes da metade da década de 70 e tem dado maior ênfase a Programas de Formação de Quadros e a estudos que orientam a reflexão a respeito do verdadeiro desenvolvimento. A CPID contribuiu no despertar a consciência das Igrejas e dos cristãos em geral para o seu compromisso real com o povo e para a resultante identificação com os que são protagonistas do desenvolvimento. Sem dúvida, as Igrejas e os grupos relacionados com uma ou outra comissões enfrentam os mesmos problemas. Alguns deles podem enunciar-se assim:

- Qual é o sentido da participação das Igrejas no desenvolvimento latino-americano? orientam-se para uma transformação libertadora, apoiando as vítimas da injustiça social, ou, por outro lado, escoram os processos que mantêm o *status quo* nos países latino-americanos?
- Entendendo-se que não pode haver desenvolvimento sem libertação e participação popular — quais são os programas e projetos que favorecem tal libertação e participação?

Muitas vezes o caráter cristão da participação no desenvolvimento resulta impreciso. Têm sido reiteradas as experiências de grupos que, fazendo-se presentes no processo latino-americano — apesar de sua origem cristã — não

têm sido reconhecidos como tais. Donde a pergunta: Como tornar mais evidente o caráter eclesial da participação cristã?

Coloca-se outro problema importante quando, apesar da boa formulação ideológica e teórica dos programas e projetos de participação no desenvolvimento, os objetivos, na prática, são traídos. Neste caso se faz uma pergunta relativa a de que modo manter a coerência entre a prática das Igrejas, dos grupos intermediários e de base, e as propostas de programas e projetos que se apresentam para solicitar apoio.

Durante os últimos dez anos, as Igrejas e muitos grupos cristãos deram ênfase à realização de projetos de educação popular e de formação, seja de quadros para a participação no desenvolvimento, seja de agentes de pastoral. Como tornar mais clara a relação entre educação popular e formação de quadros e de agentes de pastoral? Como evitar o surgimento de uma nova elite?

Foi na América Latina onde se deu forma à teoria da dependência para explicar o crescimento desigual de nossos povos, assim como os limites para o desenvolvimento num ponto onde nem autonomia nem auto-suficiência têm lugar. Levando-se em conta a dependência financeira dos programas e projetos das Igrejas, muitos têm proposto de forma veemente, a necessidade de reduzir disparidades no que diz respeito a situações de dependência. Isso tem relação direta com o problema relativo a quais são os organismos de decisão na aprovação de programas e projetos, e, por conseguinte: Onde se localizam, na América Latina ou fora? quem os integra? qual é a percentagem da representação latino-americana neles? E, mais importante ainda: quais são os critérios e prioridades que aplicam para decidir por alguns em detrimento de outros? de que maneira tais critérios e prioridades se devem adaptar a nosso tempo? como avaliar séria e pertinentemente esses mesmos programas e projetos (isto é, a própria participação das Igrejas e grupos eclesiais no desenvolvimento)?

Deve-se também levar em conta que, nos últimos anos, as Igrejas desempenharam papel importante no que diz respeito a situações de emergência e de catástrofes na América Latina. Um resultado da ação das forças da natureza (inundações, terremotos, furacões etc); outras provocadas por seres humanos (violação dos direitos humanos, correntes migratórias de refugiados etc.). A resposta das Igrejas, muitas vezes, a tais situações teve como base uma alta dose de boa vontade, porém, nem sempre estavam devidamente preparadas para fazer frente a essas circunstâncias. Em tal sentido foi que a Consulta de Itaipu propôs o problema de como fazer frente a situações diferentes de emergência.

Tomando em consideração a tomada de consciência que surgiu da mesma prática das Igrejas e de grupos eclesiais latino-americanos ao participarem no desenvolvimento de seus países, pareceu oportuno, em círculos ecumênicos, convocar uma consulta para discuti-los; era oportuno poder refletir sobre estas coisas no início dos anos 80, quando se iniciava uma nova década.

PREPARAÇÃO DA CONSULTA

Uma Comissão Preparatória (1) se reuniu no México, para organizar a Consulta. Também participaram dessa primeira reunião membros do pessoal

(1) A Comissão foi integrada por: três membros latino-americanos da CAISMR (Lysâneas Maciel, Vice-moderador; Marta Palma, do Chile; e Maria Alvarado, da Guatemala); três membros latino-americanos da CPID (Israel Batista, de Cuba; Carlos Sabanes, da Argentina; e Enilson Rocha Souza, do Brasil); um representante do Comitê Ecumênico Latino-americano de Projetos (CELAP), Carlos Carrasco, do Peru; e um representante do Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI), em formação, Alfredo Lengert, da Venezuela.



A irmã solidariza-se com os colonos: mulheres em luta.

executivo do Conselho Mundial de Igrejas (2) relacionadas especialmente com programas e projetos de participação das Igrejas no desenvolvimento na América Latina.

Nessa reunião (abril de 79) se estabeleceram os objetivos da Consulta que, em resumo, pretendiam determinar as linhas da política ecumênica para a participação das Igrejas e dos grupos eclesiais no desenvolvimento latino-americano durante a década de 80. Insistiu-se de modo especial em que a Consulta deveria caracterizar-se pela ampla participação. Para tanto se traçou um plano de trabalho que consistia na elaboração de um texto de consulta (a cargo dos secretários latino-americanos do CMI), o qual deveria ser distribuído entre as Igrejas-membros do Conselho Mundial e entre os grupos eclesiais convidados a participar da Consulta, assim como entre os participantes de miniconsultas que deveriam acontecer a nível nacional. Tais miniconsultas foram previstas como instâncias que ajudariam as Igrejas e grupos correlatos a discutir esse texto de consulta (também chamado de "Agenda Anotada"), a fazer contribuições para melhorá-lo, e, mais ainda, a propor temas de discussão para a Consulta de Itaici. Foram previstas miniconsultas nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, Peru e Venezuela. A intenção era cobrir uma ampla faixa de experiências das quais participam as Igrejas e os grupos eclesiais em diferentes contextos dos países da América Latina. Para complementar tais contribuições, decidiu-se também convidar para participarem da Consulta grupos ecumênicos de trabalho reconhecido na América Latina (ASEL, CELADEC, CEL, ULAJE etc.), de experiências muito valiosas, e ainda grupos cuja ação a nível de base é apreciável. Também se decidiu convidar representantes de outras Comissões do Conselho Mundial de Igrejas, estreitamente relacionadas com a CAISMR e a CPID. Da mesma forma fez-se uma lista com quatro nomes de assessores e membros do pessoal executivo de quatro agências de cooperação para convidá-los à Consulta. O CLAI, que traz em si os germens de uma nova expressão possível na América Latina, também foi levado em conta para enviar um grupo de delegados.

(2) Gerson Meyer e Angel Peiró da CAISMR; e Júlio de Santa Ana, da CPID. Posteriormente integrou-se à Comissão Preparatória Jether Pereira Ramalho, do Brasil, como assessor.

A primeira versão da "Agenda Anotada" foi conseguida em fins de 79. Começou a ser discutida por ocasião da segunda reunião da Comissão Preparatória da Consulta (Seminário Bíblico Batista de Manágua, Nicarágua, janeiro de 1980). Fez-se nessa oportunidade uma análise a fundo da marcha dos preparativos da Consulta, e se ultimaram muitos dos aspectos que não tinham sido suficientemente examinados no México. Houve uma terceira reunião da Mesa da Comissão Preparatória em Genebra (junho de 80). Tudo, então, ficou preparado para Itaiçi. Nesse entretanto, tinham-se realizado as diversas miniconsultas com as suas contribuições, assim como as das Igrejas-membros do CMI, para melhorar o texto da "Agenda Anotada", começavam a chegar. Tudo ficou pronto em meados de agosto e foi enviado a todos os participantes da Consulta.

UM ESTILO CLARO

Como ficou mencionado acima, a Comissão Preparatória enfatizou que todo o processo da Consulta se caracterizasse por uma ampla participação. Para isso as miniconsultas tiveram muito valor, pois, a nível nacional, garantiram a participação, no processo, de grupos que não estiveram presentes em Itaiçi, salvo pela representação do delegado que haviam designado na reunião da miniconsulta. As Igrejas-membros também tiveram a mesma oportunidade e de igual modo os grupos eclesiais (intermediários e de base) convidados diretamente. Vários deles organizaram reuniões nas quais se examinou a "Agenda" e contribuíram dessarte para a formulação dela.

Dessa forma a principal característica do processo da Consulta foi a *participação*. Isto ficou evidenciado na organização do programa, na formulação da "Agenda Anotada" e, especialmente, no decorrer da reunião em Itaiçi. Com efeito, à exceção de uma Introdução, de uma exposição sobre "O que é e o que faz o CMI na América Latina?" (ambos a cargo do pessoal do Conselho), dos diversos estudos bíblicos de todas as manhãs (estes que, por sua vez, eram expressões de como hoje estudam a Bíblia as Igrejas e os grupos eclesiais — comunidades de base e outros — no contexto de sua participação no processo social latino-americano) e dos momentos de celebração litúrgica, tudo o mais da Consulta se desenvolveu com base no trabalho de grupos de discussão e dos plenários nos quais se discutiam as informações apresentadas de forma coletiva.

Os participantes, procedentes de diferentes níveis de ação das comunidades e Igrejas da América Latina contribuíram com experiências e perspectivas as mais diversas. A gama de contribuição ao processo da Consulta foi, por isso, muito ampla. Certamente, não se pode dizer que a Consulta tenha tido um caráter restrito. Todos os participantes, de uma ou de outra forma, pertenciam a quadros de Igrejas com experiência ecumênica. Fizeram contribuições que se completavam umas às outras: os bolivianos dando ênfase ao trabalho com grupos indígenas; os brasileiros destacando o caminho percorrido pelas Comunidades Eclesiais de Base; os centro-americanos com o testemunho da presença ímpar das Igrejas no convulso processo histórico que atinge os seus povos; os porto-riquenses insistindo na solidariedade necessária de toda a América Latina para com a luta pela independência de sua Ilha; os representantes de países onde os direitos humanos são violados trouxeram o testemunho de Igrejas que optam pelos oprimidos, procurando assisti-los na medida de suas possibilidades; os nicaraguenses trazendo uma visão de esperança e de libertação. O importante foi que todas essas perspectivas e vivências, unidas a outras, se entrelaçaram numa reflexão comum, num diálogo enriquecedor, apoiando-se umas nas outras. Foi, diga-se de uma vez, uma verdadeira reunião ecumênica. Este é um ecumenismo que toma forma a partir da solidariedade das Igrejas e dos grupos eclesiais com os pobres e os oprimidos.

ENCONTRO E ACONTECIMENTO

O simples fato de que a reunião foi em Itaici já é símbolo do que se viveu naquele lugar. Na planície paulista, em meio a culturas de café e próximos de diferentes pólos de crescimento industrial, está a Vila Kotska, casa dos jesuítas e antigo seminário. O estilo colonial é sinal da presença cristã naquelas terras. É nesse Centro onde se vem reunindo, nos últimos anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que tem tomado posições de suma importância para as Igrejas não somente do Brasil, mas de toda a América Latina. Reunindo-se na Vila Kotska, o CMI testemunha seu apreço pela grande contribuição da Igreja Católica do Brasil à comunidade cristã mundial nos últimos anos. É um fato realmente significativo que evangélicos e católicos, protestantes de Igrejas tradicionais da Reforma e pentecostais tenham estado juntos para orar, celebrar e estudar pautas de uma ação comum.

Esse respeito pela Igreja Católica por parte do movimento ecumênico se traduziu também no fato de que várias organizações católicas foram convidadas especialmente para participarem da reunião. Destaque-se que a resposta foi positiva. Levando em conta somente isto já Itaici teve um profundo valor de encontro. Porém o encontro também se deu entre crentes de diversas partes da América Latina, como assinalávamos: crentes da América Central com os do Cone Sul e Brasil; os da cordilheira andina com os do México e Caribe. Foi uma alegria contar entre os participantes com um representante da Conferência de Igrejas do Caribe, vindo do Haiti, residente no momento em Barbados. O encontro se concretizou num entrelaçamento de pessoas e grupos, no constante intercâmbio de experiências, num maior conhecimento de situações críticas. Traduziu-se numa reunião vespertina (quarta-feira, 26), quando, informalmente, compartilhamos, no grupo todo, o que estava acontecendo na América Central, em Porto Rico, na Bolívia, no Cone Sul, tendo havido espaço também para se saber do movimento ecumênico da América Latina. Anteriormente (tarde de terça, 25), tinha-se dado destaque à situação brasileira com uma exposição sobre o papel das Igrejas no processo que está vivendo o país anfitrião.

O encontro também foi um acontecimento. Tal conexão emergiu diversas vezes na reunião. A riqueza da reflexão comum esteve paralela à celebração também comum. Os estudos bíblicos não foram um "enfeite" da Consulta, um acréscimo piedoso e evangélico às discussões que se faziam. Muito pelo contrário, constituíram-se mesmo no centro da reunião. Afirmaram aquilo que Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano, tantas vezes citado na Consulta, chama "a força histórica de nossos povos".

Por isso, o acontecimento de Itaici — sem esquecer a dor dos pobres e oprimidos da América Latina, tendo presente sempre o sofrimento de tantos irmãos e irmãs, companheiros e companheiras que derramaram o seu sangue (e que ainda estão derramando) para que germinem sementes de esperança nesses países — foi também um encontro cheio de alegria. Esse tom, essa força que subsiste apesar das dores e sofrimentos, dos castigos e das frustrações, foi dada desde o início pela palavra de abertura que proferiu para os participantes o Cardeal de São Paulo, Arcebispo D. Paulo Evaristo Arns. É verdade que há muito sofrimento entre o povo, é verdade também que o que crê em Jesus Cristo não pode deixar de ouvir esse clamor, mais verdade ainda é que há um povo que não desanima nem se entrega. E é por isso que, mesmo na dor, esse povo proclama a sua alegria. Foi essa alegria que encheu de cantos e risos os corredores e salas da Vila Kotska na "Noite Latino-americana" celebrada na terça, 25. Nessa ocasião esteve presente na celebração um conjunto popular de um bairro de São Paulo; a música sertaneja, folclore brasileiro, e também a de outras partes da América Latina deram a tônica de que a esperança ainda se não apagou. Se é verdade que o fracasso de algumas ilusões nos tem machucado, também é certo que há expressões novas de esperança que nos animam. Foram elas que alimentaram o espírito dos presentes em Itaici. Para os que ali estiveram, as esperanças do povo não podem ser roubadas à grande corrente da esperança que se nutre em Jesus

Cristo e na sua obra redentora e libertadora. Como sugeriu o Cardeal Arns, no seu discurso de abertura, tal esperança não é fácil; exige conversão a Jesus Cristo e conversão ao povo, do abstrato ao concreto, do individualismo isolado à realidade comunitária. O acontecimento de Itaici foi acontecimento de amor; amor a Cristo, amor entre os participantes, amor a nossos povos sofredores. Repetindo as palavras do Bispo Arns: "Jesus Cristo não pode estar dividido nesta hora."

ÊNFASE DA CONSULTA

Nestas curtas páginas, uma crônica interpretativa apenas, não é possível resumir os pontos principais da Consulta. Pode-se apreciar toda a riqueza da reunião de Itaici nas páginas que seguem, noutros capítulos desta publicação, nos estudos bíblicos, no informe que resumiu o trabalho dos grupos sobre a análise da realidade, nos textos que trazem as contribuições dos que trabalharam em cima de aspectos específicos da participação das Igrejas no desenvolvimento. De pronto, queríamos apontar cinco ênfases maiores que, de um modo ou de outro, se evidenciaram no transcurso da reunião. Ditas cinco ênfases (quais notas importantes da polifonia ali executada) estão relacionadas com o que de eclesial há entre o povo. Quer dizer, têm a ver com um fato que progressivamente domina a vida das Igrejas latino-americanas: Igrejas que optam pelo povo, pelos pobres e oprimidos. Embora seja verdade que tal tendência ainda não dominou totalmente a vida das comunidades cristãs desses países, entretanto deve ficar claro que se manifesta com tonalidades cada vez mais acentuadas. A eclesialidade popular é aquela que toma forma na medida em que uma Igreja nasce (ou renasce) do povo.

Em primeiro lugar, parece-nos importante ressaltar a espiritualidade que predominou na Consulta. Já apontamos acima o tom que o discurso do Cardeal Arns deu à Consulta. No dia seguinte (domingo, 21), celebrou-se a Eucaristia ministrada pelo conhecido teólogo brasileiro, Rubem Alves. A mensagem esteve a cargo do Pastor Scylla Franco, missionário metodista que tem servido, no Brasil, entre grupos indígenas. Ele trouxe o seu testemunho do que significa servir ao povo mais oprimido como testemunho do amor de Cristo. Quando repartimos o pão e bebemos do mesmo cálice, todos os congregados, de diversas tradições e confissões, tínhamos consciência de que, entre nós, começara a manifestar-se um mesmo Espírito, pois estávamos unidos no mesmo batismo, na mesma fé e no mesmo e único Senhor: Jesus Cristo.

A partir de então, sempre em primeiro lugar, nos diversos instantes da reunião, e como expressão da fé que se vê nos povos latino-americanos, celebraram-se outras liturgias, cantaram-se outros hinos, conjugando, aquelas e estes, esperanças e lutas do povo por meio dos símbolos cristãos. Todos tinham a nota dominante da esperança. Eram portadores de alegria, expressões de celebração verdadeira. Era impossível não pensar o Evangelho como Boa-nova para os pobres!

Em segundo lugar, algo que dissemos de passagem: a importância central dos estudos bíblicos no desenrolar do encontro de Itaici. Quando se planejou a Consulta (Comissão Preparatória, México), se havia assinalado a necessidade de que grupos diferentes do Continente que, nas suas lutas diárias têm na leitura da Bíblia e no estudo dela o alimento que lhes dá força para o engajamento diário no processo histórico da América Latina, dessem a sua contribuição em Itaici. Foi então que se pensou em cinco situações-chaves, nas quais se sente a importância da Bíblia, mas, cujos componentes são extremamente diversos uns dos outros. Daí o se ter pedido aos delegados da Bolívia, do Brasil, de Cuba, do Chile e da Nicarágua que assumissem essa responsabilidade de compartilharem, com os participantes, estudos bíblicos semelhantes aos que se fazem nas respectivas comunidades. Infelizmente os representantes das Igrejas cubanas não puderam participar da reunião, porque não se lhes concedeu visto para chegarem a tempo. Solicitou-se então ao Departamento Ecumênico de Pesquisas (DEI) de Costa Rica para que

assumisse, no final da Consulta, a responsabilidade de expor as linhas principais dessa hermenêutica, dessa interpretação que se faz da Palavra de Deus, a partir da fé, no contexto das lutas populares.

No centro desta publicação se expõem as grandes linhas dos estudos bíblicos. Sem dúvida, é quase impossível transmitir o grau de emoção que se ia apossando dos participantes em Itaici, à medida em que o estudo das Sagradas Escrituras punha em evidência, por um lado a atualidade delas para o nosso momento latino-americano e, por outro, o apoio que essa mesma mensagem tem dado aos povos sofredores, nutrindo as suas esperanças, dando-lhes "asas como de águias" para prosseguirem lutando e ansiando pela libertação que o Evangelho promete. Houve momentos em que muitos irmãos e irmãs tinham os olhos úmidos de lágrimas de emoção ao escutarem como a Bíblia chega aos Aimarás, como ajuda os camponeses do Brasil, como sustenta os chilenos nas horas de perseguição e sofrimento, como acompanhou e acompanha os nicaraguenses na sua caminhada para uma nova sociedade, e como — graças a Deus! — os pobres chegam a entender a Bíblia como um livro que lhes pertence; que é deles, e que, por tanto, não se lhes deve tirar. Esses foram os momentos que uniram os participantes de maneira clara e inequívoca. Por isso, o encontro de Itaici, embora tenha discutido a participação no desenvolvimento, foi de grande conteúdo espiritual. Isso acontece sempre quando a Bíblia acompanha decisivamente o povo no seu caminhar através da história. Foi assim o testemunho de Israel e da melhor tradição da Igreja. É um privilégio e uma alegria ainda maior viver tal experiência em nosso tempo.

Em terceiro lugar, a outra ênfase da Consulta foi a referência constante a uma prática engajada. Ela mesma é resultado da renovação que têm experimentado, ultimamente, as Igrejas da América Latina. Primeiramente a Igreja Católica Romana, que após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, começou a trabalhar nos termos de uma pastoral popular, o que levou à "opção preferencial pelos pobres" na Conferência Episcopal de Puebla. Por seu lado, as Igrejas Evangélicas estão participando na luta pelos direitos humanos, o que as tem levado a posições convergentes com a Igreja Católica em muitos países da América Latina. Não é de estranhar, pois, que tudo isso se refletisse na composição do grupo de Itaici. Como base numa prática comprometida que reflete uma clara opção pelos setores populares da América Latina, pelos pobres e oprimidos desses países, a reflexão tinha que ser necessariamente muito desafiadora. A referência aos indígenas se fez presente de modo constante: os bolivianos salientaram aqui e ali a atenção de todos para a situação dos Aimarás e Quíchuas. Os brasileiros, fundamentados na rica experiência das Comunidades Eclesiais de Base, trouxeram as reivindicações dos operários e camponeses de sua terra. Os centro-americanos foram a voz daqueles que estão suportando uma repressão selvagem, prosseguindo dessa forma na linha que se encarnou em Monsenhor Romero, o bispo mártir de El Salvador. Veio do Caribe a reivindicação dos negros. Deve ficar, contudo, claro, que a fidelidade a esta prática supõe não se ir além do que ela permite em cada momento histórico. Isto é, reconhecendo todo o seu valor, toda a sua riqueza, é necessário também destacar que, graças a essa prática, os grupos populares latino-americanos (entre eles os cristãos e as suas Comunidades Eclesiais) estão traçando, ainda que de maneira imprecisa, um caminho que lhes permitirá vencer o jugo da opressão e da pobreza. Isto também se refletiu no andar da reunião de Itaici. Uma tal prática comprometida, apesar de não ter forjado uma teoria precisa para ir abrindo caminho, é, sem dúvida fonte de esperança e desafio. E isso se evidenciou certamente nos dias que passamos juntos na Casa dos Jesuítas.

Em quarto lugar — consequência do terceiro — a outra ênfase do encontro foi a seriedade e o rigor com que se levou a cabo a análise crítica da realidade latino-americana. Para tanto, o estudo da "Agenda Anotada" cumpriu a função de precipitar um diagnóstico da situação pela qual passam os povos da América Latina. Partindo do ponto de vista econômico é impossível negar o crescimento da região, muitas vezes surpreendente conforme os países. Porém, simultaneamente, é importante assinalar que se trata de um crescimento

desigual: riqueza e bem-estar para uma minoria apenas, enquanto que a grande maioria continua sofrendo carência e penúria secular. O fato cria, inevitavelmente, uma situação de conflito que se manifesta de maneiras diversas no momento que vivem os latino-americanos. A tomada de consciência de tal injustiça pelos grupos populares, se manifesta de maneira cada vez mais evidente. Isso os impele a uma luta pela transformação de estruturas sociais, econômicas e políticas com as quais estão organizadas as diferentes sociedades nacionais. Mas, ao mesmo tempo, esse movimento se contrapõe aos projetos dos grupos dominantes, os quais mantêm sua aspiração de acúmulo de riqueza, de acordo com a maneira de administrar o poder de que dispõem. Daí a resposta que estão oferecendo e que descobriram: um autoritarismo baseado no exercício da repressão e da violência, levando-os a violações constantes dos direitos humanos.



As crianças no meio do acampamento passam os dias em brincadeiras.

Esta análise torna-se profundamente necessária para entender o marco em que têm lugar os diversos programas e projetos das Igrejas para a participação no desenvolvimento latino-americano. Porque, afinal, a questão que se coloca é a de saber se os esforços das Igrejas e dos grupos eclesiais são de fato coerentes com a opção que fazem pelos setores populares. A mesma análise também permitiu compreender que, — ao serem fiéis à referida opção — inevitavelmente os cristãos e as Igrejas deverão fazer frente a situações difíceis, resultantes da solidariedade com os que sofrem. Já existem tentativas para dividir a opinião pública das Igrejas as quais possivelmente se hão de acentuar nos próximos tempos. Há também ataques organizados contra Igrejas que somente pretendem ser fiéis às exigências do próprio Evangelho, o qual promete aos pobres o Reino e a sua justiça. Diante destas constatações que se fazem na análise da realidade latino-americana, os vários grupos que discutiram questões programáticas e táticas, formularam propostas e recomendações diversas que estão recolhidas neste volume para a consideração e o estudo por parte das Igrejas e Comunidades Cristãs, com vistas à sua aceitação e conseqüente ação.

Por último — e a lista poderia ser ainda mais ampla —, outra ênfase da reunião de Itaici foi uma nova definição daquilo que significa o movimento ecumênico no momento que estão vivendo os povos e as Igrejas da América Latina. A experiência do período que antecedeu o encontro de Itaici permitiu

às comunidades da América Latina chegar a compreender que, muitas vezes, a ação em prol da justiça e libertação, o serviço aos pobres e marginalizados criava um espaço propício à unidade dos crentes. Encontraram-se estes, muitas vezes, juntos sem distinção de denominação, na luta diária dos grupos de base, das Comunidades Eclesiais. Descobriram que eram irmãos e irmãs, companheiros e companheiras apesar de pertencerem a denominações cristãs diferentes. Tem crescido entre eles a prática da celebração ecumênica da Eucaristia. E quando se tenta explicar tal situação, se diz que é um ecumenismo nas bases, uma unidade que se realiza no contexto das lutas do povo e a partir das esperanças do povo, as quais nada mais são do que as que se concentram na expectativa do povo de Deus. Partindo da compreensão deste sentido, chegou-se a afirmar que "os pobres nos evangelizam". Em Itaici se proclamou que o povo, os pobres e oprimidos promovem a nossa união. Esse povo que, segundo assinalamos, esteve permanentemente presente nas reflexões de Itaici, e, particularmente, por meio de verdadeiros quadros de dirigentes de seus movimentos, levou aqueles que participaram da Consulta a que experimentassem em profundidade a riqueza do movimento pela unidade dos cristãos. É como se, na América Latina, no alvorecer dos anos 80, o apelo a estarmos unidos com Cristo e em Cristo, se torna atual pela mediação dos desafios que os pobres propõem às Igrejas.

PROPOSTAS CLARAS

Outras reuniões ecumênicas, no passado, caracterizaram-se por uma grande riqueza teórica. Nesta oportunidade, e, apesar do rigor da reflexão e análise, uma das maiores contribuições de Itaici consistiu nas propostas e recomendações que os grupos de estudo fizeram às Igrejas e às Comunidades Eclesiais. Com efeito, logo após uma primeira reflexão e análise da realidade, feita em grupos e resumida em plenário, se passou a uma segunda etapa de discussão sobre aspectos precisos que se colocam na participação das Igrejas no desenvolvimento da América Latina. Os documentos que resultaram de tal discussão foram apresentados ao plenário, o que permitiu enriquecê-los. Estão neste trabalho e são agora submetidos à consideração e ao estudo das Igrejas e Comunidades Eclesiais.

Sem repetir o que neles se apresenta, convém dizer que os trabalhos desses grupos de estudo e discussão possibilitaram formular particularidades sobre aspectos importantes da realidade latino-americana e da presença das Igrejas nela: destaca-se, por exemplo, a importância do caráter eclesial da participação cristã no desenvolvimento. Significa que não se trata, para as Igrejas, de atuarem como agência secular, senão que, no momento em que se contribui para o processo de um desenvolvimento libertador, sem deixar de lado as exigências técnicas e científicas que tal participação coloca, sempre se mantenha explícito o caráter da comunidade que confessa a Jesus Cristo. Inevitavelmente, isto significa a necessidade de tomar consciência da tensão existente entre a participação cristã e os projetos políticos no meio dos quais se dá essa participação. Como atuar de uma forma encarnada, sem se deixar manipular.

Outros problemas sobre os quais os grupos fizeram propostas foram os que dizem respeito a quais processos, mecanismos e organismos de decisão servem para garantir uma prática de participação popular quando se façam opções a favor de programas e projetos que devam ser apoiados pelo movimento ecumênico. O problema da avaliação dos projetos e dos programas pelos quais as Igrejas e as comunidades cristãs participam no desenvolvimento latino-americano está relacionado com este aspecto.

Ao mesmo tempo, embora noutro nível da prática sobre que se refletiu em Itaici, fizeram-se recomendações para que os processos de formação de quadros e de agentes de pastoral estivessem estreitamente relacionados com programas de educação popular. Isto significa propostas que possam criar condições para a formação de responsáveis encarregados da ação a partir de uma prática pela qual o povo vá adquirindo consciência de si para si. O

desafio apresentado pela exigência de satisfazer as necessidades básicas dos setores menos favorecidos foi analisado em profundidade e se propuseram vias de ação às Igrejas para que elas atuem solidárias com aqueles que, por não terem as suas necessidades básicas atendidas, ficam sem direito à vida. Também se considerou a questão de como atuar em situações de calamidade natural ou social, tendo-se proposto linhas orientadoras de ação e mecanismos hábeis a facilitarem um serviço ecumênico em tais circunstâncias.

UM CAMINHO A PERCORRER

Como apresentamos no início, a reunião de Itaici é um momento, um acontecimento privilegiado no desenrolar de todo um processo de consulta. Na prática do Conselho Mundial de Igrejas se tem a convicção de que o estado de consulta e de diálogo é permanente entre as comunidades cristãs e as Igrejas. É possível por isso, dizer que, após a reunião de Itaici, o processo não terminou. Deve prosseguir a prática da reflexão comum, da discussão esclarecedora dos problemas, do diálogo que procura descobrir a verdade. Isto subentende um esforço renovado, em todos os níveis do movimento ecumênico na América Latina. Nesse sentido, cabe aos movimentos ecumênicos que têm desenvolvido em seus países sua ação em colaboração com o Conselho Mundial de Igrejas, uma responsabilidade específica: que eles organizem um diálogo construtivo e frutífero sobre os resultados de Itaici junto com as Igrejas-membros e com os diversos grupos de base. De um lado, para complementá-los com novas perspectivas; de outro, para descobrir possíveis falhas e consertá-las. E, ainda mais, se este for o caso, para corrigir o que deva ser corrigido.

De fato, apesar de toda a riqueza do Encontro, todos os participantes temos consciência de que se trata de humilde contribuição à causa dos que marcham para o Reino de Deus na América Latina. Por ser modesta, é também limitada. Trata-se de uma contribuição que, por um lado, procura continuar o que outros anteriormente fizeram (nesse sentido, Itaici deve ser entendido no contexto da tradição ecumênica latino-americana, na qual as suas diferentes expressões sempre procuraram ser fiéis ao desafio que o Reino de Deus provoca); por outro, é uma contribuição também, a qual, necessariamente, tem que ser completada e superada, assim o exige a marcha do processo mesmo latino-americano. São as Igrejas, os grupos eclesiais (intermediários ou de base) os quais precisam participar desta nova fase do processo.

Isso tudo demanda uma prática do diálogo e da discussão. Há, contudo, questões que pedem esclarecimento mais adequado. Entre elas, por exemplo, se acha a do futuro do próprio movimento ecumênico na América Latina. A reunião de Itaici não foi o acontecimento mais apropriado para estudar tal assunto; sem dúvida ele veio à baila em diversas oportunidades. Outro assunto que também merece ser esclarecido e aprofundado é o da relação entre evangelização (testemunho do Reino de Deus) e desenvolvimento. Donde a tarefa que se espera ser maior ainda do que a realizada. As Igrejas e comunidades eclesiais estão desafiadas a prosseguir-las. Os materiais que se incluem nesta publicação, produzidos em Itaici, são um passo avante nesse diálogo e, embora modestos, proporcionam também uma firme base a fim de continuar progredindo nessa direção. Com esse espírito, nós os partilhamos com as Igrejas e as comunidades cristãs na esperança de que sirvam a estabelecer um diálogo franco (o de Itaici o foi), que é, seguramente, um dom de Deus que possibilita ao movimento ecumênico avançar no caminho para a unidade a que nos convida Jesus Cristo.

Estudos Bíblicos

Rev. Milton Schwantes

A CIDADE E A TORRE

Um estudo bíblico sobre Gênesis (11.1-9)*

I

Esta Consulta busca localizar a atuação das Igrejas em nossos povos, espoliados e historicamente dependentes. Neste estudo auscultamos a orientação bíblica. Como texto modelo escolhi Gênesis (11.1-9).

O trecho é uma dessas histórias que veio a fazer parte do patrimônio cultural da humanidade. Aliás, ela não só veio a ser, mas, desde o início certamente foi um texto universal. Pois, hoje sabemos que seu conteúdo está presente nos mais diferentes povos, em especial também nos povos que ainda não conheciam a escrita. Mas, no ambiente em que vivemos, ela certamente nos foi mediada pela tradição e pelo texto bíblico. No "culto infantil" muitos hão de ter tomado o primeiro contato com esta história. Parece até que ela nos acompanha desde o berço.

É deveras conhecida. Mas seu conteúdo também é deveras fixo. Todos havemos de ter uma idéia de seu significado. Nela a torre é central e simboliza o egoísmo. Em nossa piedade pessoal a torre, no geral, é o titanismo humano. É o anseio humano de ser divino! Assim sendo está em voga entre nós que da torre se faça o ápice da estória, e do orgulho egoísta dos homens seu núcleo significativo.

Mas, esta interpretação, tão enraizada em nossa piedade, não existe por acaso. Ela também é devidamente alimentada pelo linguajar eclesiástico. Estamos em condições de atestá-lo, pois é um dos textos previstos para o sermão dominical. É indicado para "exaudi", o domingo antes de Pentecostes. Assim sendo existe farto material, tanto em auxílios para as pregações quanto em sermões. Lendo-os verifiquei que neles, basicamente, se afirma que, no capítulo onze de Gênesis, os homens querem destronar, atacar e superar a Deus, construindo um monumento para a própria vanglória, egoísmo, ufanismo, titanismo. Ora, justamente assim nossa piedade pessoal entende a passagem em questão. Assim sendo há uma coincidência e, por certo, uma mútua influência entre o sermão eclesiástico e a piedade pessoal. A questão que agora se coloca é saber se a pesquisa crítica e científica da Escritura rompe tal reciprocidade. A pesquisa consegue romper este círculo do discurso religioso, em que a idéia eclesiástica e a idéia pessoal mutuamente se apóiam, confirmam e eternizam? Para obter uma resposta tratei de consultar os estudiosos e exegetas.

E qual não foi minha surpresa! Pois, tive que constatar que na pesquisa especializada, detalhada e científica se chega a conclusões idênticas às de cima, quando são sintetizados os conteúdos essenciais de nossa estória. Verifiquei que, sempre de novo, se faz da torre o ápice, e do titanismo pecaminoso o significado básico do texto. As construções significariam: autoglorificação e autonomia egoísta, obras com as quais os homens querem alcançar o céu, enfim monumentos do titanismo humano.

Feitas estas observações impõem-se algumas primeiras deduções e suspeitas. Ora, procurei saber do sentido que é dado ao texto. Para desincumbir-me dessa tarefa auscultei três níveis mui diferentes. Caracterizei o sentido que, no

* Com maiores detalhes exegeticos o presente estudo está sendo publicado na revista Estudos Teológicos, Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, São Leopoldo, 1981.

geral, nossa piedade atribui a esta estória. Resumi a intenção que lhe é consignada nos sermões. Citei o significado que lhe é dado na pesquisa exegética especializada. E qual não vem a ser a minha surpresa ao verificar que, apesar de se tratar de três níveis muito diferentes, o resultado praticamente sempre é o mesmo, ou seja: a torre de Babel é um monumento religioso que revela a pecaminosidade da vanglória titânica dos homens. Parece-me deveras inquietante que ao ser formulado o sentido presente de nossa estória se afirme exatamente o que sempre foi afirmado, se conclui dizendo o que sempre se disse. Esta inquietação é um dos motivos que me conduziu a este estudo bíblico, no qual tenciono ler este trecho conscientemente no meio da dependência e espoliação impostos aos povos latino-americanos.

Outro impulso decisivo para uma redescoberta dessa estória provém de uma situação específica de minha vida. Durante a estiagem na região Sul (1977/78), a falta de água tornou-se naturalmente o foco aglutinador do trabalho pastoral. Achei admirável como os agricultores do oeste catarinense, naquela difícil situação para sua roça, seus animais e sua casa, não só interpretavam a seca em relação a si, mas a partir dela analisavam seu contexto social, em especial a questão agrária. A estiagem era para eles um sinal contra o latifúndio; pois, uma pequena unidade de produção visivelmente resistia bem melhor à falta de água do que as grandes empresas agrícolas. Estes agricultores afirmavam com extrema nitidez que o latifúndio, "o grande" como dizem, não sobrevive. Nessa situação a passagem de Gênesis passou a ser lida e compreendida com novas ênfases: "Nosso Deus pôs fim àquelas construções, porque as coisas grandes não resistem; a gente está vendo na seca!" Aparentemente não é suficiente dizer que tal texto fale do egoísmo titânico da espécie humana!

II

1 E toda terra tinha uma só língua e um só idioma.

2 E aconteceu que, ao partirem do oriente, encontraram uma planície na terra de Sinear. Pousaram ali.

3 E disseram uns aos outros: "Vamos! Preparemos tijolos e passemos-los pelo fogo!" E o tijolo lhes servia de pedra e o betume lhes servia de argamassa.

4 E disseram: "Vamos! Construamos para nós uma cidade e um forte! E seu tope nos (ou: até os) céus! E façamos-nos um nome, para que não nos dispersemos sobre a superfície de toda terra!"

5 Então desceu Javé (o Senhor) para ver a cidade e o forte que os homens construam.

6 E disse Javé: "Eis! O povo é um! Todos eles têm uma só língua! Este é o começo de seu fazer! E daqui para a frente nada do que planejarem fazer lhes será impossível.

7 Vamos, desçamos e confundamos ali sua língua, para que um não compreenda a língua do outro!"

8 E Javé os dispersou dali sobre a superfície de toda terra. E pararam de construir a cidade.

9 Por isso se chama seu nome de Babel, pois ali Javé confundiu a língua de toda terra e dali Javé os dispersou sobre a superfície de toda a terra.



O dia-a-dia é reconstruído a cada nova hora.

A disposição dessa estória ou narração é simples e transparente, permitindo deduções decisivas para sua compreensão. Distinguem-se, de imediato, duas partes: vv.(1)2-4 e vv.5-8(9). Na primeira atuam pessoas. Na segunda age Deus. Na primeira pessoas constroem, na segunda Deus desfaz. Uma começa

na terra. Outra nos céus. Uma evidencia a “culpa”. Outra apresenta o “castigo”. Entre as duas partes há uma evidente correspondência.

Igualmente fácil é observar que o todo da estória tem uma moldura: v.1 corresponde ao v.9, i.e., no início há uma só língua, no fim há a pluralidade, a confusão de línguas. A questão inicial é também a questão final. Qual é a importância que devemos atribuir a esta moldura? Nossa estória deve ou não deve ser entendida a partir dessa moldura?

A parte final da moldura (v. 9) conecta a confusão de línguas e a dispersão dos povos, a Babel. Mas, já antes da conexão com Babel nossa estória está essencialmente concluída: as construções estão paralisadas e as pessoas dispersas, quando Babel é mencionada. Portanto, ao nome Babel não devemos dar muita importância.

A parte inicial da moldura (v. 1) corresponde à parte final, à conclusão do título. Enquanto o v. 9 progredia aplicando a estória a um lugar, o v. 1 regride a uma situação que transcende ao que no presente podemos verificar. Sim, o v. 1 não fala de uma experiência, mas formula uma hipótese. Por isso não devemos dar importância muito grande a esta parte inicial da moldura.

Observando, pois, a composição de nossa estória, deduzo duas partes bem paralelas (vv.2-4 e vv.5-8) devidamente emolduradas (v.1 e v.9) e afirmo que o título e a conclusão, aquela hipótese e aquela aplicação, não servem de chave para abrir este texto. Para compreendê-lo não basta olhar para a moldura, mas se faz necessário atentar para o que é central. Mas, antes de fazê-lo, devemos cientificar-nos de que em nossa estória confluem diversas temáticas e tradições, — e de que, em outros povos, existem estórias semelhantes à nossa.

Um tema especialmente destacado é o da confusão de línguas. Ele não só se encontra nos vv. 1 e 9, i.e., na moldura, mas está marcadamente presente no próprio desenrolar da estória (cf. vv.6-7). Essa temática tão saliente é freqüente também em outros povos. Muitos textos do Antigo Oriente o comprovam, quando contam que, nos tempos áureos que existiram no início e que hão de vir, havia (e haverá) uma só língua.

Outro assunto marcante nesta passagem é o da dispersão dos povos. Dele se fala especialmente nos vv.4,8,9. Também este assunto aparece nas tradições

O lanche improvisado.
Tudo é dividido entre eles.



de outros povos. Em geral, como aliás também ocorre noutra lugar, a dispersão dos povos está ligada às narrações do dilúvio (Gn 6 a 9).

Além de constatar estas duas temáticas, é necessário verificar também que nossa estória, em determinada fase de sua fixação, inegavelmente foi perpassada por motivos babilônicos: — (1) A multiplicidade de línguas e a dispersão dos povos foi deduzida de Babel. Esta cidade babilônica é responsabilizada pela confusão. — (2) Conforme o v.2, os grupos migrantes, vindos do Oriente, pararam na “terra de Sinear”. Sinear compreende a parte sul da planície dos rios Eufrates e Tigre. É, pois, a designação para o território da Babilônia. — (3) Em textos babilônicos se lê com frequência que as torres/zicurates daquela região chegam ao céu. — Portanto, nossa estória de fato alude a motivos, sim a localidades babilônicas.

Cientes de que no capítulo onze confluem diversas temáticas, temáticas estas conhecidas também em outros povos — o que é comum nos textos de Gênesis, capítulos 1 a 11 — podemos retornar a perguntar pelo que é fundamental. O que está no centro do nosso texto?

As construções são o foco aglutinador da estória! Nelas a dispersão dos povos e a diversidade de línguas tem sua origem. Não se trata primordialmente da construção de uma torre, como muitos pensam, mas da de uma cidade. Ora, a cidade é mencionada antes da assim chamada torre (v.4,6). Sim, a intervenção divina paralisa exclusivamente a edificação da cidade (v.8!). Portanto, em jogo está a cidade, não a torre!

A torre é uma parte da cidade. Mas, que parte? A maioria pensa que se trata de um tipo de templo, de uma “zicurate”. Estas “zicurates” eram altas torres que os babilônicos costumavam construir junto a seus templos. Mas, se nossa torre fosse uma tal “zicurate”, não deveria ser mencionado o templo ao lado da torre, já que ambos eram conjugados nos arraiais sagrados da Babilônia? E se assim fosse, por que os autores hebraicos teriam optado por um vocábulo tão claro como “migdal”? Pois, este vocábulo hebraico “migdal” — que costumamos traduzir por torre — em parte alguma do Antigo Testamento significa uma construção sacral, mas sempre é um setor especialmente fortificado, militarizado e seguro numa cidade (forte, acrópolis, burgo, cidadela, palácio) ou no muro da cidade (torre do muro, guarita) ou uma guarnição fortificada isolada (burgo). Para evidenciá-lo basta conferir alguns textos vétero-testamentários (Jz 8.9,17; 9.46s,49,51s; Mq 4.8; Sl 48.13; 61.4; 2 Rs 9.17). Nestas e em tantas outras passagens “migdal”, torre, sempre é uma fortificação. Já que no Antigo Testamento “midgal” torre, nunca tem características sacrais mas sempre militares, urge que também entendamos o “migdal” deste trecho como sendo uma tal fortaleza. Esta significação é perfeitamente viável em nossa estória: foi construída uma cidade, i.e. um centro de poder político e econômico, na qual estava incluído um burgo, i.e. uma central para a defesa e o domínio militar. O “migdal” é, pois, a central militar que se eleva por sobre a cidade! Sim, ela quer chegar aos céus. Esta fortificação é algo colossal e monstruoso. É uma superfortaleza! (Em Dt 1.28; 9.1 é dito que os cananeus tinham tais fortificações colossais.)

Constatei, pois, que em nossa estória a cidade — este centro econômico e político — é mais vital que a torre e que esta torre é uma fortificação militar. De onde provém essa crítica à cidade e ao militarismo? O povo de Deus aprendeu-a em sua própria história! Pois, o Antigo Testamento fala uma linguagem claríssima: a cidade e a organização militar sediada nas cidadelas citadinas continuamente representam um problema vital para o povo de Deus. Cidade e exército são constantemente questionados. As cidades oprimem Abraão (Gn 12.10ss; 20.1ss; 26.1ss), os israelitas no Egito (Êx 1 e 5) e na Palestina (Jz 1.16ss; 4s). A cidade e seu militarismo são arrasados pelos profetas (cf. por exemplo Am 1-2 e Is 7).

Nesse ambiente conflitivo contra a cidade e seus burgos está assentada nossa estória. Nela está concentrada a experiência secular contra o poderio citadino e seus centros de mando. Por conseguinte não estamos diante de alguma

construção literária mas da experiência vivida, sofrida e organizada do povo de Deus. Nossa estória é um documento da luta sofrida! Uma vez percebida esta realidade inerente ao texto em questão, se aguçam nossos olhos para muitos de seus detalhes que, na medida em que são percebidos, ampliam e aprofundam a interpretação que se começa a esboçar.

É muito significativo que cidade e burgo objetivem preservar o nome ("e nos façamos um nome" v.4). Esta preservação do nome se dá originalmente na organização familiar através dos descendentes. Na organização estatal ela ocorre através de obras, feitos, construções. Este é o caso em nossa estória. Ou seja, por detrás de nosso texto está a experiência com a estrutura política do estado, do reinado; o sistema de exploração estruturado e organizado em forma de estado. "Façamos um nome" quase equivalia a dizer "organizemos um estado".

Na medida em que vamos percebendo o quanto a realidade do reinado israelita é o pano de fundo deste capítulo, torna-se também transparente o significado do fabrico do material de construção. Se tem dito que no v.3 e no v.4 há um esboço da história cultural e das conquistas da humanidade. Mas não é suficiente ver cultura e desenvolvimento nestes versículos. É preciso perguntar também pela sociedade aí esboçada. Ora, como material de construção não se recorre ao que era acessível a todos, ao tijolo composto de barro e palha e ressequido ao sol, e ao barro como argamassa. As colossais obras projetadas requerem enorme quantidade de material, de tijolos e asfalto; trata-se de produção em série. A técnica para tal produção requer especialização, em particular na composição e mistura do material para o tijolo, na queima deste e na obtenção do asfalto, além de engenharia qualificada requerida pelo todo do empreendimento. Além disso, o uso do tijolo queimado e do asfalto, se bem que não fosse totalmente desconhecido na Palestina, era bem mais freqüente na "avançada" técnica de construção dos babilônicos, o império da época. Portanto, para tal volume de produção e especialização na mão-de-obra e certa internacionalização das técnicas, o estado é pré-requisito. É deveras fácil perceber que esta organização estatal está presente tanto na preparação (v.3), quanto na intenção (v.4), quanto na execução (v.6) do empreendimento.

Detectei contra quem se dirige a estória. Seu alvo é o estado, constituído em Israel desde o décimo século sob a forma do reinado. Diagnostica este estado como organização unificadora (um povo, uma língua) em torno de uma nova produção canalizada para a metrópole citadina e sua segurança através do aparato militar. Nossa estória se opõe em nome de Deus a este estado e reinado. Essa oposição divina é expressa de modo magnífico: Javé está longe da exploração e militarização citadinas; precisa descer para inspecionar. Sim, neste trecho, Deus só poderia estar no céu, longe, pois não se pode identificar com a exploração e a militarização da cidade em obras. É evidente que uma estória com tais conteúdos não pode ter seu foco e sua origem no âmbito dos que usufruem os benefícios desse reinado. Dominadores não contam uma estória como Gn 11 a não ser que lhes seja facilitado esvaziá-la em espiritualizações e generalidades. Além disso uma tal estória não surge de uma hora para outra. Nela se concentra, avalia, analisa e organiza uma longa caminhada de resistência. Nela toda uma longa história é reduzida a momentos, a um breve cenário.

Especificamente, de onde provém esta insistente oposição ao organismo estatal dos dominadores? Quem criou e transmitiu nosso conto de resistência? O momento que melhor revela e denuncia os responsáveis por nossa estória está em seu início. O v.2 é um tipo de roteiro de viagem, um itinerário: saída, descoberta e parada. Tais itinerários sabidamente não têm seu lugar vivencial entre reinados de povos sedentários mas entre clãs migrantes seminômades ou agrários, entre os que em sua economia de subsistência estão mais sujeitos a migrações. Mesmo espoliados pelas metrópoles tais clãs conseguem resistir à subjugação, por causa de sua economia de subsistência (vivem dispersos!) e por causa de seus laços culturais (têm sua própria língua). Este texto é uma parábola de resistência deste clã agrário ou semi-agrário! Uma vez feita esta

descoberta torna-se transparente e evidente porque a estória termina como termina: Ora, a estagnação da metrópole e a queda daquela gigantesca fortificação militar é justamente a derrocada da central de espoliação e repressão do clã, daqueles que trabalham e produzem. E a dispersão dos cidadãos e militares, e a multiplicação das línguas nada mais é que a restauração ou melhor a reorganização do clã, i.e. a constituição da sociedade a partir das organizações menores.

Contudo, não me parece ser suficiente atribuir a articulação da estória exclusivamente ao clã agrário em processo de empobrecimento sob a espoliação econômica da cidade. Pois, ela também e acentuadamente representa cenas da cidade, em especial nos vv.3-4. A densidade de linguagem no v.3 aponta para a muita vivência e experiência no ramo da construção. O verbo “construir” aparece três vezes no texto (v. 4,5,8). A produção do material (v.3a) e a construção (v.3b) requerem expressivos contingentes de mão-de-obra, ainda mais que as construções projetadas (v.4) são colossais. Esta mão-de-obra pode ser constituída de escravos de guerra (Jz 1.28ss; Js 16.10; 17.13; 2 Sm 12.31; 1 Rs 9.20 — cf. porém 1 Rs 5.13ss —; Is 31.8; Lm 1.1. cf. Êx 1.10ss; 5.1ss). Mas no Antigo Testamento esta só é uma de suas origens. A outra origem dos operários na construção está no setor rural. De lá são especialmente recrutados aqueles que pelo avanço do latifúndio vão sendo marginalizados. É impressionante observar que no Antigo Testamento a espoliação que vitima os que têm que construir nas cidades é muitas vezes tematizada (Gn 49.15; 1 Sm 8.11ss; 2 Sm 12.31; 20.24; 1 Rs 4.6; 5.27ss; 15.22; Ne 3.1ss; 5.1ss; Mq 3.10; Hb 2.12; Jr 22.13ss). Sim, uma das causas importantes para a divisão do reinado davídico-salomônico e o surgimento dos dois reinos (Israel e Judá) é justamente o trabalho forçado em construções (1 Rs 12, cf. v.4 com v.18). Tais constatações por certo que requereriam um estudo mais detalhado. Mas, mesmo sem poder delinear aqui, já podemos supor a existência de uma articulação organizatória consciente deste setor operário citadino, provenha ele de escravos de guerra ou/e de migrantes rurais. E neste contexto deve ser interpretado o v.3. Sua linguagem concisa é condensação dessa experiência histórica de luta e sofrimento dos que são subjugados no setor das construções. Além disso passamos a compreender porque há uma evidente diferença entre o v.3a e o v.3b: o v.3a provém da experiência sofrida dos que têm que fabricar tijolos, provém, por assim dizer, das olarias; o v.3b provém dos que constroem, provém por assim dizer dos andaimes! Naturalmente não quero dizer que estas duas situações sejam antagônicas. Pelo contrário, elas se situam sob a mesma dominação. Contudo, ocorrem em setores diferentes da produção.

Parece-me, pois, que aqui se reúnem sob um mesmo enfoque anticitadino e antimilitar várias experiências. Articula-se e organiza-se nele tanto quem no campo produz quanto quem na cidade trabalha para a elite, na cidade e no burgo.

Mas — e assim poderá alguém argumentar — tais conclusões nem podem estar fazendo jus ao texto, porque esta estória não só não cita expressamente os dominadores, mas principalmente fala de modo abrangente e generalizante dos que constroem. Dá até a entender que a “idéia” para a obra surgiu do povo, do círculo da vizinhança: “e disse um homem para seu vizinho” (v.3, cf. v.7). Sim, o v.5 até menciona os “filhos do homem” (a humanidade) como construtores. Por isso, não estariam corretos todos aqueles — e são quase todos! — que afirmam que as edificações desta passagem são obra do homem?! Essa estória não estaria dizendo — apesar dos pesares e em última análise — que, no fundo, o homem em geral, o homem indiferenciado, o homem em si e à revelia de sua posição social, e por causa de sua insaciabilidade egoísta, de seu gigantismo e titanismo, é responsável pelo que foi construído? i.e. todo o empenho acima de provar o contrário não resulta em total fracasso porque o texto bíblico simplesmente atribui a culpa indiferenciadamente a todos os homens, a todos os adãos?

Desculpem-me pela insistência nesta pergunta! Mas acontece que é decisivo ter clareza nessa questão, não se deixando desviar por aparentes evidências!

Pois bem: é fato e verdade: O capítulo onze (1-9) se torna generalizante. E com isso está na tendência dos demais textos (capítulo 1 a 11). Neles igualmente não se fazem todas as diferenças que a história humana ensinou a ter que fazer. Pois, os capítulos um a onze de Gênesis, ainda não são propriamente históricos, antes são míticos ou pré-históricos, ou supra-históricos. Se bem que essa parte (1 a 11) já diferencie explicitamente entre mulher e homem, pais e filhos, justos e injustos ainda não explicita o conflito de rico e pobre, senhor e escravo. Estes textos ainda jogam com o mito, cultivam o sonho e animam a esperança da vida sem o escravo e dominado.

Há, pois, subjacente às generalizações dos primeiros onze capítulos da Bíblia, uma esperança, uma saudade democrática, que abrange a todos.

Mas, apesar disso, não se pode fazer dum capítulo, textos inocentes. Não são mitos ingênuos! E muito menos são doutrinas eternas encapadas em mitos! Ora, eles não ignoram as estruturas de dominação vigentes: a opressão do homem sobre a mulher (Gn 3.16b), a luta entre o ser humano e os animais (Gn 3.14s; 9.1ss), a expropriação do agricultor (Gn 3.17ss; 4.1ss). Todos esses textos estão repletos da realidade sofrida do povo de Deus. Assim como nos capítulos dois a quatro está tematizada a questão da terra e da produção gerada pelo lavrador, assim no capítulo onze é enfocada a organização popular e a opressão militar urbana.

É evidente que esta interpretação, que proponho, não admite que se continue a afirmar unilateralmente que o capítulo onze seja desgraça. Ele também é castigo e juízo na medida em que a metrópole com seus superorganismos militares mantenedores de opressão é impossibilitada. E isso justamente não é desgraça. É graça! O texto termina nessa graça. Avalio como extremamente estranho que quase sempre se vê algo catastrófico no fim da cidade e do forte, na multiplicação de línguas e na dispersão das pessoas. Tal interpretação está visivelmente no interesse dos dominadores, pois para eles unidade de mando, de língua, de projetos é vital.

Dispersão e pluralidade de línguas justamente são as características da organização social pré-estatal, dos grupos primários de família, clã, tribo, como Israel os conheceu de seus patriarcas (Gn 12ss), da época de seus juízes (Jz 1ss) e até mesmo nos tempos do exílio (Jr 35). Diáspora e diversidade de língua não são nada de catastrófico mas são a necessidade vital para a sobrevivência humana. Dispersão e língua própria são aqui empecilho para a dominação!

Portanto, a estória inicia e termina no clã migrante. Uma sociedade constituída desde as centrais citadinas e seus monstruosos aparatos militares que tencionam controlar terra e céu é inviável. Impõem-se as organizações que provêm da dispersão de agricultores migrantes (v.2,7s) e operários (v.3s) e da periferia que em língua e cultura próprias se congregam na caminhada por uma nova sociedade.



A maternidade encanta o espaço do acampamento.

A BÍBLIA E A MEMÓRIA HISTÓRICA DOS POBRES

Pablo Richard

INTRODUÇÃO

A Bíblia tem tido uma função ambígua nas Igrejas. Algumas vezes tem sido instrumento violento de repressão das consciências; outras constituiu-se em arma valiosa de evangelização e libertação. Como resolver tal ambigüidade? Fundamentalmente discernindo o *sujeito* que lê e interpreta a Bíblia. Ela só é instrumento de evangelização libertadora quando lida pelos pobres e a partir da ótica dos pobres. A nossa hipótese é a de que os pobres são o autor humano da Bíblia e são eles que, em última análise, têm a chave de sua interpretação. A Bíblia pertence à memória histórica e subversiva dos pobres. Devem eles, nas Igrejas, apropriar-se dela e procurar lê-la a partir de sua própria história e de suas lutas de libertação. A exegese como toda explicação científica da Bíblia têm sentido apenas quando postas a serviço desta primeira leitura bíblica feita pelos pobres.

Os pobres se constituem no intérprete privilegiado das Escrituras. Falar dos pobres, contudo, é falar de um sujeito coletivo e conflitivo. Trata-se do povo dos pobres, dos pobres como classe, grupo ou conjunto de todos os setores sociais explorados, ou de raças humilhadas. Trata-se também dos pobres como povo na luta por sua própria libertação. Os pobres são o movimento popular, ou seja, o povo em marcha para sua libertação. E se são esses os pobres, que constituem o sujeito de toda leitura bíblica, então a leitura bíblica será também um fato coletivo e conflitivo. A Bíblia não é patrimônio de "mestres" sábios ou de "elites" entendidas em línguas clássicas, cercados de dicionários volumosos e complicados, de gramáticas e concordâncias. A Bíblia é patrimônio da memória histórica de um povo explorado e crente. A explicação da Bíblia também não é uma atividade exclusiva de academias silenciosas e de cultos solenes senão que também é um fato conflitivo. Ela chegou a ser, nas mãos do povo, instrumento de luta e de libertação. Um instrumento de libertação das consciências, sobretudo, ligado à ação evangelizadora das Igrejas.

OS POBRES E A EVANGELIZAÇÃO

Iniciemos a nossa reflexão definindo o que é "evangelização": "Evangelização é anunciar o verdadeiro Deus, o Deus revelado em Cristo: o Deus que faz aliança com os oprimidos e defende a causa deles, o Deus que liberta a seu povo da injustiça, da opressão e do pecado" (Congresso Internacional de Teologia, São Paulo, fevereiro de 80, n. 40).

Definida desse modo, a evangelização é uma tarefa extremamente difícil, especialmente num contexto de tanta miséria e exploração. E em tal contexto o Deus de Jesus Cristo é de fato o "Deus desconhecido" (At 17.22ss). Todo sistema de opressão gera numerosos ídolos. Ídolos esses com os quais o sistema e as classes dominantes se identificam e em cujo nome exploram o povo. Ídolos que se transformam no sujeito abstrato e universal da história. São ídolos que têm olhos e não vêem, têm mãos e não apalparam (Sl 115). O sistema de dominação, porém, este sim, tem olhos e vê muito bem, tem mãos e golpeia firme. A força dos ídolos está no sistema que os produz. O sistema é o sujeito concreto e determinado que oprime os pobres, porém, ao identificar-se com os ídolos, se transforma num sujeito abstrato e universal. Quando um sistema é assim idolatrado, vira um sistema bem mais poderoso. Nos ídolos o sistema descobre uma força "divina", "transcendental", "mística" e "sobrenatural". Se evangelizar é anunciar o verdadeiro Deus, o Deus revelado em Cristo, então evangelizar significa um enfrentamento terrível de todos os ídolos do sistema de opressão. A evangelização desencadeia na história a "luta dos deuses". É a luta contra os ídolos, imbricada em todo ato evangelizador, desmascara o caráter falsamente divino e transcendental do sistema, e o reduz àquilo que ele realmente é: um sistema histórico e concreto de opressão. Portanto, o evangelizar, quando proclama o verdadeiro Deus, leva o homem a tomar consciência da verdadeira história de opressão e de libertação. Neste sentido, a evangelização é juízo, no qual os homens aparecem como historicamente são, despojados de suas falsas representações idiolátricas. O juízo *fundamental* na história, aquilo que a Bíblia chama de juízo *final* (Mt 25.31ss) será a plena e mais radical ação *evangelizadora* realizada pelo próprio Cristo. A partir de agora, a nossa evangelização prepara essa evangelização final, na qual se despojará o homem de toda mistificação justificadora e se verá frente a frente com a fome, a sede, a opressão e a nudez do pobre.

A evangelização como o anúncio do verdadeiro Deus, acontece dessarte na história como um processo extremamente conflitivo e crítico, que julga, separa e divide os homens pelo critério de suas práticas reais de opressão ou de libertação. Na evangelização, o Deus verdadeiro se revela, e se descobre o homem em sua relação verdadeira frente aos outros homens. Assim sendo, toda evangelização autêntica, fielmente centrada no anúncio do Deus de Jesus Cristo, implica, por parte do homem, numa tomada de consciência de sua situação histórica. A evangelização radicaliza dessa forma todo o processo de conscientização e vice-versa, todo processo de conscientização abre espaço novo à evangelização.

Uma vez definida, podemos entender agora a relação intrínseca que há entre pobres e evangelização. Não afirmamos que os pobres sejam mecânica e espontaneamente os sujeitos da evangelização. Afirmamos, porém, que somente os pobres são os que *podem* evangelizar e ser evangelizados. O fato de que podem evangelizar, não significa dizer que somente eles necessariamente evangelizam. A evangelização sempre supõe a ação das Igrejas e o dom gratuito e transcendente da fé. Apenas os pobres, no entanto, são os que podem acolher tal dom e responder à convocação da Igreja. É neste sentido que Puebla fala corretamente do "potencial evangelizador dos pobres" (Puebla, n. 1147). Os pobres têm a possibilidade, o poder de anunciar o Deus verdadeiro de Jesus Cristo em nossa história. Poder que vem de Deus, mas que unicamente os pobres podem realizar na história, por meio da tarefa evangelizadora. E, por que os pobres? Porque somente eles, ou os que se fazem como eles, podem tomar consciência dos mecanismos de opressão e de alienação, base material dos ídolos do sistema e obstáculo material para todo

o conhecimento possível de Deus. São Tomás dizia que o ato de fé deveria ser um ato plenamente humano, isto é, perfeitamente consciente e livre. Acreditamos que somente os pobres podem realizar tal ato plenamente humano, na medida em que se assumem como sujeitos de sua própria história e "des-idolatrizam" o opressor como sujeito histórico e o responsável pelo sistema de dominação. Somente esse ato plenamente humano que apenas os pobres podem realizar numa história de miséria e de opressão é o meio adequado e capaz para o dom gratuito e transcendental da fé. "Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado" (Mt 11.25,26).

OS POBRES E A BÍBLIA

Evangelizar é muito mais do que explicar um *texto bíblico*. Uma boa exegese não é necessariamente uma boa evangelização. Sem dúvida, não há evangelização plena, se não houver uma referência explícita do *texto bíblico* e um trabalho exegético. Como veremos, isto é particularmente correto quando são os pobres o sujeito da evangelização.

Evangelizar é também muito mais do que uma vaga e ambígua experiência de Deus na história. Nem toda a experiência religiosa tem força evangelizadora mesmo que dita experiência se dê no íntimo mesmo de nossa história. É fato que não existe evangelização plena fora da história. O Deus de Jesus Cristo nós somente o descobrimos, à luz da fé, nos processos históricos de libertação. Hoje em dia Deus nos fala em nossa vida. Deus não falou somente no passado. Se a evangelização tivesse como única referência o texto bíblico, estaríamos proclamando um Deus de mortos, um Deus mudo. O Deus de Jesus Cristo é um Deus de vivos que se revela ininterruptamente ao homem através da sua história. Toda negação da história é também negar a evangelização.

Em toda a evangelização, portanto, há dois elementos indispensáveis: o texto bíblico e a história. Estes dois elementos formam a *base material* ou a condição de possibilidade de todo processo evangelizador. A fé que há na Igreja e nos cristãos não se poderia realizar na evangelização sem essa base material. A explicação de um texto bíblico fora da história ou de uma experiência de Deus na história sem referir-se ao texto bíblico, não desencadeiam um processo evangelizador.

Além de afirmar a base material indispensável da evangelização, é necessário analisar a relação que existe entre os dois elementos que constituem a referida base material: o texto e a história. A Bíblia como *texto* não nos revela a Palavra de Deus, mas nos revela onde e como Deus se está revelando a nós hoje, na nossa história. A Bíblia não é uma carta tal que, — aberto o envelope —, se escute a Palavra de Deus em suas linhas. A Bíblia é, muito mais, uma carta que nos aponta indicações sobre o lugar e a maneira de nosso encontro com Deus. Por outro lado, nem toda experiência na história nos permite escutar a Palavra de Deus. Para discernir a voz de Deus na história, é preciso possuir um critério seguro de discernimento. Na história se ouvem muitas palavras "divinas". Todos os deuses falam pela história e todos os homens escutam a voz de seu próprio deus em sua própria história. No meio de tanta "algazarra divina" ou "palavrório sobrenatural" só podemos descobrir a Palavra do Deus de Jesus Cristo tomando como referência o texto bíblico. Nas Escrituras temos o testemunho daqueles crentes, pais de nossa fé, que encontraram em *sua* história o Deus verdadeiro. Tal testemunho é indispensável para discernirmos em *nossa* história a Palavra do Deus de Jesus Cristo que nos fala hoje. Neste sentido a evangelização é histórica, não somente porque se realiza na história, mas também porque se projeta na história de todos os crentes que escutaram e anunciaram o Deus verdadeiro no seu próprio tempo.

A base material da evangelização é o texto e a história. Nenhum elemento pode faltar para que a fé da Igreja possa evangelizar. Texto sem história ou história sem texto não levam à evangelização. Devemos, porém, dizer mais: embora o texto e a história constituam a base material da evangelização, devemos submeter o texto à história e não a história ao texto. É a história que ilumina o texto bíblico como testemunho e como critério de discernimento da Palavra de Deus. Se tornarmos absoluto o texto bíblico como Palavra direta e material de Deus, então toda a nossa história, como base material de evangelização, fica subordinada ao texto. A nossa história fica de tal modo prisioneira de um texto dado, que o texto mesmo acaba por matar a história. Pelo contrário, devemos submeter o texto à história: compreender o texto bíblico a partir de nossa experiência de Deus na nossa história. Não podemos evangelizar se não desligarmos a nossa história presente de toda a opressão dos textos do passado. Quando se absolutiza o texto bíblico, então este se transforma em Lei e em instrumento de repressão da consciência histórica de um povo. Não há pior dominação que esta que se exerce em nome de um texto "sagrado" e "divino". O texto bíblico somente é instrumento de libertação da consciência religiosa quando é lido a partir da história da libertação, na qual o homem é sujeito de seu próprio destino. Absolutizar o texto bíblico como Palavra material e direta de Deus é a negação máxima da história, e do homem como sujeito de sua própria história. Ao contrário, quando, na evangelização, o texto se subordina à história e à experiência de Deus na história, então o anúncio do Deus de Jesus Cristo se realiza a partir da libertação de nossa história. O texto bíblico é necessário para uma plena evangelização, porém devemos livrar esse mesmo texto bíblico de se tornar absoluto e opressor e recuperá-lo como testemunho e critério para o discernimento da Palavra.



O interior da casa: a ceia, a foto de família e o chimarrão.

As flores do fogão e o carinho da mãe.



Tudo o que dissemos serve de marco teórico para entender o que se afirmou no início sobre os pobres como sujeito da evangelização e, mais concretamente agora, como sujeito dos dois elementos que constituem aquilo que chamamos de base material da evangelização: texto e história. A afirmação que fazemos agora é: os pobres são o sujeito da evangelização quando chegam a sujeito de sua própria história e sujeito-intérprete do texto bíblico. Noutras palavras: os pobres são os únicos que podem construir a base material da evangelização. Não se nega a ação convocadora da Igreja e a necessidade do dom gratuito e transcendente da fé em todo processo evangelizador, afirmamos sim a necessidade de base material para que dita ação da Igreja e dito dom gratuito da fé possam efetivar-se na história. Os construtores dessa base material são apenas os pobres e os que se fazem pobres como eles.

Não trataremos aqui o tema dos pobres como sujeito de sua própria história, como base material necessária para um processo de evangelização. Este tema

já foi abordado por outros. Interessa-nos desenvolver aqui, ligeiramente, antes a relação direta dos *pobres* com o *texto* bíblico, interpretação essa que se constitui igualmente uma base material necessária para a evangelização, como vimos acima.

Partindo de perspectiva, puramente sociológica, interpretada, porém, à luz da tradição e da fé, podemos afirmar primeiramente que os pobres são os únicos intérpretes legítimos do texto bíblico, porque o referido texto pertence à memória histórica deles. Os pobres são o autor humano dos textos bíblicos. A Bíblia toda foi produzida pelos pobres ou a partir da perspectiva dos pobres, o que permite a eles, e só a eles, achar a chave de sua interpretação. Nesse sentido, a Bíblia já tem uma incrível originalidade histórica e humana. Na história humana normalmente os grupos dominantes é que a escrevem. Raramente os pobres têm possibilidade de escrever sua própria história, ou escrevê-la a partir de sua perspectiva. Quando o conseguem, essa história praticamente "se perde" ou é destruída pelas castas intelectuais a serviço da dominação. Na história da literatura, a Bíblia constitui uma exceção: um livro dos pobres ou escrito a partir de sua perspectiva que conseguiu sobreviver através dos séculos. Este fato excepcional, porém, não foi fácil nem pacífico. Ao contrário, na própria gestação da Bíblia, em sua etapa oral como escrita, os pobres tiveram que lutar tenazmente e com bastante astúcia para que o seu livro permanecesse. A Bíblia, como livro dos pobres, foi campo de inúmeras lutas e conflitos. Os pobres precisaram defender-se para conservarem como seus esses livros. E, apesar de todos os esforços, tal processo foi muitas vezes traído. Em tal luta podemos distinguir duas etapas: durante a gestação do texto bíblico e depois dela. O estudo dessa luta para a constituição do texto e sua posterior conservação, onde os pobres como o autor e as classes dominantes como "ladras" do texto dos pobres se enfrentam, pode oferecer-nos metodologia adequada a fim de que também, hoje, os pobres possam reapropriar-se do texto bíblico num processo de evangelização libertadora.

Durante o processo de gestação da Bíblia, os pobres utilizaram meios diversos para defender o seu próprio testemunho. Queremos apenas enumerá-los a fim de que outros aprofundem a pesquisa.

Primeiramente os pobres atribuíam suas tradições e textos a alguns personagens famosos: um rei, um profeta, um mestre respeitável. É uma ficção literária que protegia os textos contra tentativas de manipulação.

Outro recurso era o de falar ou escrever em termos próprios ou numa simbologia cuja chave interpretativa eles conservavam em segredo. Este é o motivo por que toda a literatura escrita a partir dos pobres é difícil, enigmática, sobretudo para os que não possuem a chave de interpretação.

Outro método bem eficiente era a manutenção oral das tradições mesmo depois que os textos eram escritos. Como se sabe, a tradição bíblica surge e se conserva por tempo bem longo somente em sua forma oral. Os pobres, além de explorados, são analfabetos quase sempre, e os escritos, como os diversos meios de produção cultural, quase sempre são monopolizados pelos grupos dominantes. Isto leva os pobres a desenvolverem uma produção oral. A memória, por isso, sempre foi instrumento poderoso na defesa da cultura popular em todas as suas formas. Quando a tradição oral era fixada por escrito, havia o perigo de que fosse manipulada e traída. Muito mais porque todo esse ato de escrever era cumprido por sacerdotes e escribas que normalmente pertenciam às classes dominantes. A fim de impedir tal manipulação, os pobres conservavam suas tradições orais. Conservação esta que se torna mais fácil quando utilizados recursos literários como a poesia e o relato histórico esquemático. Dessa forma a tradição oral permanece como elemento de verificação constante do texto escrito. Na produção do texto bíblico de fato se deu uma certa manipulação e já não possuímos a tradição oral para verificá-la.

Pode-se dizer, em termos gerais, que os textos menos manipulados são os que melhor refletem aquela tradição oral. Os salmos constituem um caso evidente. Visto que eram recitados, tornava-se muito difícil manipulá-los quando escritos. Decorre daí o fato de que nos salmos o pobre aparece claramente como o autor. Não há dúvida de que para defenderem essa autoria, para muitos escandalosa, atribuem os seus salmos a Salomão, a Davi ou ainda a outro mestre famoso.

Um último recurso — há muitos mais — era conservar as tradições populares nos santuários. Os levitas e sacerdotes tinham a missão de guardar as tradições e os testemunhos bíblicos, os quais eram lidos, nas festas religiosas, diante do povo, e o povo, dessa maneira, podia verificá-los. Tal processo tornou-se perigoso para a memória dos pobres, quando todos os santuários populares foram unificados no templo de Jerusalém. A unificação dos templos representou a unificação e normalização do uso das tradições bíblicas, com o conseqüente risco de manipulação pelas hierarquias superiores e de maior poder cultural de dominação. As Igrejas são prolongadoras de tal função dos antigos santuários quando conservam a memória histórica dos pobres e defendem o pobre como autor e sujeito dos textos bíblicos.

Logo que se concluiu o processo de produção escrita da Bíblia e se fixou o cânon ou a quantidade dos livros, não terminou a luta entre os pobres como sujeito e autor humano dos textos e os que, a partir da dominação, tentavam manipulá-la. De muitas maneiras foi a Bíblia falsificada contra seu autor e seu testemunho. Podemos dizer que dita manipulação se fez de fora e de dentro. No interior o texto bíblico pôde ser falsificado na transcrição dos manuscritos e, acima de tudo, nas traduções. Quando se traduz a Bíblia para línguas modernas, abre-se incrível espaço para introduzir no texto falsas interpretações. A única tradução de confiança não é somente a que é fiel aos dicionários e às gramáticas, antes porém a que se faz da perspectiva do pobre e oprimido. A manipulação pode começar mesmo na elaboração dos dicionários e das gramáticas, pelas concordâncias e léxicos bíblicos. Outros elementos que conduzem a possíveis manipulações que se introduzem no texto são os títulos postos em determinadas passagens ou parágrafos, as notas de rodapé, os textos dados como paralelos, os índices etc... Pode ocorrer falsificação inclusive no tipo de Bíblia que se produz: tamanho, papel, formato. Quantas Bíblias de luxo, com bordas douradas, capas chapeadas etc., cujos preços altos afastam a Bíblia das mãos de seus legítimos donos.

A Bíblia, porém, também pode ser manipulada de fora. Sucedem isso quando no falar comum se usam palavras ou frases bíblicas com sentido oposto ao que está no texto. A cultura dominante às vezes se apropria do linguajar bíblico e, dessa forma, introduz no próprio texto um significado contrário. Por meio da tradição ditos significados começam a ser aceitos e canonizados, de tal forma que, sempre que se lê o texto, ele transmite mensagens estranhas que foram interiorizadas em seu discurso pelas classes dominantes. Tal processo pode ir tão longe que a Bíblia venha a tornar-se ininteligível para os pobres. Outro modo de se manipular a Bíblia de fora é o monopólio que certos "sábios" e "mestres" se atribuem levando a crer que apenas eles podem conseguir uma interpretação e exegese bíblica correta. Cria-se dessa forma clima de medo e ignorância em torno da Bíblia. Sacralizam-se os intermediários (exegetas e eruditos) de tal forma que a Bíblia não chegue às mãos dos pobres.

Em tudo o que antecedeu nos referimos aos pobres como o autor humano da Bíblia e a nossa reflexão era antes de tipo sociológico. Procuramos descrever a luta encarnizada que ocorre na produção e transmissão do texto bíblico, entre o autor, o pobre, e as classes dominantes que buscam anular o autor humano da Bíblia. O próprio texto testemunha tal enfrentamento e a exegese deve detectar o fato a partir da perspectiva do pobre, antes de proceder a qualquer tipo de explicação técnica. Em tal sentido se pode dizer que há duas leituras bíblicas: a primeira feita diretamente pelos pobres e oprimidos no processo de evangelização; a segunda feita pelos exegetas e peritos. Esta segunda deve pôr-se a serviço da primeira enquanto que a primeira deve ser a chave

profunda da interpretação da segunda. A necessidade desta segunda leitura (do exegeta) realizada no espírito da primeira (do pobre) é óbvia, pois há uma grande distância entre o autor humano da Bíblia e o seu intérprete atual. Sem dúvida, a segunda leitura — embora perfeitamente fiel ao sentir e pensar dos pobres — não deve jamais impedir ou dispensar a primeira feita diretamente pelos pobres. Sentimos, muitas vezes, a tentação de nos transformarmos em mediadores da Bíblia, argumentando que ela é um texto amplo, difícil, complicado, obscuro e que as pessoas podem perder-se na leitura, fato que pode exigir muito tempo para chegar à sua mensagem central. É então que nós, como mediadores, procuramos oferecer resumos, esquemas e leituras feitas, para “facilitar” o acesso a um livro tão “difícil”. Cremos ser isso perigoso, ao privarmos os pobres do acesso direto à Bíblia, pois, embora tenhamos o desejo de ser fiéis às Escrituras e a seu autor humano, podemos trair a memória histórica dos pobres e o seu testemunho de encontro com Deus, quando criamos a imagem do mediador ou do intérprete autorizado e erudito.

Podemos aprofundar teologicamente isto, afirmando que os pobres, ou os que se fazem como eles, são os que mais necessitam do texto bíblico como critério para discernirem em sua própria história o Deus de Jesus Cristo. Já dissemos anteriormente que o processo de evangelização é um processo extremamente conflitivo e violento, pois vivemos num mundo carregado de ídolos. O Deus de Jesus Cristo, o Deus libertador do pobre e do oprimido é um “Deus desconhecido” em meio a um mundo de exploração e de miséria. Quando o pobre vive esmagado e humilhado, o Deus verdadeiro se revela como o Deus que escuta o clamor dos oprimidos. Quando o pobre se levanta e luta por sua libertação, e caem sobre ele todos os ídolos do sistema, e é infernizado, então o Deus de Jesus Cristo se revela como o Deus conosco, o Deus que luta junto a seu povo. Quanto mais difícil se torna a tarefa de perceber o Deus verdadeiro num contexto idolátrico de exploração, tanto mais necessário é para o pobre, a fim de poder evangelizar, ter em suas mãos o texto bíblico como critério de discernimento. O pobre se constitui sujeito da evangelização libertadora, quando consegue chegar a sujeito-intérprete do texto bíblico. Descobre então, à luz da fé e na comunidade eclesial, o testemunho de um pobre que encontrou o Deus verdadeiro na libertação da escravidão do Egito. Descobre o Deus do êxodo, o Deus dos profetas, o Deus de Jesus Cristo. Quanto mais o pobre é sujeito de sua própria história, quanto mais ele é o sujeito da interpretação do testemunho bíblico, tanto mais chega a ser sujeito da evangelização. Quanto mais se faz sujeito de sua própria história e, a partir de sua história entende o texto bíblico, maior é a base material para um autêntico processo de evangelização libertadora. A Palavra de Deus e a fé que permite escutá-la, é plenamente dom gratuito de Deus, porém somente os pobres, ou os que se fazem como eles, podem acolhê-lo na história.

Devemos entregar a Bíblia aos pobres e permitir que eles se apropriem diretamente do texto e de sua interpretação, pois a Bíblia pertence à memória histórica dos pobres, base material de todo o processo de evangelização.

A 16 de setembro de 1980, ao se iniciar a Terceira Assembléia de Militantes e Quadros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua), o Comandante Tomás Borge, destacava as qualidades que precisa ter um sandinista. Ditas qualidades, que alistamos no final desta exposição, evocam muitos traços do Homem Novo de que fala a Bíblia. Pareceu-me, por isso oportuno desenvolver esse tema no estudo bíblico que me foi solicitado para Itaici.

Na Nicarágua, atualmente, estamos dedicados à tarefa de criar uma nova sociedade com a qual sonharam Rubén Darío, Sandino e Carlos Fonseca e que somente a 19 de julho (1979) começou a tornar-se possível com o triunfo da Revolução Sandinista. Agora estamos em marcha, reconstruindo a Pátria com os olhos fixos no futuro, tendo a certeza de que para nós "o amanhecer deixou de ser uma tentação".

Quero dividir este estudo em duas partes: uma bíblica propriamente dita e a segunda na qual destacarei os traços do Homem Novo tal como está surgindo na Nova Nicarágua.

VELHO E NOVO ADÃO NA DIALÉTICA DO PLANO DIVINO

No Centro e no ponto máximo da criação se delineia a silhueta do homem. É a parte mais nobre do mundo e sua consciência. Javé o fez do barro da terra e lhe infundiu o sopro de vida (Gn 2.7). Abraço maravilhoso esse no qual se unem carne e espírito, submissão e liberdade, imanência e transcendência. Diante dele se abre um futuro que se compõe como o horizonte ético de suas mais radicais relações, Deus e o mundo. Diante de Deus o qual, em permanente ato de criar, continuará insuflando o seu Espírito no homem — no momento, por meio de sua palavra profética —; e diante do mundo que se oferece a ele como um campo moldável à sua liberdade criadora. O homem da Bíblia aparece dessa forma como a viga-mestra na arquitetura da criação divina. Posto entre Deus e o mundo criado, é o laço de união entre realidades bem distintas. Por um lado é o leito pelo qual a criação escorre até o Criador; por outro, é a "imagem" pela qual Deus se apresenta diante do mundo. Extremamente delicada é a missão deste homem que deverá manter o equilíbrio a fim de não suplantiar o papel de Deus, nem divinizar o mundo.

E a história bíblica constata, com tristeza, o fracasso do plano divino precisamente na sua parte mais fraca: Adão — personalidade corporativa que tentou ser igual a Deus (Gn 2.5). A reação de Deus porém é sempre imprevisível: ele prossegue empenhado em levar adiante o seu plano a partir de um homem renovado: o Novo Adão. Desde então toda a história humana se apresenta alternativa, dialética: o Velho Adão, empenhado em minar o plano divino e o Novo Adão, aquele que avança pelo estreito caminho da fidelidade. E há certos momentos nos quais, de maneira dramática, se sintetiza este duplo desdobramento da conduta humana: o tempo profético com a oposição Adão — Servo de Javé, e o tempo da plenitude no qual vão rivalizar-se Homem Velho — Homem Novo. Os dois voltados para o tempo da consumação, no qual Jesus de Nazaré traduziu, em obras e palavras, o verdadeiro rosto do homem novo, iniciando na história o verdadeiro caminho da fidelidade ao plano divino até à sua volta na "parusia".

PERFIL DO HOMEM NOVO NA NOVA NICARÁGUA

Na Nicarágua estamos sendo convocados para a grande e bela experiência de construir uma nova sociedade. Pela primeira vez na nossa história, houve condições objetivas para podermos sair da noite obscura e entrevermos um novo amanhecer. Neste momento nos constituímos em *esperança* para a América não redimida. E, na construção dessa história, os cristãos temos tido uma participação que vai além de uma simples aliança estratégica com os não-cristãos. De nossa atitude futura depende em grande parte o desenvolvimento dos movimentos populares.

Da mesma forma como aconteceu na história bíblica, assim também o homem novo da Nicarágua se veio delineando através de nossa história. Descoberto pelos espanhóis, o homem nicaraguense, desde os primórdios aparece como escravo, sujeito à instituição da "encomienda", forma de dependência e, ao mesmo tempo livre por força do batismo.

Nem mesmo o ficar independente da Espanha conseguiu melhorar a sorte de tal homem oprimido. Do colonialismo passamos ao neocolonialismo e o nicaraguense permaneceu sujeito ao novo poder o qual, em combinação com os partidos nativos oligárquicos, fez dele um explorador sem dignidade.

Sandinino é o restaurador dessa dignidade e o configurador de nossa identidade como povo contra as pretensões do Imperialismo. Sandino, porém, é apenas um facho de luz. O seu grito de liberdade é afogado na noite negra do somozismo por quarenta e cinco anos, até que Carlos Fonseca, com a fundação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, nos põe de novo no caminho do novo amanhecer.

A Frente Sandinista, além de sua especial significação estratégica militar e política é também sinal dos valores nacionais. Em contraposição aos políticos entreguistas, os militantes da Frente Sandinista farão de sua longa e provada luta de dezoito anos uma entrega de amor incondicional com que empenham sua própria vida em favor de seus irmãos mais pobres e oprimidos.

Desde o início de sua luta, o interesse dos sandinistas não se centraliza no eu, porém nos outros; a sorte pessoal vê-se unida profundamente à dos demais



As crianças a tudo assistem com um sorriso de esperança.

Um dos colonos de Ronda Alta e sua companheira.



sem lhes preocupar o triunfo pessoal, antes a solidariedade e a solidariedade com os mais desamparados e explorados.

Tais qualidades de amor e serviço desinteressados exerceram influência enorme em muitos cristãos jovens da Nicarágua que passaram a ver na causa sandinista uma forma concreta e não abstrata de amor ao próximo.

Em 1971, um grupo de jovens, alguns deles de origem burguesa passaram a viver uma experiência de fé na minha paróquia, afastada do Bairro Rigüero em Manágua. Levados por sua fé, convenceram-me da imperiosa necessidade da Revolução e da justiça imensa da causa do povo. Deixando tudo, nome, posição e ambição de construir um futuro atraente, ditos jovens, no risco da luta clandestina e no fragor da batalha, descobrem o caminho de nossa história a dirigi-los para caminhos nunca antes suspeitados.

Gostaria de relatar uma experiência pessoal nos intermináveis dias da ofensiva final, em junho de 79. A minha paróquia se achava a poucos passos da linha de fogo de El Dorado, um dos bairros da parte oriental de Manágua. Sustentava-se aí uma luta de sangue e fogo. Mantinha-se a decisão inafastável de resistir até o fim. Os bombardeios inclementes semeavam o chão de cadáveres. Parecia ir-se toda esperança. De repente Somoza, alardeando força, quis retomar a posição de Massaya. Se isso acontecesse, levantava-se a moral do exército e a vitória se tornava provável para Somoza.

Sentia faltarem-me forças para enfrentar o momento histórico de desfecho que estávamos vivendo. Procurei refugiar-me na oração, porém não podia concentrar-me. Era tudo melancólico e sombrio a nosso redor. Era noite. De súbito o vento foi trazendo claro e nítido o som da guitarra dos rapazes, os quais, depois de um dia estafante de batalha, achavam ainda forças para dar ânimo aos que desesperados acreditávamos na derrota iminente: "Irmão, dá-me a tua mão, e unidos marchemos de verdade. / Para o sol da vitória, a vitória da liberdade". Recuperei-me de repente, arripiaram-se-me os cabelos. Dentro de mim tinha a sensação de que um novo "euangelion" estava sendo proclamado sobre as cinzas, abrindo o sepulcro a fim de dar passagem à Ressurreição.

Essa e outras experiências acumuladas modelaram o novo amanhecer que, para a Nicarágua, começou a 19 de julho. A partir de então a revolução continuou marchando por trilhas de luz: a cruzada de alfabetização, com efeito, abriu os olhos aos cegos; o programa de reativação econômica faz esforços para sair do caos econômico em que nos deixou a ditadura Somozista, com o intuito de planificar a economia voltada para os interesses das grandes maiorias exploradas. Emerge um novo poder abrindo caminho para uma democracia popular inteiramente nova em nossa história.



A família, a persistência na luta e o velho colono calejado pela vida e pela terra.

Dentro dessa nova sociedade que estamos forjando vai-se tornando realidade o novo homem nicaraguense. Os seus traços e qualidades foram delineados no Discurso do Comandante Borge a que aludimos no início deste estudo.

Como deve ser um Sandinista?

- Qualidades individuais em harmonia com o grupo e vice-versa.
- Trabalho como prêmio e não como castigo.
- Disciplina é honra e não peso.
- Ser militante não é privilégio, antes responsabilidade.
- Praticar a simplicidade, a modéstia, a humildade revolucionária. São instrumentos dos interesses dos trabalhadores e do povo.
- Recuperar a luz da felicidade no meio da luta.
- Animar as qualidades de seus irmãos combatentes.
- Não admitem a mesquinhez, a inveja, o egoísmo.
- Apóstolos da unidade, pureza pessoal e total desprezo de si próprios.
- Capazes de dizer a verdade sempre.
- Criticar com a vista levantada.
- Apontar a seus irmãos seus defeitos e erros com o firme propósito de construir.
- Sem prepotência, desvanecimento e má-fé.
- Submetem-se à disciplina partidária.
- Ligados às massas. Buscam os trabalhadores como os peixes procuram a água.
- Não desfalecer na luta contra suas deformações.
- Contra o egoísmo, a vaidade pessoal e os apetites primitivos.
- São fraternais e dão a mão aos que se enganam.
- Não admitem sequer a possibilidade de destruir aqueles que de uma ou outra forma cometeram erros.
- Olham mais os princípios de hoje que as fraquezas de ontem.
- Têm a alma suficientemente grande para não se fazerem juízes, mas críticos, a fim de darem oportunidade aos que sinceramente queiram recuperar-se.
- Capazes de sofrer, de suportar a dor, de desafiar o inimigo por mais poderoso que seja.

E esta é a grande novidade, a primazia dada à criação de uma nova consciência, de alguns novos estímulos (o amor ilimitado, o serviço desinteressado, a entrega completa, a inserção do eu — sua realização e felicidade — no bem comum) que produzem verdadeiramente o homem novo. Serão eles em definitivo, que darão consciência e veracidade à revolução, e que a garantirão para o futuro.

O EVANGELHO ENCARNADO NO MUNDO AIMARÁ

A REALIDADE DA VIDA DO POVO AIMARÁ

Os povos indígenas aimarás e quíchuas representam setenta por cento da população da Bolívia. Desde os seus ancestrais dedicam-se à plantação. A maioria vive no campo. Os outros trinta por cento da população boliviana são brancos e mestiços, caracterizam-se por viverem nas cidades. Como na maior parte da América Latina, o setor mais pobre é o camponês. Sendo eles a maioria da população, vivem com apenas trinta por cento da receita do país. A população indígena está concentrada nas zonas mais elevadas do país e nos vales interandinos, resultantes da erosão de séculos e, aproximadamente, a dois mil e quinhentos e quatro mil metros sobre o nível do mar. A produção é tremendamente baixa, devido às baixas temperaturas durante o ano inteiro e às fortes chuvas durante o verão.

As principais colheitas são: batata, cevada, fava e quínoa. As geadas, ventos que sopram do pólo sul, podem cair de repente, em qualquer época do ano e destruí-las. A produção agrícola no altiplano boliviano pode ser considerada de alto risco, segundo S. Wiggins, economista das Nações Unidas que, em 1975, realizou estudos sobre o Altiplano Norte da Bolívia. Os custos de tal risco não estão geralmente incluídos nos preços, porque as autoridades urbanas (brancos e mestiços) não permitem fazê-lo e o aimará não tem consciência disso. Não há, porém, outra alternativa. Os produtos agrícolas são considerados de primeira necessidade e, por isso, sofrem um controle severo, enquanto que os produtos da cidade são taxados e sobretaxados quase automaticamente. O camponês não tem outra alternativa e é obrigado a comprá-los. Os preços de suas batatas permanecem sempre fixos, enquanto que, para comprar massas, farinha, roupa e qualquer produto que procede da cidade têm que pagar os preços com todos os encargos de transporte, inflação, lucros dobrados e até triplicados dos intermediários da cidade, etc. Esta é, no fundo, a razão por que há tanta diferença na distribuição da renda entre cidade e campo. Trinta por cento da população absorvem setenta por cento da receita nacional. Esta diferença se tem mantido durante séculos, com algumas variações.

Embora seja baixíssima a produção devido às condições primitivas de exploração da terra e às condições climáticas, contudo a pobreza deles não é determinada apenas por isso. Quando em quaisquer circunstâncias a produção aumenta, os preços baixam imediatamente, porque o Governo permite a livre concorrência no mercado; porém, quando há escassez do produto, o controle dos preços é severíssimo. Em ambos os casos o agricultor aimará e quíchua sempre perde. A sua pobreza é congênita ao sistema e está amarrada a ele indefinidamente.

A expectativa de vida não chega aos quarenta anos e a mortalidade infantil chega aos incríveis índices de cinquenta por cento de crianças falecidas durante os três primeiros anos de vida. Estes dados foram levantados por William Carter, antropólogo norte-americano que realizou estudo em duas fazendas do Altiplano: Hirpachco e Huacullani, na década de sessenta. Dita situação não mudou.

Apenas cinco por cento da população indígena têm água potável e, na maior parte dos casos em decorrência do trabalho de Igrejas e instituições cristãs que organizam os camponeses para fazerem pressão sobre as autoridades e conseguirem esse mínimo para manterem condições de saúde.

É preciso viajar centenas de quilômetros para encontrar um médico na maior parte dos povoados do Altiplano. Tive uma experiência que vale a pena relatar. Era superintendente da Igreja Metodista num Distrito Aimará.

Acompanhado por um pastor dos Estados Unidos da América e por alguns camponeses viajamos até Jiwacuta, uma comunidade aimará sobre o Rio Desaguadero, próximo ao porto de Guaqui e acima do Lago Titicaca, a uns cento e cinquenta quilômetros de La Paz. Era época de chuvas e levamos quase seis horas para cobrir essa distância devido à lama do caminho. Para maior desgraça nossa tinha chovido toda a tarde durante a viagem. Chegamos ao anoitecer e, apenas nos instalamos na humilde cabana em que morava o pastor Condori o qual nos estava esperando preocupado pelos perigos da viagem, quando chegou e — sem aviso prévio — entrou na casa um camponês aimará, vestido humildemente, semblante de angústia e desespero. Trazia uma trouxa e, pondo-a sobre a mesa, começou a desfazê-la. Era uma “coisinha” (um menino) de aproximadamente seis meses. Soubemos depois que tinha um ano e meio. Explicava em sua língua e o pastor traduzia. Fazia vários dias que estava muito doente e com muita febre. Quando soube que vinham uns pastores da cidade, ele o trouxe a fim de que orássemos por ele. Afirmava que estava certo de que ficaria bom. Apalpamos a cabecinha da criança que ardia em febre, tinha manchas características de sarampo. Toda a assistência médica que tinha recebido eram as infusões de ervas que o “yatiri” (curandeiro) da comunidade lhe tinha dado.

Nossa primeira reação era indagar onde havia médico. Pergunta ingênua. O mais próximo se encontrava na cidade de La Paz, distante as mesmas seis horas arriscadas que tínhamos percorrido. Continuava chovendo. Decidimos levá-lo a Guaqui onde havia uma enfermeira, freira católica. As condições da estrada não nos garantiam chegar, era noite e a estrada estava coberta de lama. Dissemos ao homem que levasse a criança de volta para casa e a mantivesse bem agasalhada. Assim que acabasse de chover nós o pegariamos e levaríamos a Guaqui ou a La Paz. Tínhamos um jipe de tração dupla. Oramos pela criança, pondo as mãos sobre a cabecinha quente como nos tinha pedido. Pedimos a Deus mais umas poucas horas de vida até acharmos um médico. O pastor que me acompanhava tinha permanecido em silêncio o tempo todo e quando acabamos de dar a única aspirina que havia naquela casa, levantei os olhos e, à luz da vela, pude ver as lágrimas em seu rosto. Era a imagem da impotência.

Quando o camponês se foi, aquele pastor, quebrando o silêncio e quase aos berros dizia: “Que mundo desgraçado este! porque se uma simples espinha aparece no meu nariz ou no de qualquer membro de minha Igreja nos Estados Unidos, logo podemos consultar um especialista, e vejam como esta criança se consome e morre lentamente cercado de miséria!” Disse-lhe que este menino representa os milhares que morrem sem que o mundo burguês tome conhecimento a tal ponto que não há mais lágrimas para chorá-los. A morte se tornou hábito e religião. Os aimarás crêem que, sempre que morre uma criança, isso quer dizer que há mais um “anjinho” no céu para interceder por eles diante de Deus.

Acrescentei ainda para o pastor: Trabalhamos noutra investigação no Departamento de Chuquisaca, área quíchua, juntamente com a Ação Católica Loyola. Na pesquisa descobrimos que as mulheres até quarenta anos tinham dado à luz oito vezes em média e desses partos sobreviviam dois ou três filhos. Os demais tinham morrido antes de nascer ou durante os dois ou três primeiros anos de vida, de enfermidades cuja causa principal é a desnutrição, companheira inseparável dos aimarás e quíchuas do nascer ao morrer. É congênita. A média diária de consumo de calorias é de mil e oitocentas (FAO, Nações Unidas). Grande parte dessa percentagem é consumida pelas pessoas ricas da cidade, donde o podemos calcular, com certo otimismo, que, no Altiplano, o consumo diário é de mil calorias por dia. A mesma FAO diz que, para trabalhar oito horas diárias em tais altitudes são necessárias pelo menos mil e quinhentas calorias. Os brancos e mestiços da cidade criticam sempre os índios aimarás e quíchuas: “São moles, não trabalham como os camponeses estrangeiros, por isso temos uma produção tão baixa.” Bonita comparação. O índio boliviano come o suficiente para trabalhar duas horas e meia, e todo o trabalho restante o faz às custas de seu corpo que se vai consumindo lentamente. Ajuda-se com o mascar coca que o entorpece até o dia em que cai

junto a seus bois e arado para não se levantar mais e terminar morrendo de tuberculose em sua casa esmulambada.

Estas palavras e pensamentos me atropelavam enquanto eu tentava explicar àquele pastor por que é que nós somos também culpados direta e indiretamente pela morte daquele menino e de tantos milhares desconhecidos em todos os países do Terceiro Mundo. Disse-lhe: "A história se fez presente neste acontecimento."

Dormimos com nossas roupas para enfrentar o intenso frio e estarmos prontos para partir. O irmão camponês veio muito cedo de madrugada acordar-nos, novamente trazia o menino agora envolto num pano branco e limpo. Vinha sozinho. Iamos recriminá-lo por ter trazido o menino com aquele frio intenso. Num pouco de castelhano e com o rosto impassível ele nos disse: "Morreu. Venho pedir-lhes que me acompanhem no enterro". Caminhávamos em silêncio na direção do cemitério rústico. O irmão ia na frente com a criança nos braços. Chegamos a um lugar onde havia muitas cruzes brancas, eram de outras crianças que tinham tido a mesma sorte. Esperava-nos um pequeno grupo. Ninguém chorava. Junto da mãe outros dois com cinco ou seis anos. Brincavam ignorando o momento. Tinham cavado um buraco. Intencionalmente pedi que o pastor norte-americano dirigisse a mensagem e a oração, a fim de relacionar simbolicamente os dois mundos opostos, que naquele instante se contrapunham. Um existe às custas do outro, pensei. Eu traduzia para o espanhol e o Pastor Condori, que se unira ao cortejo, para o aimará.

O Pastor norte-americano começou: "Perdoai-me, irmãos, por esta morte. Meu coração se despedaça e revolta. Deus não deseja estas mortes inocentes. Nós, os ricos da América, somos culpados por criar estes dois mundos com a nossa lascívia e egoísmo. Num desses mundos a vida dura tanto (e eu vivo num deles) que não sabemos o que fazer com os velhos; enquanto aqui, neste mundo de miséria, símbolo da antívida por causa do pecado humano, a vida é tão efêmera. Sinto, sobre mim, o pecado do meu povo que, em cima da vossa pobreza, acumulou tantas riquezas. A injustiça pesa sobre a minha alma e corrói a minha consciência. Jamais poderia imaginar que a vida fácil e cômoda de nosso país e de todos os países ricos da terra estivesse assentada sobre estas lágrimas que escorrem do rosto do Senhor. Porque vós sois a face e o corpo do Senhor Jesus Cristo. E hoje, ao devolver este corpo inocente à terra, vos asseguro que de agora em diante não me calarei para tornar conhecidas e denunciar as forças injustas deste mundo, as quais voam como flechas, noite e dia semeando dor e sofrimento como este que me coube presenciar neste instante. Tenho lido muito sobre a pobreza, conheço estatísticas, mas agora Deus me deu a lição da vida ao tomar conhecimento da pobreza na dura realidade dos pobres degredados da terra."

Não creio que aqueles irmãos aimarás tenham entendido aquelas palavras, sem dúvida sentiram o abraço solidário e a promessa de lutar por um mundo novo mais fraterno, mais humano e, acima de tudo, mais justo.

Esta é a história de mais de três milhões de camponeses aimarás e quíchuas da Bolívia e também a de mais de quinze milhões de índios da América Latina que sofrem da mesma sorte. Os que imigram para as grandes cidades são devorados de maneira mais sutil e sofisticada. Está tudo organizado para a sobrevivência dos poderosos. Deus, porém, guardou uma esperança para os fracos e pobres, já que a Bíblia nos diz e ensina que Deus está do lado dos humildes e pobres, e também sabemos que ele confirmou esta esperança em Cristo, e que agora está levando a sua Igreja conhecida e desconhecida a que cumpra tal esperança: a criação do futuro.

A OBRA METODISTA ENTRE OS AIMARÁS

Breve história

A Igreja Metodista trabalha com os aimarás há cerca de sessenta anos. O trabalho enfatizou em maior ou menor escala a proclamação do Evangelho com a preocupação de salvar a alma; havia um certo interesse pelo homem total visto que a pobreza era por demais clara e dura. Sem dúvida a obra social era um bom pretexto para expandir o "Reino". Apesar de distorcido, de qualquer forma, o Evangelho foi pregado e ensinado. Por isso os aimarás conservam certas idéias fundamentalistas, contudo o seu marco de referência social não é outro senão o que lhe ensinaram os antigos missionários. Não julgamos suas intenções. Muitos gastaram o melhor de suas vidas. Hoje, porém, ao analisar o sentido mesmo da missão, descobrimos que por trás se ocultava uma ideologia que pretendia retardar a mudança de estruturas injustas com obras de caridade, com a pregação de um Evangelho deformado que pretendeu tranquilizar essa quarta parte do mundo que desfrutava de todos os benefícios contra a pobreza e miséria dos outros setenta e cinco por cento. Esta quarta parte não apenas se acha no mundo rico, como também em países do Terceiro Mundo. Reafirmo: o Evangelho libertador não pôde ser encoberto e por isso foi penetrando na consciência do povo aimará, até o momento em que veio à luz, dando origem à Igreja Metodista mais revolucionária e comprometida com os pobres do Continente Latino-americano.



Ah! esta paciência de todo dia...

No ano de 1976 em que se deu a insurreição aimará, a Igreja Evangélica Metodista da Bolívia (IEMB) possui seis mil membros dos quais dois terços são aimarás ou quíchuas. Os restantes são mestiços e brancos da cidade. Entre estes há os aimarás "civilizados" que foram absorvidos ideologicamente, embora não etnicamente, pelas classes médias urbanas. A distribuição étnica do País é esta mais ou menos: vinte e cinco por cento mestiços e brancos; setenta e cinco por cento aimarás e quíchuas.

A minoria mestiça e branca, os "karas" (em aimará: brancos), dirigiu a Igreja desde a sua fundação. Primeiramente os missionários norte-americanos e depois os "karas" urbanos. Estes eram pessoas instruídas enquanto a maioria dos aimarás eram analfabetos. As escolas da Missão tinham formado alguns deles nos moldes paternalistas missionários e esses, depois, se integraram.

Na metade da década 50-60 foi aberto o Seminário Wesley em Santa Cruz para capacitação de pastores camponeses. Nele foram estudar jovens aimarás que se tinham destacado no trabalho da Igreja e alguns líderes leigos também. O Seminário terminou por abrir os olhos e tomar consciência objetiva das implicações de um Evangelho libertador. E foi o grupo desse Seminário que liderou o levantamento aimará. Durante seis a oito anos se incubou e amadureceu a visão de uma nova Igreja Popular na Bolívia.

Foi a partir da Revolução do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) de 1952, que a Igreja Metodista despertou para a realidade social do país. As maiorias camponesas quíchuas e aimarás do país se haviam levantado contra uma ordem injusta estabelecida durante séculos sob formas "cristãs e democráticas". Os índios com o seu trabalho mantinham uma pequena parte da pirâmide social que em 1952 não excedia a dois por cento; seja trabalhando nas minas, seja como "mitayos" (escravos) nas fazendas, herança intocável da conquista espanhola. A Igreja Metodista tinha-se solidarizado com o movimento (das maiorias índias), porém mais de palavra do que de fato, já que a direção da Igreja estava na mão de missionários e de líderes urbanos de classe média. Porém o setor camponês, influenciado pela leitura do testemunho bíblico, independente do que havia de negativo ou positivo no trabalho dos líderes da cidade, não somente acompanhava os fatos como os analisava em reuniões fechadas de aimarás. Daí saíram muitos líderes revolucionários de 52 e aí se prepararam para a grande insurreição aimará no interior da Igreja Metodista, em 1972.

Os pastores do Seminário Wesley começaram a graduar-se em 1956. O Seminário foi fechado na metade da década de 60. Os grupos urbanos e missionários perceberam o grande perigo que significava esse grupo consciente para conquistar o controle da Igreja. Foi uma das razões para o fechamento. Ditos pastores já tinham começado a questionar a validade democrática da direção da Igreja: "Por que, sendo maioria, nós, os aimarás, não temos representação proporcional na Igreja?" Tais vozes foram sendo silenciadas de vários modos.

Na década de 50/60 ocorreu uma febre de aquisição de terrenos e construção de edifícios. Deu-se isto graças ao apoio da Junta de Missões Metodistas de New York que, por sua vez, tinha sido influenciada por um missionário (posteriormente descoberto como agente da CIA) o qual declarara a Bolívia "Terra de Decisão". Isto é, por um quadriênio (56 a 60), se deu ênfase especial a contribuições financeiras e de pessoal. A Bolívia chegou a ter setenta casais de missionários, principalmente dos Estados Unidos e de outras partes do mundo. Alguns contribuíram para o processo de libertação, outros, pelo contrário vieram com propósitos predeterminados de desviarem as influências do processo revolucionário que acontecia no país. A maioria tinha uma formação fundamentalista e pietista. É difícil julgá-los fora do contexto histórico.

O objetivo deste trabalho não é avaliar a tarefa missionária da Igreja Metodista dos Estados Unidos na Bolívia. Dever-se-á fazê-lo, entretanto, algum dia, a fim de pesquisar como, partindo de uma obra tradicional de caráter pietista fundamentalista se evoluiu para uma Igreja de fato comprometida com o processo de libertação na Bolívia e na América Latina. De forma alguma queremos desmerecer o trabalho realizado pelos missionários da Igreja-mãe, antes sim analisá-lo em sua verdadeira perspectiva histórica dentro do quadro do processo de libertação latino-americana e analisar o papel que desempenharam os missionários e as Igrejas.

Revolta aimará na Igreja Metodista da Bolívia

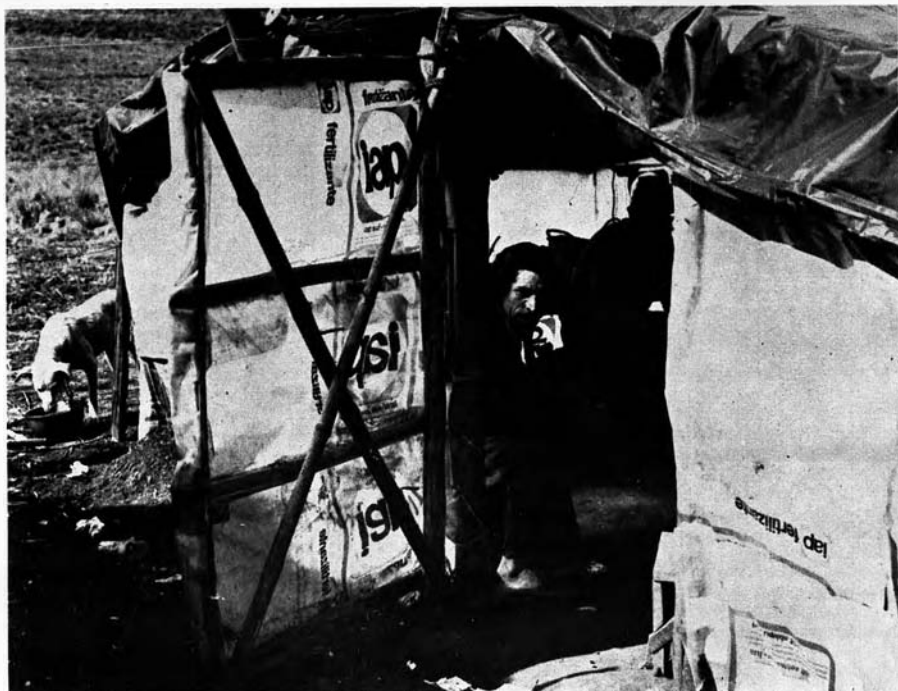
A história da rebelião dos aimarás contra a ordem estabelecida pelos “karas” na Igreja Metodista, começou nas reuniões de leigos e pastores, na maioria aimarás, em Ancoraimes. No ano de 74 realizou-se um Congresso de Leigos nesse povoado do altiplano boliviano, começaram ali a levantar-se as vozes dos aimarás, criticando a desproporcional e injusta relação e participação que há entre as Igrejas rurais dos aimarás e as urbanas, no que diz respeito à direção. Protestavam contra a hegemonia e controle por parte da classe média urbana sobre as instituições, nomeações e a direção da Igreja. Os aimarás eram oitenta por cento da Igreja e entretanto não havia senão um ou dois representantes nas Juntas Diretoras da Igreja e estes geralmente eram aimarás da cidade que tinham aspirações de classe média. Um técnico em relações humanas, o mexicano L. Robles, convidado pelos dirigentes da Igreja para realizar estudo sobre situação e relações entre as classes sociais da Igreja, descobriu facilmente a dominação de um grupo missionário branco da cidade sobre a maioria da Igreja aimará camponesa. Sob os auspícios dos aimarás, publicou seu informe sob o protesto das autoridades brancas. O informe denunciava asperamente tal situação e causou áspera reação, além disso o estudo aumentou a efervescência entre os aimarás. O silêncio mantido durante séculos desandou a criar explosões em diversas partes do país.

Capacitação e Formação dos Leigos Aimarás: Seminário de Extensão

Uma das grandes preocupações da Igreja Evangélica Metodista da Bolívia foi a capacitação e formação dos muitos pregadores e leigos aimarás no Altiplano. A base dessa formação era tipicamente paternalista e debaixo dos moldes tradicionais de um Evangelho iníquo, ao qual principalmente interessava o lado espiritual. Foi nomeado para esse trabalho um dos pastores aimarás que tinha saído do Seminário Wesley em Santa Cruz e que se tinha caracterizado por sua inconformidade com a situação. É um dos pastores aimarás de maior consciência quanto às condições em que vive seu povo. Foi um dos líderes daquele movimento. Apesar dos poucos recursos, Alexandre promoveu a capacitação e a conscientização de seu povo a partir da realidade na qual viviam. Afirmava que tinha necessidade de repetir a encarnação de Cristo no mundo aimará. Dizia que ainda não se tinha tornado efetiva a encarnação do Evangelho entre o povo aimará, mas apenas se tinha reproduzido a cultura de dominação e opressão que vinha dos grupos da cidade, mestiços e missionários. “É necessário — dizia — conhecer a nossa história e é nela que se deve incarnar o Evangelho”. Começou a estudar a cultura dos Kollasuyo e ele mesmo escreveu vários textos em linguagem acessível a seu povo. Os seus cursos eram acompanhados com ansiedade pelas Igrejas aimarás do Altiplano, não apenas os metodistas, mas por todos os líderes das diferentes comunidades.

Esse trabalho imediatamente desencadeou e organizou a resistência e protesto que se estendeu por todo o Altiplano, incluindo muitas comunidades não metodistas.

Realizaram-se por todo o Altiplano reuniões com mulheres, líderes sindicais, leigos, e foi aí que germinou a rebelião aimará. O movimento recusava qualquer tipo de mistificação espiritual do Evangelho e proclamava um Evangelho incarnado na própria realidade do povo aimará. Estudavam a situação econômica, as relações de produção, os problemas da comercialização, a dominação cultural e política que, durante séculos tinha sido exercida contra o povo aimará. O Evangelho significava agora Liberdade, não, porém, aquela liberdade espiritual que lhes tinham pregado os antigos missionários e repetida pelos atuais “mistis” (brancos), antes o Evangelho significava uma libertação das condições de pobreza e miséria nas quais se achavam. Significava que os seus produtos precisavam obter melhores preços nos mercados da cidade; significava que as suas mulheres não tinham que ir para as cidades como domésticas para trabalharem quatorze horas diárias em



Uma pausa no meio da luta.

até sete dias com salários miseráveis e em condições infra-humanas de subsistência. Libertação significava também que as autoridades de sua Igreja tinham que ser pessoas identificadas vitalmente com as suas necessidades; e foram em grande número os protestos que se fizeram contra as autoridades da Igreja até com palavras rudes e duras. É interessante ler as atas dessas reuniões.

Assembléia da Igreja Evangélica Metodista da Bolívia (1976)

Foi assim a explosão na Assembléia reunida no Colégio Metodista de La Paz. Trata-se de um amplo Coliseu Fechado com todas as comodidades civilizadas e que geralmente é usado por grupos de classe média. Eram cerca de quinhentas a seiscentas pessoas. A participação era livre. Os aimarás se haviam mobilizado com seus próprios recursos e em caminhões. Eram a maioria. A presença deles era impressionante e decisiva.

Inicialmente registraram seu protesto e sem rodeios exigiram a renúncia do Bispo. Muitos da cidade, de classe média, tentaram, como sempre faziam, explicar e amenizar a situação e tentar dissuadir os aimarás das posições inflexíveis e a aceitarem a legalidade do sistema. Era impossível dissuadi-los. Havia outra força e motivo para a sua revolta. "Por que nós, sendo maioria, não temos representação ou pelo contrário não dirigimos a Igreja já que somos maioria?" Depois de muitas discussões e reuniões de grupos, tentativas de persuasão e pressões, o Bispo viu-se obrigado a renunciar.

Decidiu-se não ter mais bispo, porque ele representava o autoritarismo e a verticalidade dos interesses de grupos minoritários da cidade e se optou por um triunvirato. Foram eleitos três dos quais dois eram entretanto de classe média e um aimará, contudo afirmavam sua solidariedade para com as exigências aimarás.

Esta, porém, não era a resposta final e não satisfaz as aspirações dos aimarás. Nos anos 76 e 77 houve novos atritos entre os dois grupos e recentemente, no ano de 78 se dá uma mudança mais profunda na Igreja com a eleição do primeiro bispo aimará, o Pastor Zacarias Mamani. Na Assembléia quase se deu a divisão da Igreja. Graças, porém, à direção sábia do Bispo Frederico Pagura da Argentina, evitou-se o rompimento. Os aimarás não eram mais

manipuláveis, já não se podia pensar nas artimanhas sutis dos da cidade. Uma frase se torna célebre nesse momento. Os aimarás escutavam silenciosamente os longos discursos e as explicações dos "karas". Com a consciência de serem a maioria na assembléia, um dos irmãos se levantou e disse: "Sim, irmão, tens razão, mas, vamos ao voto!" Os da cidade naturalmente protestavam contra a tirania aimará por meio dos votos. Outro dos irmãos aimarás se levanta e diz pausadamente: "É interessante, irmãos, quando vocês impunham os seus interesses, sendo minoria, não havia tirania, isso era chamado de democracia; agora, porém, que as maiorias decidem democraticamente, e vocês são testemunhas disso, agora vocês chamam a isso de tirania".

Outro momento difícil foi quando a maioria aimará decidiu usar seu idioma como língua oficial da Assembléia e, por cortesia, traduzi-lo para o espanhol. Nós, os da cidade, de classe média nos beliscávamos para conferir se eram reais (e não sonho) os momentos que estávamos vivendo.

Protótipo da Libertação

A experiência aimará na Igreja Metodista repercutiu imediatamente entre todos os setores camponeses da Bolívia. A Federação Nacional de Camponeses, os sindicatos, as centrais de camponeses, falavam e comentavam a respeito dos fatos ocorridos na Igreja Metodista. Os pregadores leigos aimarás se encarregavam de difundi-los.

Os aimarás diziam que o que ocorrera na Igreja Metodista era um *protótipo da libertação*, daquilo que algum dia terá que acontecer a nível nacional. A Igreja nada faz senão repetir a injustiça da realidade boliviana, uma minoria branca domina e oprime a grande maioria aimará e quíchua do país. E isto tem que acabar algum dia.

O povo indígena está em processo de formação de sua consciência, de seus direitos, de sua libertação. Não deverá passar muito tempo até que suceda no país o que aconteceu na Igreja Metodista. É o tempo da paciência de Deus, quando são oferecidas todas as oportunidades para a mudança. A situação explode quando nos obstinamos em defender o que é indefensável: a injustiça.

O teólogo norte-americano Reinold Niebur disse não ser possível que uma sociedade imoral possa produzir o protótipo do homem moral. Por isso torna-se difícil que o processo ocorrido na Igreja Metodista possa ser sustentado e reproduzido em toda a sociedade global boliviana. No entanto continua a sua marcha e parece que se aproxima o tempo quando as grandes maiorias oprimidas pelas minorias vão iniciar um processo de libertação que liberte ambas as classes sociais fazendo de ambas apenas uma.

Os ataques contra o processo de libertação aimará dentro da Igreja se levantaram imediatamente. Por exemplo, os chefes de família ligados aos colégios metodistas da cidade diziam que se os aimarás se atrevessem a tocar nos colégios da classe média, que o governo tomaria medidas imediatas contra eles (Deve-se lembrar que dito processo ocorreu durante o governo conservador do General Banzer). Alguns líderes da classe média nas Assembléias brandiam ameaças de intervenção do Governo. Os irmãos aimarás não se assustaram, pelo contrário, serviram-se disso como estímulo para prosseguirem.

Sem dúvida, os aimarás reconheceram que, com o tempo, a luta foi enfraquecendo. Os principais pontos fracos foram os aimarás integrados. Estes, quando se deveriam tomar decisões importantes e finais, deram para trás porque isto atingia direta ou indiretamente seus interesses. Eles têm fortes vínculos e aspirações à classe média. Alguns pastores inclusive os que tinham tomado parte ativa no início do processo, começaram a retrair-se e se aliaram aos da cidade. Tudo isso enfraqueceu de certa forma o processo, mas não o deteve. A mudança é irreversível.

Os aimarás afirmam que a encarnação de Jesus Cristo no meio de seu povo acendeu uma luz que não poderá ser barrada nem no tempo, nem no espaço. "Não é possível que possamos continuar a viver em tais condições infra-humanas indefinidamente e sujeitos a condições de pobreza e opressão." O Evangelho despertou uma tal consciência de liberdade que não pode ser apagada senão pelos mesmos atos de sua própria libertação.

O Problema do Racismo

A passagem de um exacerbado racismo para a compreensão dos problemas da divisão em classes sociais foi uma das contribuições que — através da reflexão e da análise na formação de líderes aimarás — o Centro de Formação Ecumênica e Seminário de Extensão produziu nos últimos dois anos. A divisão entre pobres e ricos não se dá exclusivamente na base da raça, embora haja certa relação. A exploração e a opressão geram pobres entre aimarás e brancos e estes devem unir-se para lutar por sua libertação. Os cristãos não temos por que nos escandalizar quando, na análise social, se usa a categoria de classe, porque simplesmente os fatos históricos é que nos revelam essa realidade.

Tal perspectiva de Raça e de Classe Social levou os aimarás a uma bem maior compreensão dos problemas sociais e econômicos e fez com que, por isso, pelo menos a nível de lideranças, estejam superando o racismo implícito em seu próprio movimento. Reconhecem que há pobres explorados e oprimidos seja entre os aimarás, como entre os que vivem nas cidades e que uns e outros deveriam unir-se na ação para conseguir a libertação de todos.

O Centro de Formação Ecumênica

Foi organizado, em 1979, o Centro de Formação Ecumênica sob auspícios e o apoio de várias Igrejas que tinham interesse na formação e capacitação de quadros dentro das perspectivas libertadoras do Evangelho. Dita capacitação se fundamentou na reflexão bíblica e o seu relacionamento com a situação atual dos aimarás. A metodologia foi o estudo bíblico-laboratório. Analisou-se a realidade social presente do povo aimará e o que dizia a Palavra de Deus. De tal reflexão surgiram os fundamentos para apoiar a mudança. Em seguida incluía-se um dos estudos bíblicos-laboratório para repeti-los em muitas comunidades do Altiplano. Transcrevemos aqui os comentários dos irmãos aimarás tais como ocorreram. A exposição do homem e a sua realidade à luz do Evangelho necessariamente o transformam para melhor.



Com um no colo e o outro por vir.

ANALISANDO A HISTÓRIA À LUZ DA PALAVRA

Estudo bíblico-laboratório

Textos bíblicos: Salmos 8.6-8; Mateus 6.10,11; Salmo 15; Lucas 10.25-37

Que nos diz o Salmo 8, especialmente nos versos 6 a 8?

— "O salmo diz que a criação foi posta a serviço do homem; quer dizer que o objetivo é fazer com que todos os homens consigam a felicidade" — comenta um dos irmãos.

— "Está bem claro que é a criação, ou seja as coisas materiais da criação foram postas a serviço do homem. Aqui não se diz que apenas os judeus, os gregos, ou os norte-americanos, ou os russos sejam os senhores das coisas criadas; ao contrário está muito claro que as coisas que Deus criou devem beneficiar a humanidade. Como temos visto, está claro que as coisas criadas por Deus na Bolívia estão beneficiando a um pequeno número de privilegiados, não só no mundo, mas aqui em nossa pátria a Bolívia. Por exemplo, os "mistis" (brancos da cidade) vivem melhor do que nós; têm melhores escolas, hospitais, luz e água, boa alimentação, enquanto nós aqui, no Altiplano,

temos poucas coisas. Nossas crianças morrem e, comparando as coisas, nós somos bem mais pobres com relação aos que vivem nas cidades."

Uma das irmãs se levanta e faz o seu comentário:

— "Se Deus, como diz o Salmo, fez a criação para que se repartam igualmente os bens entre os homens, por que então permite que haja ricos e pobres? Este é um problema que sempre me preocupou. Por que eu não sei se Deus verdadeiramente quer isso, ou se nós é que fazemos contra os mandamentos de Deus. Quando eu era criança via meu pai que trabalhava nas minas, e sempre fomos muito pobres e com muitos filhos. Um dia meu pai foi trabalhar na mina e nunca mais voltou, eu era muito pequena e não entendia. Desde esse tempo sofremos muito eu, meus irmãos e minha mãe. Tenho fé em Deus, porém, inúmeras vezes tenho protestado contra ele, porque penso que ele permite o sofrimento."

A discussão tornava-se acalorada. Havia perguntas e respostas que levavam a um Evangelho que também questiona a realidade.

Outro irmão aimará levanta-se e diz:

— "Parece que Deus era somente bom e tinha boas intenções, mas parece que apareceu um grupo de homens mais vivos que primeiramente se aproveitaram e imediatamente arrumaram tudo para que os outros não conseguissem participar dos bens materiais. Estes, segundo escutei dos políticos, são os capitalistas que se organizaram em sistemas e bancos, fazem empréstimos e outras coisas a fim de que nós, os pobres, dependamos deles. Os ricos ficam sempre com a maior parte. Não acredito que Deus queira isso, porque Deus disse que nós somos livres para fazer o bem ou o mal, e eu creio que tal coisa é fazer o mal, e visto que Deus nos deu a liberdade, ele aceita estes fatos, porém estou certo de que vão sofrer o julgamento e, oxalá, que tal juízo não seja na outra vida, mas nesta vida."

Aí um jovem se levanta com voz firme e diz o seguinte:

— "Irmãos, o mais triste desta situação é que a Igreja, a qual se dizia representante de Deus, tem abençoado os ricos e prejudicado os pobres."

Outro irmão disse laconicamente:

— "Há palavras muito bonitas, porém ainda não respondemos à pergunta de como Deus vai ajeitar estas coisas." E me perguntou por que Deus não faz alguma coisa para atrapalhar os ricos e ajudar os pobres.

Outro irmão:

— "Eu li na Bíblia, creio que é no Evangelho de Mateus, que o Senhor Jesus disse que é muito difícil um rico entrar no Reino de Deus. 'É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus.' Creio que isso está bem claro porque sabemos muito bem que os ricos para manterem a sua riqueza se tornam cada vez mais desumanos e inconscientes. Porque o rico sempre quer ter mais e nunca se contenta com o que tem, e procura amontoar cada vez mais riqueza, são muito avaros. Por isso eu me pergunto por que a Igreja, seja Católica, seja Protestante, está com os ricos, quando está bem claro que deviam estar com os pobres, é o que diz a Palavra de Deus."

Outro irmão continua o comentário de maneira quase emotiva:

— "Eu acredito que Deus está sacudindo este mundo, acaso não estamos vendo que as Igrejas estão mudando, até mesmo os padres e os pastores estão tornando a vida impossível para os ricos? Não percebemos que os ricos e os políticos estão perseguindo cada vez mais aos padres e pastores, porque eles estão falando duramente contra os ricos e se estão identificando com os pobres e pedindo que se construa um mundo novo no qual haja mais justiça e mais amor? O mais triste é que alguns 'karas' metodistas estão com os ricos, embora sejam pobres."

Outro irmão, apoiando-o, disse:

— "Neste caso, temos que ver que, quando falamos de Igreja, não devemos

generalizar, porque a verdadeira Igreja de Jesus Cristo está entre aqueles que são e estão com os pobres e tal coisa não acontece somente com uma Igreja, mas em todas as Igrejas. Eu creio que a divisão da Igreja já não se faz entre católicos e protestantes, mas entre aqueles que estão com os pobres e os que estão com os ricos."

Bem, irmãos, vamos ler outras passagens para aprofundarmos ainda mais o nosso debate e os conceitos do Evangelho. Em seguida lê-se Mateus 5; Salmo 115; e Lucas 10 (a parábola do bom samaritano).

Diz aqui que habitará no tabernáculo de Deus o que pratica a justiça e não aquele que tem idéias sobre justiça, mas o que pratica a justiça.

Um irmão se levanta e diz, dirigindo-se ao pastor:
— "E o que é a justiça?"

Partindo de um plano de idéias, eu poderia muito bem dizer-lhes o que é a justiça, porém é muito mais importante que nós e especialmente vocês, camponeses, definam o que é a justiça, por isso eu lhes devolveria a pergunta e ficaria alegre se me dissessem vocês o que entendem por justiça.

Um camponês, envolto em seu poncho, comenta:

— "Eu não entendo leis ou coisas semelhantes, mas eu vejo os resultados. Justiça, para mim, é todos viverem bem. Posso dizer o que não é justiça e isso eu não sei dizer com palavras bonitas, mas posso ver como vive o meu povo, como sofre e compará-lo com outros povos que são felizes, que têm tudo; então, para mim, isso não é justiça, isso é injustiça."

Outro irmão:

— "A mim não me preocupam tanto as diferenças que agora vemos, porque estão estabelecidas assim e parece difícil mudá-las. O que é importante é que nós saibamos as causas por que uns são pobres e outros são ricos, e isso não temos que ver partindo de fora, mas primeiramente investigar em nossas comunidades aqui e logo poderemos entender melhor as coisas que acontecem lá fora. Seja no país ou também no exterior. Porque em nossas comunidades também podemos descobrir que há algumas diferenças, embora não sejam muito fortes, mas há diferenças. Por exemplo com os vizinhos (são os comerciantes intermediários aimará que vivem nos povoados e que devido ao crescimento econômico conseguiram acumular riquezas. São os que compram os produtos dos camponeses e os vendem na cidade). Creio que são eles os que se aproveitam primeiro da nossa pobreza e depois são os comerciantes que vêm da cidade."

"Noutras palavras, são os que causam a pobreza e produzem riqueza. Estudemos, por exemplo, a questão da *produção de batatas*. O saco de batatas (6 arrobas) os intermediários nos comprem ao preço de trezentos bolivianos (\$Bs 300 = \$US 15) e vendem na cidade por quatrocentos (\$US 24). Se a batata é especial alcança setecentos e vinte bolivianos (\$US 36); quer dizer que o comerciante ganha o mesmo que nós, praticamente sem fazer nada. Sem suportar os rigores do frio e do calor, os longos dias de trabalho no campo, nem corre o risco de a geada lhe destruir a colheita.

"Nós não somos burros. Agora sabemos, com a ajuda do Centro e Seminário de Extensão. Por exemplo estudamos os custos. A produção de batata, se calculamos certo, nos custa o seguinte: Sementes, junta de bois, adubo, cento e sessenta bolivianos (\$Bs 160); mão-de-obra cento e vinte (\$Bs 120). Total, duzentos e oitenta (\$Bs 280). Na realidade só ganhamos vinte bolivianos por saca. O fato é que nós não calculamos a nossa mão-de-obra e pensamos que a saca de batatas nos custa cento e sessenta bolivianos (\$Bs 160), ou seja oito dólares (\$US 8) quando na realidade nos custa duzentos e oitenta (\$Bs 280 = \$US 14). Isto significa que o comerciante ganha uma quantia igual. Porém quando compramos coisas da cidade sempre sobem no preço. Enquanto que a nós sempre nos pagam o mesmo preço e com isso nunca deixaremos de ser pobres."

“Acaso não pagamos pelos produtos que vêm da cidade como açúcar, arroz, macarrão, roupa, transporte sempre caros? Não podemos dizer nada senão pagar e é por isso que não comemos bem, tampouco temos boas roupas, muito raramente vamos à cidade.”

Uma irmã muito chateada disse:

— “Eu crio galinhas e produzo ovos e, de vez em quando também vou vender uns cordeirinhos na feira e no mercado. Vêm os atravessadores da cidade (mestiços) tiram-nos à força e nos pagam preços baixos, e, quando reclamamos, saem e trazem uma autoridade e nos obrigam a vender pelo preço que querem. Depois levam para os mercados na cidade e vendem por preços bem mais altos ficando com os lucros para eles e deixando muito pouco para nós. Me dá raiva e vontade de pegá-los, mas se protesto e digo alguma coisa, as autoridades imediatamente me prendem e nos põem durante dias na cadeia e não temos quem nos defenda, por isso temos que ficar calados e aceitar as coisas como são e guardar a nossa raiva.”

Durante as reuniões de estudo-laboratório se discute a terceira parte, o que concretamente diz o Evangelho para tal situação e o que devemos fazer. Temos lido muitas vezes a passagem do Lucas (cap. 4) que nos fala de “boas-novas para os pobres, saúde aos quebrantados de coração, liberdade aos presos, visão aos cegos, libertação aos oprimidos”. É isto que gostaríamos de pôr em prática, mas não sabemos como.

Começa então uma discussão quente sobre o que se deve fazer. Alguns lembram as velhas glórias de Tupac Katari e as sublevações de indígenas ao fim e princípio do século. Recordam também que foram massacrados e silenciados, às custas de muito sangue. Fala-se também da revolução de 1952, percebe-se, porém, que ela foi traída e que os aimarás e quíchuas foram usados pela classe média para conquistar e conseguir seus intentos. Embora no princípio tenha ido bem, a Reforma Agrária e tudo o que veio depois se perdeu e atualmente estamos como antes, mais abatidos.

Depois de prolongadas discussões, chega-se aos seguintes pontos de vista, respondendo à pergunta: Que devemos fazer?

1. Devemos conhecer a realidade em que vivemos para entendermos bem por que somos pobres e quem são os que ocasionam a nossa pobreza e quais são

O amigo chimarrão: presença constante de séculos.



os que se beneficiam dela. Somente assim podemos desenvolver uma responsabilidade que nos ajude a conhecer para mobilizarmos o nosso povo.

2. Depois de conhecer a situação em que vivemos e descobrir as causas de nossa pobreza, devemos organizar-nos para nos defendermos melhor. Sem organização não é possível a defesa. Isolados, somos facilmente dominados e controlados; porém se nos unirmos por meio de nossas organizações, podemos ser fortes e mudar as coisas. Vejam o que se passou com a Igreja Metodista. Quando acontecer no país o que houve dentro da Igreja Metodista, então, sim, teremos atingido estágios maiores de nossa libertação. Precisamos organizar-nos em sindicatos, em associações, em comunidades, em tudo o que signifique unir os nossos esforços, seja para coisas de que necessitamos imediatamente, seja para coisas de que vamos necessitar no futuro.

3. A organização deve ser a partir de nossas bases e não devemos deixar que venham os "karas" (brancos) da cidade para nos organizarem, porque nós conhecemos muito melhor a nossa situação e podemos fazer melhor as coisas e sempre segundo os nossos interesses. Porque quando vêm os "karas", embora cristãos, sempre prevalecem os seus interesses e nós somos usados como escada. As organizações de base devem sempre ser dirigidas por gente pobre e não por pessoas da cidade, mesmo que digam que estão do nosso lado.

4. Devemos introduzir mudanças rápidas, partindo de nossas bases e comunidades. Não podemos permitir injustiças entre nós, porque se não nos acostumamos a fazer o que é justo, então não vamos poder fazer bem as coisas como pensamos.

Como diz o Salmo 15, devemos praticar a justiça nas coisas pequenas, porque assim vamos alcançar as coisas grandes. Porém, tampouco devemos perder-nos nestas coisas pequenas, mas também lutar pelas coisas grandes que afetam as nossas comunidades como os preços dos produtos e as coisas que compramos. O Evangelho também afirma, na Parábola do Bom Samaritano, que aquele que faz e pratica a justiça e o amor vale mais ainda do que aquele que está lendo a Bíblia e orando o dia inteiro, mesmo que seja religioso. Porque os religiosos quando viram o ferido passaram de largo e foi o pobre que parou; fez a verdadeira prática do amor e da justiça, assim também nós devemos praticá-la a fim de alcançarmos um dia uma sociedade mais justa e mais humana."

E dessa forma está em gestação o processo de libertação dos povos oprimidos da terra. Os cristãos estamos contribuindo com o nosso grãozinho para que a verdadeira paz (o SHALON) seja construída neste mundo.

CHILE: A PÁSCOA DIÁRIA, PEGADAS DA MORTE E SINAIS DE ESPERANÇA

Em nossos estudos bíblicos nas comunidades católicas populares e nas nossas Igrejas Pentecostais, geralmente a nossa reflexão se apóia nos cânticos. Eu os convido, por isso, a cantarmos juntos o cântico "Posso confiar no Senhor".

Nosso estudo bíblico propõe uma reflexão sobre a recente história do povo chileno, daquela história anônima que se escreve de baixo para cima, das fibras mais elementares do tecido social, história de todos os dias, história cheia de pistas de morte e nas quais aparecem milhares de sinais de esperança e expressões de ressurreição.

As pegadas da morte são muitas e todas elas apontam para a destruição da identidade do povo: destruição das pessoas; destruição de seus níveis de vida — morte lenta e diária; a destruição, em última instância, do direito à vida.

Os sinais de ressurreição são profundos, evocam a continuidade da luta popular que pode ter momentos de baixa, porém não se interrompe, já que tem a sua tradição e a sua memória da qual pode tirar forças.

Morte e ressurreição, porém, condensam-se em situações que, pela sua profundidade, chegam a ser símbolos dos caminhos, por um lado da negação e por outro, desejo de VIDA. Por isso mesmo a nossa reflexão se iniciará afirmando uma situação que contém, em seu próprio interior, as pistas da destruição dos dominadores de um povo e os signos da ressurreição que emergem das reservas da experiência popular. São denúncia de morte e anúncio de ressurreição. São o desaparecimento e assassinato de um grupo de trabalhadores da Fábrica de Papéis de Laja, cujos cadáveres foram encontrados no Cemitério de Yumbel num enterro clandestino efetuado pelos militares, depois de seis anos de busca.

Neste drama, queremos incluir muitas outras mortes, a aniquilação progressiva da classe trabalhadora, porém incluímos também muitas ressurreições, o levantar-se de trabalhadores e camponeses, a rearticulação difícil e perseguida das organizações de favelados e de trabalhadores, a resistência diária a partir do bairro, da fábrica, do comitê de desempregados. A reestruturação dos partidos populares, o compromisso dos cristãos na luta, as comunidades cristãs tomando parte no movimento popular não ao lado nem fora dele.

Por tudo isso, oferecemos a vossa reflexão estes dois textos da Bíblia: Gênesis 4.8,9; Ezequiel 37.1-14.

Em seguida vou ler uma reflexão publicada na Revista Mensaje, feita por um sacerdote que durante longo tempo acompanhou os familiares de presos desaparecidos. Escreveu a referida reflexão, depois de participar dos funerais dos mortos que, depois de muito trabalho, foram devolvidos aos familiares e sepultados no cemitério de Laja. O sacerdote é José Aldunate.

"Depois da missa, foram saindo os caixões para a pracinha. Então o velho sino do lugar começou a tocar. Sino imenso, relíquia do antigo templo destruído pelo terremoto de 1939. Era o coração do povo que tornava a soar, comovido pela presença de seus filhos sacrificados. Com ele, todo o povo se emocionou. Foram chegando de todos os cantos; os trabalhadores da fábrica de papel que estavam terminando o seu turno; mulheres com suas crianças; parecia que nem os cães tinham ficado em casa. A multidão aclamava as vítimas enquanto se ia preparando para a procissão: 'Companheiro Luís Onofre Sáez... Presente! Companheiro Fernando Grandón Gálvez... Presente!' E assim os dezenove. As aclamações soavam como compromissos com o 'companheiro morto'. Põe-se o cortejo em marcha. Desfilam pela rua Larga

que constitui o lugarejo e que se estende por quase três quilômetros até o cemitério.

“Enquanto marchava com o grupo, sentia que comigo caminhava a Igreja com o povo. Este povo que me cercava, não era exatamente, sem dúvida, de paroquianos meus, era, porém, o povo com o qual a Igreja se comprometia: o dos explorados, oprimidos, famintos e sedentos de justiça (Mt 5.1-12). Existem ambientes nos quais me tenho sentido fora de lugar. Aqui, porém, como homem de Igreja, pude identificar-me plenamente com este povo em marcha e com a sua preocupação fundamental. Percebia nas suas atitudes e expressões, a ação do Espírito de Deus. Percebia que efetivamente aqui se estava vencendo a mentira, fazendo justiça, suscitando a vida. Este povo estava respondendo a um anseio latente na humanidade por um Reino de vida, de justiça e de paz no qual fôssemos todos irmãos.



O machado que fere...

“Aqui, debaixo da abóbada azul do céu, parecia-me assistir a uma nova proclamação dos Direitos Humanos. Não se tratava mais dos direitos civis — que, além do mais, nunca foram lá uma grande solução para um povo sofrido ou faminto desde tempos imemoriais. Tratava-se da proclamação do direito fundamental do homem à vida. Diante do assassinato impune de seus filhos, e frente a sua própria destruição moral, Laja reage. E num impulso certo, traduz tal reivindicação em compromisso de luta.

“Dois fatos bíblicos me pareciam dar profunda significação a esta marcha: o primeiro era o do povo hebreu na saída do Egito para voltar a possuir a terra que Deus lhe tinha dado. Esta era também uma marcha de libertação. Assim o sentiam todos visivelmente, não somente os homens, mas as mulheres e crianças. Marchavam e dançavam, assim, fisicamente, como os hebreus diante da Arca na qual Deus os acompanhava.

“O segundo fato, era a entrada de Jesus em Jerusalém, numa espontânea manifestação do povo judeu. Saudavam a Jesus Libertador. E quando os sacerdotes do templo se escandalizaram com os gritos deles, Jesus replicou: ‘Se estes se calarem, as pedras gritarão’.”

Cântico: O povo geme de dor.

PARTE DO ESTUDO BÍBLICO QUE CORRESPONDEU A MARIA ANGELES M.

A Comunidade à qual pertencemos está situada na Comuna de Pudahuel, zona marginal da grande Santiago. Às margens do rio Mapocho, em cujas margens há acampamentos, campos de futebol improvisados, depósitos de lixo...

A comunidade começou com um grupo de moradores que no ano de 1972 participaram da invasão das terras que habitam, do abastecimento popular, etc. Após o golpe militar nós nos vimos da noite para o dia afundados no terror: invasões de domicílio, expulsões das indústrias... e às margens do rio chegavam diariamente cadáveres fuzilados sem julgamento durante a noite, os quais eram arrastados pela água. As pessoas dali viram muitas tragédias, muita dor. Levantou-se uma grande muralha em nosso futuro.

O grupo conversava sobre os seus problemas, sobre o que podíamos fazer. Nesse momento as pessoas percebiam a necessidade de um refeitório por causa da tremenda fome que sofriam. Após este início solidário alguns desejaram iniciar uma reflexão sobre a Bíblia.

Em sua maioria eram pessoas desempregadas, senhoras que trabalhavam de faxineiras, domésticas ou lavadeiras, biscateiros e do PEM (Plano de emprego mínimo que foi criado depois do golpe como um tipo de salário-desemprego pelo qual uma pessoa tem que trabalhar em tarefas necessárias à sociedade: auxiliar de enfermagem, varrição de ruas e praças, construção...). O salário do PEM é na base de trinta e cinco dólares e, atualmente, o quilo de pão é de 75 centavos, o de açúcar é de um dólar e trinta centavos e entre gastos com os lotes, a luz e água gastam-se cerca de vinte dólares.

Vivemos em lotes de terreno que são de vinte metros quadrados. Atualmente em cada lote há uma média de duas famílias pois não tem havido construção nem ampliação de áreas em todo esse setor e de um modo geral em Santiago. As casas são de madeira, com cobertura de fonolita (papelão coberto de alcatrão), temos tanque de água à entrada do loteamento e estendemos fios de luz.

Certa ocasião a Comunidade participou de uma ação de protesto dos familiares de detidos-desaparecidos. Posteriormente, como é costume em tais comunidades, refletimos sobre que significado tinha este fato. Juntos oramos com o texto bíblico que acima lemos (Gênesis 4.8,9).

Na Comunidade ficou gravada a expressão: "Onde está teu irmão?" Desejávamos saber onde estava nosso irmão desaparecido. Pensávamos que poderia ser um monte de ossos secos já (Ezequiel 31.1-14), algo que já não existia mais, mas queríamos a vida de seus familiares, de todos nós, buscávamos a verdade sobre o seu paradeiro e que tal coisa não tornasse a acontecer em nossa história chilena.

E essa pergunta continuou ressoando na Comunidade e continuávamos perguntando: "Onde está teu irmão?"

Assumimos uma tarefa: saber onde estava o nosso vizinho, as pessoas do lugar. Começamos a descobrir que no lugar em que estava o nosso irmão era precisamente onde estávamos nós como moradores, como Povo, e era aí onde também estava nosso irmão Jesus, onde encontrávamos o Senhor da Vida que faz com que os nossos ossos secos se encham de carne, e de nervos, e de energia libertadora.

Começamos, a partir do que íamos descobrindo, um trabalho mais amplo: equipe de saúde que pudesse defender os direitos à saúde e que ajudasse em situações concretas de desnutrição, de doença... (hoje estão organizadas por quarteirões e setores...) um trabalho nas casas com relação ao problema das contas de água. Uma oficina de costura, recreação para as crianças, abastecimento a fim de baratear o custo da alimentação e evitar o atravessador do lugar que nos vende muito mais caro, etc...

Sentimos que voltamos a ficar de pé, a querer caminhar, a derrubar a muralha que puseram diante de nosso futuro e do futuro de nossos filhos, sentimos que os nossos ossos se enchiam, dia a dia, de VIDA.

Hoje essa pergunta continua sendo como a nossa própria fé, como a vida que nos permite prosseguir buscando, libertando-nos, continuar descobrindo o Senhor de nossa história.

Grãos que serão, um dia, grandes árvores de sombra e abrigo.



Eta cafezinho que esquentar e refaz as forças.

PARTE DO ESTUDO QUE CORRESPONDEU A P. ERASMO

No ano de 1959 se deu em Santiago do Chile a primeira invasão de terras por moradores de um acampamento insalubre em que moravam à beira de uma encosta pestilenta, a "Encosta do Bebedouro".

Aquele gravíssimo problema se havia arrastado por muitos anos, de tal forma que os moradores organizadamente assumiram a tarefa de conseguir um lugar em que pudessem construir uma modesta casa.

A difícil aventura foi coroada de êxito depois de terem oferecido tenaz resistência à tentativa de desalojá-los. Nasceu assim o bairro popular "A Vitória".

Os nossos irmãos evangélicos também não permaneceram no antigo acampamento onde recebiam atenção pastoral e alguma assistência social.

Embora o fato de terem participado na invasão do terreno juntamente com outras famílias lhes tivesse causado problemas com alguns dirigentes da Igreja que preferiam vê-los resignados com a situação antes que comprometidos numa "ação ilegítima", impôs-se finalmente a justiça e continuaram aceitos como membros da Igreja. Surge com eles uma nova congregação, a qual se forma em meio aos dissabores de toda uma comunidade que lutava por sair de sua miséria. No início o templo humilde era algo como o "domicílio do amor fraterno". Entretanto, ao ficarem para trás as épocas de luta, essa mesma Igreja vai perdendo a sua consciência de ser pobre e começa a se fazer evidente o seu afastamento da realidade de um mundo ao qual em essência pertencia.

Frente aos fatos de violência e de morte, não estamos isentos do cansaço e desalento; porém, recordamos que Deus quis fortalecer a fé de Ezequiel a respeito da restauração de Israel, servindo-se daquela já referida visão de um vale coberto de ossos secos. O vale inteiro parecia precisar de vida e de esperança. Os ossos representavam toda a nação de Israel, à qual Deus promete devolver a vida e libertar da escravidão.

Tal é também a esperança de nosso povo e disso temos valiosos sinais.

O homem de todas as épocas teve sempre a insensata pretensão de prender a Deus nos limites estreitos de um templo feito à sua maneira. Deus, porém, não pode ser confinado no templo. O seu interesse está posto entre os povos que sofrem.

Hoje também chega até nós a voz que Moisés escutou: "Eu vi a aflição de meu povo."

A Bíblia nos mostra a postura difícil e ao mesmo tempo fecunda do precursor, o qual vivendo em seu tempo, vê claramente que os pilares que sustentam a estrutura histórica estão para ser derrubados. Ele não está livre do cansaço e do desalento. De seus lábios secos surge a amarga interrogação: Para que continuar?

As experiências amargas vividas no Chile depois de 1973 mudaram muitas consciências com respeito ao comportamento cristão. O bairro "A Vitória",

tão terrivelmente atingido de novo pela fome, conseguiu que a Igreja destinasse um lugar de seu templo para instalar um refeitório popular, o mesmo ocorreu com a Igreja Católica do setor.

No mesmo lugar de nossa referência anterior, faz alguns meses, se deu a construção de um Centro Comunitário, graças à ação organizada da Comunidade. Houve um culto ecumênico na inauguração e tanto o pastor como o sacerdote deixaram claro o seu propósito de que esse lugar jamais se transformará num monumento de sectarismo e estreitamento religioso.

Um sinal muito valioso de ressurreição são as Comunidades Cristãs de Base, onde se lê a Bíblia na perspectiva de nossa própria história e se tenta viver a Fé na solidariedade com os mais pobres, crendo e seguindo a Jesus Cristo, o Senhor e Libertador do homem.

Termino com a leitura de alguns parágrafos de um relato escrito pela Comunidade Cristã, **Cristo Libertador — Vila Franca: A dor, um desafio a toda a Comunidade.**

“O ano de 74 marcaria a Comunidade Cristã de maneira dolorosa e desafiadora. Três companheiros são presos e hoje são parte da imensa lista dos desaparecidos. São eles Lalo Lara, Enrique Toro e José Caupolicán. Também prendem nesses dias o Padre Mariano que reaparece depois, por causa da pressão do Cardeal.

“A Comunidade sofria, desta maneira, na própria carne, a repressão, a perseguição; alguns se assustaram e correram, os demais sentiram a presença de um desafio e, vencendo o medo e a insegurança, decidiram somar-se aos pequeno grupo de “Responsáveis” e “Comprometidos” da Comunidade.

“Chegar ao lugar de culto cada domingo era um fato desafiante, porque a repressão continuava sobre o bairro, sem saber se voltaríamos para casa ou seríamos somados aos desaparecidos. Nos lares de cada um de nós começa uma nova preocupação: estar ao lado das esposas e crianças desses vizinhos as quais ficaram sozinhas.

“Enrique era dirigente da Estrada de Ferro. Numa celebração de massa no dia da Ressurreição, contou-nos como sentia a força que o Espírito de Cristo lhe dava para prosseguir com o seu compromisso, apesar de já serem doze os companheiros mortos até então na sua Empresa, por causa de seu envolvimento político. Na Comunidade Cristã ele era assessor de jovens.

“Lalo era artista e cantor. Tinha bem claros os seus ideais de homem novo para uma nova sociedade. Na Comunidade Cristã era responsável pela Equipe de Catequese para a Primeira Comunhão, e membro da Equipe Pastoral.

“José começava a participar na Equipe de Batismo, tinha conseguido batizar seus três filhos. Era conhecido no local pela sua ativa participação no Abastecimento Popular durante os anos 72 e 73. Até junho o vimos ativo nos trabalhos solidários da ‘operação-teto’ do difícil inverno de 1974.

“Entre as atividades mais permanentes, surgem as atividades solidárias que se iniciaram nesse ano com a inauguração do Refeitório Infantil. O refeitório é a nossa resposta imediata às necessidades alimentícias das crianças, filhos dos presos desaparecidos, de outras cinco ou seis famílias cujos chefes foram detidos e para com crianças e famílias desagregadas por um ou por outro motivo. O seu funcionamento era o resultado de um esforço muito grande. No início não tinha local e ‘a coleta’ era feita de casa em casa, todos os dias, entre os moradores. Tínhamos uma campanha da batata e da cebola. Foi uma prática muito difundida e aceita pelos moradores. Mais tarde, pudemos contar com o apoio de organismos solidários da Igreja Católica que facilitaram o nosso trabalho difícil e necessário.

Temática dos Grupos de Trabalho

Os componentes da Consulta foram divididos, inicialmente, em oito grupos de trabalho para estudar a temática geral, conforme constante nos três capítulos iniciais do documento preparatório. Depois de quatro sessões de debates, extremamente ricos, onde perspectivas diversas foram apresentadas e tensões criadoras aprofundaram os temas, foi aprovada pelo plenário uma síntese dos oito relatórios. Certamente que muitos detalhes das discussões e riquezas dos relatos das experiências concretas dos participantes podem não estar presentes totalmente no resumo aprovado. Esse, entretanto, foi considerado como espelhando os pontos mais importantes dos debates e das conclusões dos grupos. A temática foi ordenada dentro de quatro linhas principais:

- Conhecimento e interpretação da realidade.
- O conceito de desenvolvimento.
- O compromisso da Igreja e dos cristãos com os setores populares.
- Ecumenismo.

Os resultados da discussão não se constituem em um documento fechado e normativo. Expressam, entretanto, uma prática e um desejo de Igrejas e de cristãos comprometidos com a luta dos setores populares. Reconhecem, também, que possam existir, nessas mesmas Igrejas, certas nuances de perspectivas e de práticas, unificadas pelo compromisso com o Evangelho e com o Reino, que se está construindo através da luta pela justiça.

CONHECIMENTO E INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

1. As ações das Igrejas se efetuam sempre dentro de uma situação concreta, historicamente definida. Nos últimos anos a realidade social da América Latina tem-se tornado, além de mais complexa, mais desafiante e dramática para todos aqueles que estão comprometidos na luta pela transformação dessas estruturas, por outras mais justas e humanas. Para se alcançar esse objetivo é mister que se tenha uma correta interpretação da realidade, utilizando-se para isso instrumental metodológico e científico fornecido pelas ciências sociais. As Igrejas são chamadas hoje em dia a conhecer mais profundamente a realidade social em que vivem e a tomar consciência dos mecanismos de dominação, muitas vezes encobertos ou revestidos de falsa aparência, que mantêm em estado de opressão a maioria da população da América Latina.

2. Quase todas as interpretações disponíveis do processo histórico do nosso Continente e da atual conjuntura são baseadas na perspectiva dos grupos dominantes. Muitas vezes a ação das Igrejas e dos grupos eclesiais está referenciada por essa interpretação, considerada equivocadamente como verdadeira. Hoje se está tomando consciência de que é urgente e necessário inverter a perspectiva: em vez de se partir da ótica dos grupos dominantes passar-se a ler e interpretar a realidade a partir da posição e do interesse dos pobres. Isso pode significar uma mudança profunda nas prioridades e na estratégia da ação pastoral. Muitos dos projetos que na aparência são significativos e humanitários, terão que ser discutidos e reavaliados. Essa nova leitura da realidade poderá trazer modificações a toda a vida da Igreja.

3. A história oficial dos países latino-americanos não dá importância ou interpreta falsamente os heróicos movimentos de resistência e de organização dos setores oprimidos da população. Assim sendo, pouco se conhece ou se divulga dos movimentos dos indígenas, dos negros, dos camponeses e dos operários. Geralmente esses eventos são desvirtuados e menosprezados. Isso não se dá somente com referência ao passado. Na atual conjuntura, sem dúvida, os dados mais importantes são a crescente consciência política dos



A preparação da sopa comunitária.

grupos populares e a sua força de organização, que têm ameaçado de desestabilização os sistemas dominantes de poder. Como reação a essa força social e política dos pobres, as estruturas de dominação têm-se tornado cada vez mais duras e repressivas, através da formação de estados autoritários e militaristas, que usam, muitas vezes, fórmulas ideológicas sofisticadas para legitimação dos seus interesses e como instrumento para deturpar e reprimir os movimentos populares. As Igrejas, em muitas ocasiões, não se dão conta da falsidade das interpretações oficiais e de uma forma ingênua fortalecem a posição dos grupos opressores.

4. A própria história da Igreja na América Latina está sendo reescrita. Infelizmente, se constata que houve equívocos e alianças comprometedoras dos nossos antepassados. Frequentemente a Igreja apoiou e legitimou a ação dos grupos dominadores e opressores, sem se aperceber claramente que estava ao lado da injustiça e do pecado. Mas, também, é preciso que se ressalte que não se pode fazer uma simplista generalização nesses julgamentos. Existiram, nos grupos evangélicos como nos católicos, elementos que souberam ressaltar os componentes de libertação e de esperança constitutivos da mensagem evangélica. Nos dias de hoje, felizmente, são cada vez mais visíveis e concretos os sinais de esperança e de justiça que estão brotando através de diversas Igrejas e grupos eclesiais, em diferentes países latino-americanos.

5. Como as Igrejas fazem parte orgânica da estrutura social dos nossos países e portanto da sua estrutura de poder, torna-se imprescindível para sua ação que se conheçam as formas de articulação dos mecanismos de dominação de nossas sociedades. Isso levará, sem dúvida, a análises de ordem política, que quase sempre causam resistência nas instituições eclesiásticas. A conjuntura atual mostra, ainda de forma mais evidente, a impossibilidade de uma dissociação entre fé e política. Evidentemente que isso não significa uma necessária opção político-partidária, mas uma compreensão mais abrangente da organização social. Muitas vezes os projetos das Igrejas e sua própria ação não levaram em conta as perspectivas políticas que eles contêm. Os mecanismos de dominação quase sempre estão encobertos por falsas roupagens e somente com uma profunda análise política podem ser desvelados e denunciados.

6. Qualquer análise da realidade latino-americana deve ter em conta a atual correlação de forças sociais e a densidade dos seus movimentos políticos, que

muitas vezes se expressam pelos chamados partidos políticos. Há, entretanto, formas de organização e de resistência populares que não se enquadram nos esquemas clássicos de análise. As Igrejas têm-se constituído, algumas vezes, em fontes de inspiração e espaço possível de mobilização e articulação dos movimentos populares. Uma correta interpretação dessa correlação de forças e das suas possíveis contradições indica o ritmo e o avanço da luta dos pobres e oprimidos. As Igrejas precisam estar atentas a estas análises para que o seu apoio à construção de uma nova sociedade seja uma real contribuição à luta pela Justiça.

7. Além da importância da análise sócio-política e econômica par atuação das Igrejas em todos os seus níveis, mas principalmente nas duas atividades relacionadas com os programas de ação social e desenvolvimento, deve-se enfatizar a necessidade de conhecer com profundidade os movimentos populares que cada vez mais se fortalecem na América Latina. Uma correta interpretação das novas forças de resistência e organização dos oprimidos torna-se imprescindível para qualquer atitude de apoio, solidariedade e envolvimento nas lutas populares.

8. Apesar de certos elementos comuns na conjuntura atual dos países do Continente, não se podem circunscrever as análises a esses aspectos mais generalizantes. É preciso levar em conta os aspectos históricos próprios de cada país, o grau de organização das suas forças trabalhadoras, a sua composição étnica, os seus movimentos políticos, a influência e as opções das suas Igrejas, o seu sistema repressivo, etc. A luta pela Justiça exige táticas e ações diferentes dependendo de situações muito concretas, histórica e conjunturalmente definidas.

9. As Igrejas devem ter muito claro que quase todos os chamados projetos de desenvolvimento que os governos estão implementando nos países latino-americanos não passam de uma proposta de crescimento econômico, extremamente concentracionista e injusta, que só é possível graças à exploração do trabalho, com o sacrifício de milhões de operários e camponeses. Esse crescimento além de concentrador é excludente, marginalizando amplos setores da população e aumentando os vínculos de dependência com os centros hegemônicos de poder.

10. Deve-se entender que para manter esse estado de injustiça e como consequência da crescente reação e organização dos setores populares, os Estados Nacionais foram buscando formas de justificação dos seus projetos políticos e econômicos. Uma das facetas mais proeminentes é consubstanciada na chamada Doutrina da Segurança Nacional, que se concretiza com faces diferentes nos distintos países e é prática comum que acompanha certas etapas do sistema capitalista. A maioria dos chamados programas de desenvolvimento da América Latina estão referenciados ou subordinados aos interesses maiores do projeto imperialista das grandes potências capitalistas. O papel e a importância da política das empresas transnacionais deve ser levado em conta muito seriamente pelas Igrejas e grupos eclesiais.

11. Há situações de extrema tensão em alguns países da América Latina, que exigem soluções urgentes e atitudes imediatas. As Igrejas e movimentos eclesiais estão chamados, à luz do conhecimento dessas conjunturas, a responder ao seu desafio com ousadia e rapidez, eliminando os entraves burocráticos que muitas vezes impedem a eficácia do apoio e dos gestos de solidariedade.

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

1. Não se podem entender os reais objetivos dos chamados modelos de desenvolvimento presentes na maioria dos países latino-americanos, sem referenciá-los às suas conexões em escala internacional e às diversas facetas do sistema capitalista.

2. É muito comum o uso ideológico do conceito de desenvolvimento. Quase sempre ele encobre, com certas enganosas aparências de progresso e modernidade, estruturas de dominação que buscam a consolidação de situações de injustiça e exploração. A perspectiva do desenvolvimento é originária e habitualmente vista pela ótica dos grupos dominantes e não pelos direitos do principal sujeito do desenvolvimento — a classe trabalhadora.

3. Há um grave perigo das Igrejas, sensibilizadas pela problemática e pela dramaticidade das questões trazidas pelo subdesenvolvimento, apoiarem e legitimarem equivocadamente programas de desenvolvimento propostos pelos grupos dominantes, que não levam em conta primordialmente os interesses populares. Uma questão deve estar sempre presente para os cristãos, tanto dos países ricos como dos pobres, quando se deparam com propostos programas de desenvolvimento: até onde eles são coerentes com a mais profunda e abrangente compreensão de evangelização e de Reino de Deus?

É preciso reconhecer-se uma tensão histórica entre projetos de evangelização e os chamados programas de desenvolvimento. A história da Igreja na América Latina mostra que ela se aliou, algumas vezes, a grupos dominantes em nome da chamada civilização cristã, que resultou em implantação e/ou solidificação de estruturas de injustiça.

4. Hoje se propõe uma nova compreensão de desenvolvimento para a América Latina. Ele deve ser entendido como um processo de libertação do povo, que necessariamente implica numa ruptura com as atuais estruturas de opressão e dominação. Para se caracterizar essa nova compreensão de desenvolvimento devem-se tomar como referência, pelo menos, os seguintes marcos: o povo como o verdadeiro sujeito do processo, participação popular em todos os níveis de decisão, uma expressão da luta pela justiça que supere as atuais estruturas sociais e um processo global e permanente.

5. Reconhece-se que não serão as Igrejas que irão resolver os problemas do desenvolvimento. Caberá aos verdadeiros sujeitos do projeto histórico da América Latina — os setores populares — a busca do caminho e a condução do processo. Há, entretanto, uma relação estreita entre o desenvolvimento entendido como uma luta pela justiça, conduzida pelos pobres e oprimidos, com a promessa e a instalação do Reino de Deus, dentro da perspectiva teológica que o Evangelho e a prática pastoral oferecem.

O COMPROMISSO DA IGREJA E DOS CRISTÃOS COM OS SETORES POPULARES

1. É precário qualquer intento de interpretação das instituições eclesiais tomando-as como se fossem um bloco monolítico. No momento atual da América Latina em que elas estão muito fortemente chamadas a tomarem uma pública opção de solidariedade com os pobres e de apoio às lutas, os conflitos e as discriminações no próprio interior das Igrejas ficam a descoberto.

A Igreja não deve pretender-se dirigente dos movimentos populares, nem hegemônica nas suas frentes de luta. Não pode erigir-se também em uma simples e competente agência técnica de desenvolvimento. Ela está desafiada a aprender a caminhar junto com o povo, escutando a sua voz e identificando-se com as suas lutas. Com humildade, como serva de Cristo, deve cumprir seu ministério de serviço.

2. Nesse caminhar com o povo haverá de exercer sua ação profética, assumindo todos os riscos que esse ministério poderá acarretar. Ao lado de uma intensa prática de solidariedade com os pobres, a sua voz de denúncia contra as injustiças se fará mais forte, associada à mensagem de esperança que o Evangelho oferece.

A Igreja não deve preocupar-se em encobrir os conflitos existentes na sociedade, que também penetram na sua estrutura, assim como não pode tentar desconhecê-los. Os conflitos da sociedade não serão resolvidos somente pela Igreja, fazem parte de uma luta política e econômica que ultrapassa os limites da própria instituição eclesiástica.

3. No ministério ou ação pastoral popular observam-se tensões dialéticas que motivam profunda reflexão de ordem bíblica, teológica e política por parte das Igrejas. Essas tensões não são necessariamente negativas. Pelo contrário, podem ser sinais de inspiração e de renovação sempre permanentes na caminhada dos cristãos. Os seus desafios não se constituem em elementos opostos, mas complementares e questionadores, dentro de uma perspectiva de totalidade.

Essas tensões manifestam-se mais agudamente a nível de agentes de pastoral, pastores, padres ou leigos, do que mesmo nas camadas populares da Igreja. A visão de globalidade do povo supera certas dicotomias, mais presentes em outros setores sociais.

Na América Latina, nos últimos anos, com o crescente envolvimento da Igreja nas lutas populares, algumas têm-se tornado mais evidentes. Podem-se destacar as seguintes:

- Movimentos populares e Ação Pastoral Popular;
- Movimentos populares e Estruturas Eclesiásticas;
- Grupos eclesiais, movimentos ecumênicos e Igrejas Institucionais;
- Reino de Deus e Igreja Instituição;
- Compromissos em termos de princípios e Compromissos em termos concretos (através de mediações sócio-políticas, como partidos, sindicatos, etc);
- Identidade cristã e Identidade política;
- Prioridade no fortalecimento da Igreja ou fortalecimento dos movimentos populares;

Não há tempo a perder: a horta para alimentar os companheiros.



- Autonomia da Igreja (o que significa manter sua capacidade crítica?) e autonomia dos movimentos populares (o que significa sua independência da Igreja?);
- O compromisso histórico preferencial da Igreja com os setores médios da sociedade e o desafio de hoje a um compromisso com os pobres.

4. Um fato muito significativo nos últimos anos tem sido a renovada importância que a ação evangelizadora vem alcançando. Tanto nas Igrejas Evangélicas como nas Igrejas Católicas a temática da evangelização tem sido aprofundada e redefinida. Ultrapassou-se uma certa confusão que a restringia a simples esforço de se obter prosélitos para uma determinada confissão religiosa, através principalmente da palavra, mas a ações mais conseqüentes que exprimiriam o anúncio e o testemunho do Reino de Deus. Passa a ser vista também como uma ação transformadora das condições que negam o Reino e tentam impedir o seu crescimento.

Na construção desse Reino os pobres e oprimidos são os privilegiados, os que recebem maior atenção de Deus. Assim a evangelização se faz principalmente através dos pobres, mas alcança e sensibiliza toda a Igreja.

A ênfase nos ensinamentos e a força da inspiração da Bíblia são motivos de alegria e de esperança no atual momento da Igreja da América Latina. Os pobres e oprimidos redescobriram o Evangelho e o utilizam em todos os momentos da sua existência, fazendo de forma natural a relação fé e vida.

5. Os movimentos populares que lutam pela justiça passam a ser entendidos como o principal motor de libertação, cabendo à Igreja ação de apoio e colaboração. É importante a Igreja estar atenta para, através de suas ações e iniciativas, não se constituir em fator de divisão dos setores populares. Existe o perigo — sempre latente, devido à força e aos recursos da Igreja — dela criar ou alimentar organismos paralelos às forças populares, mesmo que surjam sem a nomenclatura própria das Igrejas.

6. Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de se sublinhar a importância e de fortalecer os movimentos de luta contra a discriminação dos negros, dos índios, das mulheres e de outros grupos oprimidos das sociedades latino-americanas. O crescente número, nos últimos anos, desses movimentos e a densidade que vão tomando são mais uma prova evidente de que os setores



Ceifar para preparar a próxima colheita.

oprimidos passam a assumir, cada vez mais, o seu papel de protagonistas principais no projeto histórico que se está construindo. A Igreja deve-se rejubilar com mais esse sinal de esperança do Reino que se instala e prestar-lhe solidariedade.

7. Destaca-se a situação extremamente grave e urgente por que passa no atual momento a América Latina. Ressalta-se o grito de esperança que surge da experiência da Nicarágua e as manifestações de extrema violência em alguns países, notadamente na América Central. Essas situações estão exigindo atitudes corajosas e urgentes por parte das Igrejas e dos cristãos, de apoio, denúncia e solidariedade.

8. Os movimentos populares são questionadores também da própria Igreja e a estão impulsionando a uma reconversão permanente. As Igrejas que se estão verdadeiramente comprometendo com as causas dos pobres sentem evidentes sinais de renovação em todos os níveis de sua vida eclesial. Isso está se manifestando de forma concreta em muitos países da América Latina.

ECUMENISMO

1. Reconhece-se a importante e positiva contribuição que o movimento ecumênico tem trazido às Igrejas da América Latina. Tem sido fonte de inspiração para muitas Igrejas e cristãos, colaborando no alargamento de sua visão de fé e no aprofundamento do seu compromisso na luta pela justiça. Tem, também, ajudado a quebrar certas barreiras entre grupos confessionais. Lamenta-se que ainda não tenha atingido maior proporção em muitos países.

2. No atual momento o ecumenismo deve ampliar suas perspectivas, ultrapassando os esforços de unidade entre os cristãos, que foi sua característica principal nos seus primeiros anos, para ser também uma força de unidade entre todos os homens. O centro dessa unidade deveria ser colocado na comum opção pelos pobres na sua luta pela justiça.

3. O movimento ecumênico aumentará sua força no momento em que ele corresponder aos problemas e lutas do próprio povo. Não se pode constituir somente em relações fraternas e de comunhão, ainda que significativas, entre as hierarquias eclesiais. Deve transformar-se num lugar de encontro daqueles que lutam pela justiça, e as Igrejas podem-se constituir em espaço privilegiado para esse encontro. A problemática do povo é ecumênica por si mesma — a fome, a miséria, a opressão atingem a todos, independentemente de suas confissões. A luta para superar essas situações tem uma força ecumênica e de unidade ineludível.

4. Esse ecumenismo comprometido com a unidade real entre os homens oferece já uma esperança de profunda renovação do próprio movimento ecumênico atual, ainda que sua ênfase esteja baseada fundamentalmente em perspectivas intereclesiais e intereclesiais.

5. Reconhece-se, portanto, a necessidade de uma redefinição do que se entende por ecumenismo na América Latina. Além da deturpação da sua imagem que o movimento ecumênico tem sofrido por grupos, na sua maioria influenciados pelos setores dominantes e opressores da sociedade ou por análises superficiais ou restritas, nota-se que começa a haver uma certa tensão entre o conceito dominante entre certas autoridades eclesiais e teólogos e o que está sendo construído pelo povo e por cristãos comprometidos nas lutas populares pela justiça.

6. O movimento ecumênico, no seu processo de expansão e solidificação na América Latina deve levar em consideração as condições históricas da implantação das Igrejas Evangélicas, o atual contexto social do Continente e a emergência dos movimentos populares.

7. Nos programas destinados ao desenvolvimento entendido como a luta dos movimentos populares pela justiça, o ecumenismo ganha um sentido que ultrapassa o nível religioso e o esforço pela unidade dos cristãos, procurando alicerçar a unidade do povo.

8. Uma das formas de presença do movimento ecumênico da América Latina tem sido através de projetos de serviço e de desenvolvimento. A atual situação do Continente e das Igrejas está exigindo uma profunda análise desses mesmos projetos. Eles devem superar concepções imediatistas e assistencialistas e devem representar os interesses do povo, com seus valores e suas experiências. Devem constituir-se em meios e instrumentos dos pobres e oprimidos, que portanto deverão participar ativamente em todas as suas etapas e decisões.

9. Os mecanismos administrativos de financiamento dos projetos ecumênicos nem sempre são ajustados à situação concreta dos grupos populares da América Latina. É necessário dar-lhes uma nova dinâmica. Muitas vezes os entraves burocráticos e os lentos canais de decisão impedem sua eficácia, pois a sua demora e exigências não estão de acordo com a situação dramática de urgência em que se vive.

10. Os grupos ecumênicos na América Latina trouxeram uma contribuição significativa para o entendimento e o aprofundamento do espírito ecumênico nos nossos países. Com as novas perspectivas atuais, não só das Igrejas mas também dos movimentos populares, torna-se urgente que esses grupos façam uma severa auto-avaliação da sua prática, a fim de verificar se suas contribuições ainda significam elementos de libertação do povo.

11. Os projetos ecumênicos necessitam muitas vezes de certas mediações que se concretizam através dos denominados grupos intermediários. Reconhecendo-se a importância desses organismos, adverte-se, entretanto, para certos perigos em que eles podem incorrer, tais como:

- Monopólio da informação e da decisão por parte de grupos restritos de pessoas.
- Tendências ao burocratismo, que passa a ter preponderância sobre a perspectiva política e teológica dos projetos.
- Estabelecimento de um espírito de concorrência com outros grupos intermediários, na busca de recursos e de prestígio.
- Colocam-se como porta-vozes e administradores da esperança do povo, colocando-o, entretanto, em situação subalterna e dependente.
- A sua estrutura e composição não permitem a participação popular em todos os seus níveis de decisão.

12. Os movimentos populares, principalmente os que atravessam situações de emergência, necessitam canais de decisão especiais, rápidos e eficazes, e critérios ou padrões administrativos que estejam em correspondência com a realidade em que vivem. Os projetos ecumênicos devem obedecer ao ritmo ditado pelo próprio povo em suas condições concretas e não estarem subordinados ao ritmo e expectativa de outros grupos que não vivem sua experiência concreta.

13. Considera-se urgente a criação de canais de comunicação entre grupos e Igrejas dos diversos países, para que se desenvolva maior dinâmica de apoio e solidariedade entre aqueles que estão lutando pela justiça e os que são vítimas de situações de opressão e violência.

Outubro, 1980.

O trabalho diário deve ser mantido apesar da luta.



Relatórios dos Grupos de Discussão

Baseados no acordo obtido para a análise da realidade latino-americana (ver capítulo II da Agenda Anotada), os participantes da Consulta se dividiram em oito grupos de trabalho, cabendo a cada um deles a discussão de problemas específicos. Os relatórios abaixo informam a respeito do trabalho desses grupos. É importante levar em consideração o fato de que esses relatórios não pretendem dar uma posição que cubra todos os aspectos dos temas sobre os quais a reflexão foi feita, e apresentam apenas um consenso obtido em torno dos tópicos, durante os dias da reunião de Itaici. Nesse sentido, os participantes da Consulta estão conscientes de que esses textos são limitados, mas permitirão a continuidade de uma reflexão que é considerada necessária.

GRUPO I BASE PARA A PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO: VIA ECLESIAL E OPÇÃO POPULAR

O grupo concentrou sua atenção em torno dos pontos seguintes:

A análise da nossa praxis do desenvolvimento, a partir do nosso compromisso eclesial e popular; e

A problemática que encontramos nessa praxis com o objetivo de indicar algumas pistas de solução para estes problemas.

Praxis da nossa participação no desenvolvimento

a) Os termos

O desenvolvimento surge como resultado de um processo constante de libertação daquelas estruturas do sistema que mantêm a injustiça e a opressão.

A vida eclesial manifesta-se em nosso compromisso de anunciar e testemunhar o Reino de Deus a partir de uma fé pessoal e comunitária em Jesus Cristo, Senhor da História e verdadeiro libertador do ser humano. A opção popular expressa-se através da decisão que nos leva a colocar-nos do lado do povo oprimido, constituído pela maioria dos operários, camponeses, favelados, indígenas, subempregados e desempregados, etc. Buscamos, juntamente com eles, marchar para novas formas de convivência humana mais justas, assumindo todas as consequências práticas que esta opção exige.

b) Situação das comunidades cristãs

em relação a esta exigência da opção popular

Leigos e pastores expressam, cada qual segundo suas possibilidades e limitações, de diferentes formas, o que a opção popular pressupõe. Alguns, a partir de sua compreensão da fé cristã, comprometem-se com comunidades definidas, partindo direta e exclusivamente da realidade dessa comunidade, para definir a participação no desenvolvimento. Desta forma compartilham a vida, os problemas, as aspirações e as esperanças dos que formam essas comunidades concretas, localizadas: trabalham em bairros, em favelas, e na marcha dessas comunidades em direção a formas de convivência mais humanas e na sua participação nos movimentos através dos quais o povo reivindica seus interesses mais legítimos. Mas devemos observar ainda que há outros grupos que buscam o compromisso com certa comunidade local a partir de sua participação ou adesão à instituição eclesiástica ou eclesial, seja uma congregação, uma paróquia ou qualquer outro grupo organizado dentro da Igreja. Neste caso, o compromisso parte das exigências, critérios, recomendações e planos que se formulam a partir da instituição eclesiástica. Entra-se na realidade de uma determinada comunidade a partir de fora, com uma atitude de servir.

c) As tensões na busca do compromisso

No compromisso com uma comunidade local (seja uma área de periferia urbana, um povoado ou uma indústria, etc.) ao mesmo tempo que as tarefas administrativas, de organização e formação originadas deste compromisso, deve-se manter sempre a visão global de que estamos participando na marcha do povo para sua libertação. A meta é o Reino de Deus, que, sabemos, não vai realizar-se plenamente nas vitórias do povo que caminha através da história, mas é anunciado e antecipado através das mesmas. O povo testemunha essa história de salvação, e a instituição eclesiástica é chamada a acompanhar o povo.

Os membros da comunidade cristã participantes das lutas do povo podem dar diversas contribuições a ela: ensinar, trabalhar em refeitórios para crianças, organizar sindicatos, atuar na apresentação de temas para reflexão de grupos de base, assessorias, etc. O que importa é que seja uma tentativa de solidariedade efetiva e afetiva para com o povo. É parte de uma busca e de uma tentativa, e portanto é parte componente de um processo dinâmico. É importante manter uma tensão contínua entre os dois pólos do compromisso: por um lado, a dimensão eclesial da fé em Jesus Cristo que me chama a fazer parte da Igreja e que me anima a ser solidário com os seres humanos na busca de justiça para o oprimido; e — por outro lado — a dimensão popular da fé nesse mesmo Jesus, que apela a partir da realidade concreta do povo e de seus problemas, a participar nos movimentos populares e programas de libertação através dos quais expressam-se os setores populares.

Na vida diária essa tensão é inevitável, e além disso é o resultado de uma prática da fé que é saudável e fecunda. O compromisso, pela ótica eclesial,

apresenta-se quase sempre como se fosse uma promoção, de fora, em vez de uma libertação, de dentro; um serviço oferecido ao pobre em vez de um compromisso com o pobre; uma confiança nos próprios esquemas e planos de trabalho, em vez de uma esperança na marcha do povo; a participação em uma igreja que é vista como a "salvação" de um pequeno grupo, em vez da incorporação em toda a comunidade, sem exclusões; programas de promoção em vez de uma participação direta nas experiências e iniciativas dos grupos populares.

Deve-se notar também que há tensões que surgem da opção pelo povo, sobretudo quando estas ocorrem em situações pré-revolucionárias, e às vezes, imediatamente depois de haver começado a marcha das transformações revolucionárias. Surgem então problemas de linguagem, diferenças na interpretação da realidade, pluralidade nas decisões políticas, dificuldades surgidas da radicalização de posições, ao mesmo tempo que as resistências para não deixar-se absorver, como comunidade de fé, pelas ideologias que apóiam uma ou outra forma de compromisso com as mudanças. A fé em Jesus Cristo, Senhor da História e iniciador do Reino é cada vez mais exigente, e portanto sempre crítica das metas e métodos assistenciais, sociais e políticos.

d) Conclusões em relação à praxis cristã
de participação no desenvolvimento

1. *Formação de Comunidades Eclesiais de Base*: surge como necessária a busca de novas formas de expressão popular, a partir das realidades concretas do povo (bairro, sindicato, povoados, etc) para reunir-se e sentir-se convocados a uma releitura da Bíblia, a partir dos acontecimentos que se desenvolvem a nível local e nacional. A existência dessas comunidades já é a expressão de um novo modo de "ser igreja", tanto para os católicos quanto para os evangélicos da América Latina.

2. Um compromisso verdadeiro com o povo supõe partilhar da realidade e da vida dos seres humanos que compõem as comunidades populares concretas, com as quais queremos ser solidários. É necessário compreender que o grau de solidariedade efetiva pode ser medido de acordo com o grau de engajamento na comunidade local. É verdade, sem dúvida, que viver numa comunidade determinada não significa sempre incorporar-se definitivamente a ela. Como também é verdade que, de fora, podem-se prestar serviços à comunidade e demonstrar uma participação autêntica nas lutas do povo.

3. *Há diferentes formas de compromisso concreto, mas na mesma solidariedade fundamental*. Por exemplo, um pastor que age a partir de um compromisso com a Igreja não tem o mesmo papel que um dirigente sindical. Portanto, deve-se respeitar o pluralismo que resulta desses diversos papéis na sociedade em relação às interpretações dos processos e das lutas sociais. Há ocasiões nas quais se deve reconhecer que a enfermeira da comunidade é a verdadeira "pastora" e não tanto o padre ou ministro que ocupam oficialmente este cargo.

4. *A opção popular* pela mudança social deve ser entendida tanto como exigência de transformação de estruturas a nível nacional, como local, sendo muitas vezes acompanhada de pequenos projetos de promoção, serviço e desenvolvimento. A opção popular política também toma muitas formas: a luta pelo direito de greve, o compromisso reivindicatório por melhores salários, a participação dos índios em termos igualitários com o resto dos setores que compõem a sociedade no processo de tomada de decisões políticas, etc. É nossa experiência que nos leva a recomendar que, após terminada uma luta específica, deve-se começar outra, segundo as exigências das circunstâncias concretas.

5. Os ministros das Igrejas experimentam dificuldades especiais porque seu compromisso com a comunidade eclesial, sua formação "burguesa", a expectativa de receber uma mensagem de paz, amizade e resignação por parte de

seus paroquianos cria dificuldades para a formulação de uma mensagem verdadeira de libertação. Por outro lado, quando manifestam uma opção popular concreta são muito valiosos, porque com esse compromisso apelam a muitas outras pessoas, para que façam algo semelhante.

6. *A tarefa evangelizadora* e toda a prática pastoral em uma igreja determinada deve ser submetida a uma revisão radical, para que a mensagem e a ação que a comunidade eclesial irradia sejam autenticamente libertadoras, humanizantes e coerentes com as exigências que surgem na realidade do bairro e da nação.

A releitura da mensagem bíblica à luz dessa realidade implica num rompimento do modo pelo qual funcionam os mecanismos de autoridade e na participação dos paroquianos em todas as atividades da Igreja. É preciso criar uma nova forma de exercício da autoridade. A Igreja deve "indigenizar-se" mais. Tem que aprender a "escutar" mais a voz do povo, e deixar-se questionar pela realidade em que está submersa. Serão os pobres os que "evangelizarão" a instituição.

É preciso destacar também que em vez de um moralismo individualista, de uma vida pessoal de grande disciplina (não fumar, não beber, não misturar-se com os que ainda vivem nas trevas do vício), devem-se abrir os olhos para o pecado social e de omissão que consiste em não comprometer-se com o povo.

7. Em conclusão podemos dizer que a praxis de meu compromisso nessa tensão de fidelidade à mensagem evangélica do futuro Reino e à concreta opção popular no meu bairro concretiza-se num só compromisso. Não deve existir uma dicotomia entre as dimensões da exigência da minha fé e a ação na comunidade. Não são dois momentos separados. "Onde está o Messias?", pergunta João, encarcerado pelos poderosos do seu tempo. "Onde está a mensagem libertadora dos Cristãos?", nos perguntam tantos encarcerados pelos poderosos de hoje. A resposta de agora é a mesma do Evangelho de Mateus: "Digam a João o que viram: os cegos vêem, os coxos andam, os mortos ressuscitam e os pobres recebem a boa-nova" (Mt 11.4-5).

Onde há um compromisso de vida com o irmão, aí está a vivência libertadora do Homem de Nazaré, o único libertador.

Problemas específicos na praxis de nossa participação no desenvolvimento

Tem-se consciência da magnitude de tais problemas, que exigem um estudo mais amplo e profundo do que o que foi possível no curto tempo em que os participantes da Consulta puderam refletir sobre eles. É importante o fato de que essa reflexão continua a nível de cada comunidade cristã concreta que busca uma participação no desenvolvimento latino-americano.

1. Quando se analisa a prática popular, pode-se observar a dificuldade que se observa na passagem entre as necessidades de emergência (por exemplo, construir uma ponte, obter melhores salários, problemas de serviços comunitários, etc) e o processo de conscientização contínua sobre a realidade e o verdadeiro compromisso em favor de todo o povo oprimido.

2. Também há problemas relacionados com a ajuda que vem de fora, principalmente a que se expressa em termos financeiros: nota-se que falta diálogo e reflexão a respeito do povo que se quer ajudar, por parte das comunidades doadoras. Entre as comunidades ou Igrejas que recebem, às vezes o dinheiro chega somente às mãos do grupo dirigente, parte do qual pertence à classe média e nem sempre tem sensibilidade para as necessidades populares. Às vezes essa ajuda é usada para benefício exclusivo da pequena congregação eclesial, que nem sempre acompanha a realidade da comunidade popular. Outras vezes os quadros intermediários que recebem a ajuda são

pessoas de fora do lugar, que não têm uma verdadeira participação na vida da comunidade. Esta deve participar decisivamente no programa de desenvolvimento em todas as suas fases: desde a planificação até a avaliação, passando pela execução do mesmo.

3. Necessita-se de uma nova pedagogia de solidariedade entre os povos. Neste sentido os grupos de cristãos, as comunidades eclesiais tanto a nível nacional como continental e internacional são chamadas a rever os métodos de relação e comunicação, com o objetivo de obter uma inter-relação segura e uma ajuda mútua constante.

4. Essa comunicação e ajuda mútua entre as Igrejas deve ser estímulo para que se pratique um ecumenismo de base, a nível local. Na prática atual podem-se perceber sérias dificuldades para que esse tipo de relação aconteça. No entanto, quando há unidade entre o povo, este mesmo leva os pastores a superarem as diferenças. Um desbloqueio ideológico das nossas instituições eclesiais e eclesiásticas, alimentado numa vivência do ecumenismo na base popular, motivará os cristãos de todas as denominações a participar em uma mesma ação comunitária na luta pela justiça e a libertação. O ecumenismo, quando vivido a nível de base, exclui todo proselitismo e exclusivismo nos programas de promoção integral do povo. Nesse sentido, a prática do ecumenismo será um testemunho da opção pelo povo que sofre. Será a prova de que anunciamos um Cristo ressuscitado que marcha com o povo na direção do Reino de Deus.

GRUPO II

COMO ESCLARECER E RESOLVER A TENSÃO ENTRE IDENTIDADE CRISTÃ E ECLESIAL COM PROJETOS HISTÓRICOS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS CONCRETAS?

Observações metodológicas:

a) O grupo não se propôs dar soluções concretas a este problema para situações específicas, e sim apenas oferecer pistas de reflexão, já que cada situação é diferente, com as complexidades que lhes são próprias.

b) A sistematização que segue mais adiante é elaborada a partir da situação dos grupos e comunidades cristãs da América Latina, e não a partir de uma teoria geral.

c) A Igreja aproxima-se da problemática popular de forma diferente da de um partido político. A Igreja não é um partido político nem lhe compete trazer soluções no mesmo plano que um partido.

d) A existência da Igreja popular está muito ligada ao desenvolvimento do movimento popular.

e) Existem cinco grandes tipos de contextos diferentes na América Latina:

- países com violenta repressão
- países com uma forte repressão onde as Igrejas se abrem à resistência popular
- países que experimentam uma certa abertura democrática
- países que vivem uma situação pré-revolucionária
- países que vivem uma situação pós-revolucionária

Problemas abordados

a) Validade de certas atividades de solidariedade com o povo

Em momentos de forte repressão, a Igreja cria atividades e instituições que se constituem em espaços institucionais de organização popular. Ante a não-sobrevivência e a desarticulação dos movimentos populares, estes espaços se convertem num mecanismo de rearticulação para o povo. Quando estes espaços se politizam cria-se uma tensão no interior da Instituição, porque:

- o fato de que a atividade se tenha transformado num espaço de articulação das classes populares é algo que não foi buscado diretamente pela Igreja;
- estes espaços convertem-se rapidamente em cobertura para um certo grau de atividade política;
- a presença dos não-convidados, os setores populares, os não-crentes e todo tipo de gente em boa parte politizada, é incômoda para a Igreja. Ela não escolheu seu público;
- a Igreja fica surpreendida por essa nova realidade;
- isso se complica quando a Igreja tem um projeto "político" que não é o mesmo das classes populares;
- as coisas complicam-se ainda mais quando se aceita que, dentro da utopia global, entram projetos políticos parciais: concretamente, a falta de acordo dentro dos partidos e a tensão ainda não resolvida a respeito da relação partido-massa popular;
- finalmente, o fato da Igreja não ser homogênea, e embora exista uma *corrente* de Igreja popular, gera novas tensões no interior da ação pastoral da instituição.



A criança e a realidade: terá a mesma sina.

Sobressai, então, a validade destes espaços, porque:

- terminam carregando-se de uma forte dimensão política;
- neles neutraliza-se melhor o temor induzido pelo sistema;
- possibilitam uma certa organização e mobilização das pessoas;
- facilitam um certo trabalho de formação;
- conservam viva a memória da luta popular.

Nestas condições, portanto, coloca-se para a Igreja a alternativa entre permitir e estimular esse trabalho, ou retirar-se dele.

Surge uma grande perplexidade na Igreja quando se transforma a situação de repressão e se abrem outros espaços políticos. A instituição sofre um conflito semelhante quando, nessa abertura política, começa a surgir uma liderança política que escapa a seu controle. Nestes casos dá-se grande tensão entre a ação pastoral e a ação política.

b) Crescimento religioso — desenvolvimento político

Parece ser muito importante que a reflexão teológica acompanhe o processo político, não para justificar tal processo, o qual não necessita de legitimação, mas para assegurar uma validade maior ao processo. O caso de M. Romero é um exemplo disso. Disto se conclui que a integração dos cristãos no político é mais autêntica num contexto de renovação eclesial. As comunidades populares que partem de uma profunda vivência cristã, enraizada no compromisso, adquirem facilmente uma dimensão política. Isto propicia, por outro lado, o testemunho cristão dentro do compromisso político. O devido amadurecimento cristão em relação com o desenvolvimento político é um problema crucial na Nicarágua, onde a comunidade cristã deve buscar a maneira de alimentar os cristãos revolucionários em sua fé.

Em conclusão:

- Existem duas dimensões que é necessário distinguir e respeitar: a gratuidade do cristão e a racionalidade própria do político.
- A integração apropriada destes dois elementos depende, em grande parte, do contexto sócio-político e cultural de cada povo. Cada situação específica exige portanto uma análise adequada deste ponto.

c) Militância cristã — militância popular

A realidade das comunidades cristãs populares está recolocando o problema da relação vanguarda-massas. Nestas comunidades dá-se um ambiente de participação e iniciativa maior do povo.

Esta relação também reflete as diferentes situações:

- numa situação revolucionária triunfante: o problema principal para a comunidade cristã é desenvolver uma pedagogia de amadurecimento da fé dentro da situação revolucionária;
- numa situação pré-revolucionária: as fronteiras entre a militância cristã e a militância política se desfazem muito rapidamente; o processo leva com naturalidade a uma participação massiva dos cristãos;
- numa situação não pré-revolucionária: a tensão entre estas fronteiras é mais viva.

De qualquer maneira, parece ser necessário levar os cristãos a militarem no projeto popular mediante compromissos concretos; é somente num certo exercício de militância, em sentido amplo, que se chegará ao compromisso político.

A dificuldade entre a militância cristã e a militância política nasce do fato de que o cristão tem uma identidade eclesial. A tensão surge quando os programas do partido não se adaptam às exigências eclesiais. É preciso reconhecer, com base na prática, que esta tensão, no entanto, não se coloca para o povo, e sim para os agentes da pastoral.

As questões abordadas no desenvolvimento da discussão nos levam a descobrir como problema central a vigência de um dualismo nos setores cristãos e na prática política. É o dualismo entre identidade cristã e identidade política, entre evangelização e militância, entre o dado cristão e o dado político.

Na prática, tal dualismo leva à divisão da consciência cristã e à oposição entre duas dimensões que estão chamadas a integrar-se. O dualismo significa subordinação de uma das dimensões em benefício da outra. Ou o político é

subordinado aos cristãos numa busca de sacralização das práticas humanas, ou o que é cristão é subordinado ao político numa tentativa de apoiar uma determinada vontade política no "veículo" da consciência religiosa.

Neste sentido, tal dualismo expressa-se de uma forma dupla:

- como "dualismo eclesiástico" que, distinguindo e separando o plano espiritual do temporal, privilegia o primeiro e descarta o segundo por sua densidade política. É a fonte das "militâncias apolíticas" de nossas Igrejas;
- como "dualismo político" que separa o fator religioso do fator político para subordinar o religioso ao político. O cristão perde assim sua identidade e se converte em apoio estratégico-tático para determinado projeto político.

É interessante ressaltar a significação e as implicações deste segundo tipo de dualismo tão generalizado na prática de muitos grupos "progressistas":

- Neste dualismo prático, o cristão é reduzido à condição de instrumento do desenvolvimento político. Este tratamento instrumental implica num tratamento deficiente da consciência social no trabalho político.
- Revela uma incapacidade de leitura da realidade, da potencialidade revolucionária da prática popular cristã. Rouba seu sentido profundo ao manipular o cristão.
- Implica no desprezo de um elemento componente da cultura popular.
- Na prática, constitui-se num obstáculo para o desenvolvimento do movimento popular e trai seus dados históricos.
- Expressa uma concepção da política como construção extrínseca ao movimento popular. Mais que a construção de um sujeito político popular, privilegia-se a manipulação de objetos.

Tudo isso reflete uma concepção ideológica superestrutural, e não dialética, da política.

As implicações desse tipo de dualismo comportam:

- A proliferação de grupos mediadores que expropriam e administram práticas populares.
- Estes chamam a atenção para o atual desenvolvimento do ecumenismo na América Latina. É necessário evitar cair nessa perigosa armadilha.
- Por fim, esse dualismo como prática política, contribui para reforçar práticas não liberadoras e definitivamente faz o jogo do sistema opressor.

Apesar da superação desse dualismo, como comportamento político, ser um problema complexo e de muitas entradas que não pode ser abordado aqui, acreditamos que uma forma para tentar eliminá-lo é voltar-se para a unidade que existe no plano da prática concreta dos movimentos populares. Nela, a linha da libertação passa pelas etapas da construção de um projeto popular. Na construção, marcada por fluxos e refluxos, o que é cristão e o que é político convergem na gestação progressiva de uma hegemonia popular, base de uma sociedade mais justa. Neste processo, a identidade cristã não se dissolve mas se reafirma, fecunda o político e é fecundada pela prática de seus militantes comprometidos na prática política concreta.

A unidade da prática libertadora não é a identidade da prática cristã e da prática política. Cada uma afirma sua autonomia em relação à outra num único processo de construção do sujeito popular coletivo.

Não é possível determinar graus nem formas de autonomia sem nos referirmos às práticas concretas de cada situação. O que se pode afirmar é que, a partir dessa autonomia é possível reivindicar a identidade das práticas cristãs que, na perspectiva da construção do Reino de Deus, expressam seu compromisso na construção de um projeto político popular.

A partir dessa autonomia que descarta toda relação instrumental do dado religioso, reivindica-se a necessidade de aprofundamento do trabalho, no

interior de nossas Igrejas, na perspectiva de um compromisso libertador. Este aprofundamento leva a afirmar a vigência de um movimento eclesial popular que a partir do movimento popular seja um interlocutor válido, dentro das Igrejas.

Nota-se que as Igrejas Protestantes da América Latina ainda não manifestam um claro compromisso com os pobres e com as causas que expressam as reivindicações dos mesmos.

No entanto, há sinais animadores de um redescobrimento e releitura da Reforma. A dedicação ao "outro" sem mediações de poderes institucionais; a obediência unicamente à Palavra de Deus, através da qual ele se revela como único Deus Justo; a fé em seu Filho Jesus Cristo que nos faz participar em seu Reino; o Reino que pertence aos pobres em vez de ser dos sábios, entendidos e poderosos; são sinais que apelam ao protestantismo consciente da América Latina, para que estejam atentos ao clamor do povo oprimido. Muitos cristãos redescobrem sua responsabilidade social como consequência de seu reencontro com Jesus Cristo, o qual "a si mesmo se esvaziou assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens" (Fp 2.7). Descubrem o significado total do Reino de Deus, que rompe e invade as totalidades e autonomias humanas. Para eles, "sua cidadania" está nos céus de onde virá o Salvador que tanto esperamos, Cristo Jesus, o Senhor! Transformará nossa situação e nos incorporará a si, usando essa força com a qual pode submeter todo o universo (Fp 3.20,21). É por meio dessa força que os cristãos comprometidos da América Latina se inscrevem nos movimentos dos povos oprimidos, dando testemunho da graça de Deus na vida social e política de nossos povos. É sinal de grande esperança dessa nova vida o florescimento de tantas comunidades ecumênicas de base que não querem ser como "governantes dos povos pagãos os quais se comportam como donos deles, e no momento em que os oprimem fazem-nos chamá-los de benfeitores". Damos graças ao Senhor, ao mesmo tempo em que apoiamos e exortamos a que se multipliquem tais conversões no seio das Igrejas protestantes estabelecidas.

GRUPO III POLÍTICAS DE AJUDA, SOLIDARIEDADE E DEPENDÊNCIA EXTERNA

Os temas que mobilizaram a atenção do grupo foram os seguintes:

- Que significa "ajuda para o desenvolvimento"?
- Que significa "solidariedade"?
- O que é "dependência externa"?
- Que responsabilidade têm as organizações de base nos programas e projetos de participação cristã no desenvolvimento latino-americano?
- Qual deve ser a participação das Igrejas na América Latina em programas de desenvolvimento?

O conceito de "ajuda" tem, em geral, uma conotação paternalista. Por isso pensamos que é mais pertinente — quando se trata de participação no desenvolvimento como é entendido nesta Consulta — falar de um processo de plena participação e co-responsabilidade. Este último conceito pressupõe uma autêntica solidariedade na luta pela justiça devida, como sinal do Reino de Deus. A prática da corresponsabilidade implica também num processo de conversão permanente de mecanismos de opressão que operam a todo nível, tanto de estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais, etc, assim como de outros que operam através de estruturas administrativas, agências doadoras, Igrejas, etc. O exercício da corresponsabilidade pressupõe também, para quem tem a seu cargo a execução de projetos e programas de desenvolvimento, que abandonem a atitude cômoda e superficial que consiste em atribuir todos os problemas à ação dos países ricos e às agências doadoras. Deve-se compreender que o exercício da co-responsabilidade leva as agências doadoras a se colocarem dinamicamente dentro de um processo de participa-

ção nas lutas dos povos que apóiam. A partir disso, podem ir desenvolvendo um diálogo permanente com esse mesmo povo, graças ao qual irão corrigindo os desvios que possam existir em sua prática da solidariedade. Por sua vez, os setores populares terão como amigos os que os apóiam desta maneira.

Existe, sem dúvida, uma revisão constante entre os que podem estabelecer os critérios e prioridades para o exercício da participação e a co-responsabilidade. Segundo a prática das Igrejas e comunidades cristãs latino-americanas, essas pautas devem surgir de uma prática conjunta que liga estreitamente as comunidades eclesiais com as organizações populares. Neste sentido é oportuno enfatizar que as Igrejas e comunidades cristãs devem demonstrar confiança na capacidade moral e política dos grupos através dos quais o povo se mobiliza. É através deles que os setores populares mais esclarecidos tentam participar em processos de decisões que lhes são importantes. Portanto, uma "conversão ao popular" é muito importante. Isso significa que, no seio das comunidades eclesiais, sempre se deve perguntar o que é prioritário para o povo. Quer dizer, não se trata de impor os pontos de vista das Igrejas e das instituições eclesásticas, e sim de abrir-se para o povo, verdadeiro protagonista do desenvolvimento.

As experiências vividas pelas Igrejas latino-americanas no decorrer dos últimos anos deixa claro que é somente através da inserção na vida e nas lutas do povo oprimido que se podem descobrir, enriquecer e corrigir aqueles aspectos da vida das Igrejas de forma a permitir-lhes chegar a uma participação autêntica num processo permanente e dinâmico de desenvolvimento. Infelizmente, nem sempre as Igrejas e/ou as agências doadoras atuam dessa maneira. Há instituições eclesásticas e outras que praticam a ajuda internacional, as quais contribuem para reforçar mecanismos de opressão e de dependência. Neste sentido, não contribuem para o desenvolvimento, mas para o subdesenvolvimento. Ante esta constatação coloca-se a necessidade de desmascarar estes mecanismos de opressão, mostrando as inconsistências e distorções dessas políticas de "cooperação para o desenvolvimento". É importante desenvolver programas de educação e conscientização neste sentido. As agências doadoras que compartilham recursos provenientes de governos que postulam um tipo de sociedade diferente daqueles que os setores populares latino-americanos almejam, merecem um tratamento especial: como deve ser apresentado para elas o exercício da participação e da co-responsabilidade?

Consideramos que é parte da responsabilidade das agências doadoras, quando estão comprometidas num autêntico desenvolvimento libertador, denunciar estruturas, mecanismos de opressão e de dominação existentes na América Latina. Isto pode levá-las, às vezes, a enfrentar até aqueles que administram as fontes de seus recursos. Mas é também um testemunho de seu exercício de co-responsabilidade e solidariedade para com os protagonistas do processo de transformação para o desenvolvimento, na América Latina.

Em relação com a participação das Igrejas, mostrou-se que estas têm um grande desafio a enfrentar nos momentos em que o povo lhes oferece a possibilidade de co-participarem no processo de transformação social para uma comunidade mais humana e mais justa. No entanto, fica claro que nem todas elas estão dispostas a unir-se em torno desta possibilidade, pondo-a em prática. Mas também é necessário observar que há algumas Igrejas e grupos eclesiais que estão fazendo uma grande contribuição neste sentido e oferecem um espaço válido a partir do qual pode-se ampliar a participação cristã no desenvolvimento de nossos povos. O caminho mais apropriado para esta participação e unidade das Igrejas não se dá primeiramente no nível do discurso teológico, mas no do compromisso concreto com as lutas do povo.

GRUPO IV ORGANISMOS E MECANISMOS DE DECISÃO PARA A PARTICIPAÇÃO DAS IGREJAS NO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Linhas gerais

É importante enfatizar, de início, que qualquer organismo que tem a responsabilidade de receber, recomendar, analisar e avaliar programas e projetos de participação no desenvolvimento, deve concordar com as pautas de interpretação da realidade latino-americanas expressas no capítulo que resume nossa visão desta realidade.

Em segundo lugar, em relação à caracterização desses organismos, deve receber um mandato que expresse com clareza quais são suas funções, as quais estão detalhadas mais abaixo. O organismo de referência deve atuar com rapidez e eficiência. Sua composição deve refletir as bases amplas que a Igreja possui, e, portanto, deve ser aberto ao exercício da participação. Deste modo pode-se assegurar um certo grau de rapidez, equitatividade e objetividade no exercício de suas funções. Deve ser enfatizado, além disso, que é necessário que cumpra sua tarefa dentro dos marcos dos objetivos do CMI e de acordo com os parâmetros que este expõe sobre o processo de desenvolvimento.



Início do dia de protesto.

Em terceiro lugar, este organismo reforçará e enfatizará o princípio que promove a divisão ecumênica dos recursos. Estes devem ser dados primeiramente àqueles que são vítimas da injustiça e da opressão, mas sempre em um nível de igualdade (cf. 2 Co. 8.11-15) quer dizer, sem paternalismo, mas como uma expressão de solidariedade. Para isso, caso seja necessário, se promoverá a criação de uma comunidade de recursos humanos — técnicos, espirituais, financeiros, etc — entre Igrejas, e também de organismos e/ou grupos que não são membros do CMI. Através desta comunidade estabelece-se a unidade da Igreja com a unidade do gênero humano.

Em quarto lugar, é imprescindível para um bom funcionamento deste organismo de decisão, que exista uma comunicação fluida e eficaz entre os diversos programas e projetos que devem ser recebidos, analisados, estudados e recomendados, em termos de ação, às Igrejas e ao CMI em particular. Esta comunicação cria a base adequada para um bom funcionamento deste organismo. Neste sentido, as Igrejas-membros do CMI e os grupos latino-americanos que se relacionam com ele são chamados a responder rapidamente, quando consultados sobre programas e projetos que solicitam ajuda do movimento ecumênico.

Funções

- a) Avaliar projetos.
- b) Recomendar decisões sobre os projetos apresentados. Acompanhá-las, proporcionando o assessoramento necessário. O acompanhamento dos projetos deve ser de particular interesse para este organismo.
- c) Manter uma comunicação permanente com as Igrejas-membros, os grupos nacionais e regionais relacionados com o CMI.
- d) Conjuguar decisões entre CPID e CAISMR.
- e) Manter uma lista seletiva de programas e projetos de desenvolvimento na América Latina.
- f) Preparar a lista de serviços que o CMI deve prover para as sociedades da América Latina.
- g) Propiciar o intercâmbio de experiências e de informações entre os grupos relacionados com o CMI no campo da participação das Igrejas no desenvolvimento latino-americano.
- h) Promover o exercício da solidariedade entre os doadores da ajuda e os que a recebem, até às últimas consequências.
- i) Promover a coordenação de programas e operações de diversos grupos relacionados com o CMI, assim como também de suas Comissões, com aqueles organismos e/ou entidades ecumênicas da América Latina, cujos propósitos coincidem com os apresentados sob o título "Linhas Gerais" deste organismo.
- j) Promover, entre as Igrejas, os conceitos sobre desenvolvimento que se apresentam neste documento.

Estilo de Trabalho

As funções deste organismo serão exercidas com a participação ampla das bases relacionadas com ele, das Igrejas-membros, dos dirigentes ecumênicos latino-americanos e o correspondente pessoal do CMI (especialmente de CAISMR e de CPID). Entendemos que o processo para o cumprimento das funções assinaladas acima parte do nacional para o continental, passando pelo regional. Este organismo terá a responsabilidade especial de fazer com que as Igrejas-membros do CMI e os movimentos ecumênicos (grupos eclesiais) que aderiram às posições do CMI sobre o desenvolvimento, tenham representação no processo de tomada de decisões.

Composição

- a) Devem participar instituições eclesiásticas, representantes de grupos eclesiais e pessoas que aceitem o conceito de desenvolvimento proposto pelo CMI e esta Consulta.
- b) Será suficientemente ampla para que, em suas diferentes instâncias, incorpore o maior número de pessoas provenientes de Comunidades Eclesiais de Base no processo de tomada de decisões.
- c) Promoverá a participação de técnicos no processo de decisão (agrônomos, sociólogos, etc) cuidando-se constantemente de evitar a criação de uma nova tecno-burocracia ecumênica.
- d) Deve proporcionar representatividade adequada aos grupos populares de base com as quais as Igrejas colaboram no processo de desenvolvimento.

GRUPO V

AValiação DE PROJETOS E PROGRAMAS

Introdução

Observa-se atualmente na elaboração dos projetos que nem sempre a realização dos mesmos vai acompanhada de mecanismos de avaliação apropriados. Tendo em conta que o processo de "desenvolvimento" deve ser constantemente avaliado para aprender e corrigir, apresentam-se as seguintes pautas para a ação a este nível.

Convicções prévias

A avaliação não deve ser entendida como um problema de fiscalização ou controle meramente financeiro. Seu verdadeiro sentido está no estabelecimento de uma cadeia de solidariedade que permita apoiar e exercitar a prática da libertação. Isso implica numa relação eficaz e transparente entre os diversos elementos que compõem a cadeia (CMI, agência financeira, Igrejas ou grupos intermediários e grupos de base) no processo do programa ou projeto. Nesse sentido, a avaliação deve ser entendida como um processo de auto-avaliação permanente dos que estão envolvidos na execução.

O risco e os benefícios do programa recaem fundamentalmente nos grupos de base. Eles são, portanto, o ponto de referência de todo o processo de avaliação e é neles que os outros elementos da cadeia de solidariedade adquirem sua razão de ser. Além disso, insistimos em que, visto a libertação não ser um conceito e sim uma prática, que se realiza na atividade cotidiana dos gestores, é necessário que esta experiência de base permita a retroalimentação da cadeia de solidariedade, tanto no que se refere a um enriquecimento do compromisso através da comunicação de experiências como também a possível transferência de contribuições e/ou possíveis retificações na marcha dos projetos. Finalmente, queremos indicar que o conceito de avaliação que usamos engloba todas as instituições, Igrejas e grupos que se vinculam à cadeia. Neste sentido, pois, todos devem ser sujeitos da avaliação.

Pré-condições para a avaliação

A avaliação, pelo que já foi dito, tenta implementar um estilo de trabalho que conjugue o compromisso com a experiência, pois o primeiro, apesar de ser fundamental, termina por desvirtuar-se, sem a segunda. Por isso, todo plano de trabalho necessita de uma formação prévia a respeito do conteúdo da auto-avaliação.

Todo projeto necessita de um plano de formação de todas as pessoas que de alguma maneira operativizam o processo de trabalho, quer dizer, de um plano de formação permanente dos executores do projeto.

Dado o contexto ecumênico, é necessário o confronto permanente entre as Igrejas ou grupos intermediários da área em suas análises da realidade e na auto-avaliação do desenvolvimento de seus projetos, com o objetivo tanto de confirmar o próprio trabalho como de corrigi-lo caso seja necessário, possibilitando a longo prazo a vinculação futura nas ações do conjunto.

Linhas orientadoras

- O que indicamos abaixo tem um caráter meramente orientador, não normativo.
- Dada a grande variedade de projetos, as orientações têm um caráter geral.
- Nestas recomendações não consideramos as situações de emergência.



A procissão.

CMI e ou Agência(s) Financeira(s)

Como administrador de recursos limitados, comparados com as necessidades, o CMI deve adotar critérios de aceitação e apoio a projetos. Seus critérios concretos não podem ser definidos a priori. Surgirão de um diagnóstico permanente e dinâmico da situação concreta e das possibilidades reais que oferece o agente local, submetido a essa situação concreta, para transformá-la. Com tudo isso, por fidelidade à opção tomada, deve levar em conta para apoiar projetos:

- a vinculação do projeto frente ao processo geral que o país vive: relação entre o marco nacional do projeto e sua proposta ("qualidade do projeto");
- a qualidade do grupo intermediário, quer dizer, seu grau de compromisso com os setores populares e sua capacidade de execução, entendida tanto na prática reconhecida que leva a cabo, como no que tem a ver com seus objetivos, infra-estrutura de pessoal que possui (consistência interna do grupo), etc.
- a análise da realidade que o grupo realiza explícita ou implicitamente: que corresponda às colocações e exigências dos setores populares.
- a oportunidade que o projeto oferece para abrir novas formas de expressão popular, nos aspectos organizatórios, culturais e outros.
- o apoio de grupos reconhecidos por seu compromisso com a causa dos pobres, que avalizem a experiência ou o projeto.

As Igrejas ou grupos intermediários

a) Na sua relação com os grupos de base

As relações de Igrejas/grupos intermediários com os grupos de base exigem, para serem conseqüentes com o processo de libertação ao qual se vinculam, que seus programas sejam uma expressão de:

- que a base se envolva no esboço, administração, execução e avaliação do projeto com o propósito de que seja o verdadeiro protagonista do processo que se quer induzir através do projeto ou programa, com a possibilidade de implementar as ênfases ou correções que forem aparecendo, como necessárias, na medida em que o projeto ou programa seja executado;

- que o projeto ou programa, ainda que seja de curto prazo, se vincule com o processo geral de organização do povo, o que implica numa análise permanente da realidade.

b) Em relação com o CMI e a agência financeira

No contexto de corresponsabilidade indicada, a mútua colaboração implica em que a Igreja e os grupos intermediários:

- representem os interesses dos grupos de base perante o CMI e/ou perante a agência doadora;
- retroalimentem com sua experiência a solidariedade, participando do processo em que se desenvolve o projeto ou programa;
- informe periodicamente das atividades realizadas e do uso dos recursos.

Política geral de avaliação dos projetos

O processo de auto-avaliação a que nos referimos exige que a realização do projeto ou programa se refira ao contexto nacional. Concretamente sugerimos os seguintes aspectos que devem ser levados em consideração:

- o grau de integração do programa/projeto com a pastoral popular e suas expressões eclesiais;
- a referência implícita ou explícita aos setores populares;
- o tipo de mobilização que realiza;
- a educação e compreensão da realidade que possibilita nos grupos de base;
- sua influência sobre o âmbito que está para além dos beneficiários diretos do projeto;
- sua capacidade de produzir quadros e dirigentes próprios;
- a recuperação do perfil cultural do povo;
- o testemunho de "testemunhas qualificadas" — quer dizer, aqueles que oferecem apreciação a partir da organização do povo, do estágio em que se encontra.

Neste contexto devem-se estabelecer os elementos mais concretos da avaliação. Eles são:

- o cumprimento dos objetivos indicados no programa/projeto;
- a metodologia utilizada;
- o que pode ser aprendido da experiência realizada, que possa ajudar outros grupos?
- o que deve ser corrigido?
- o que é que justifica — no caso de solicitada — a renovação e ajuda financeira para uma nova proposta?

Avaliadores

Com o objetivo de transferir a experiência e de possibilitar a transparência na co-responsabilidade, sugere-se, para a última etapa da avaliação, a integração de uma equipe formada com representação direta da base, representação de agentes intermediários e/ou Igrejas e pessoas da área (representantes do CMI e/ou agência) com a capacidade de conferir essa experiência. Os representantes diretos do grupo que se avalia, dentro da equipe que tem a seu cargo essa responsabilidade, garantem um grau de participação adequado para cumprir essa tarefa, ao mesmo tempo em que evita a confusão que surge muitas vezes entre avaliação e "inspeção".

Introdução

Tomando como referência as experiências dos membros participantes na Consulta — entre os quais o principal componente é a prática evangelizadora — fomos reunindo uma série de elementos convergentes a respeito do que entendemos ser a Educação Popular; os processos pelos quais ela é praticada; seus objetivos e as condições objetivas e subjetivas necessárias para realizá-las.

Neste contexto, situamos a formação de quadros e a comunicação como aspectos do mesmo processo de educação popular.

Finalmente obtivemos algumas propostas concretas que apresentamos como critérios que devem ser levados em consideração pelas Igrejas.

O que chamamos de Educação Popular

- A Educação Popular responde a necessidades do processo de libertação do povo. Realiza-se através de práticas que acompanham esse processo; sempre em tensão com os valores e a ideologia que o sistema dominante impõe através de seus diversos canais.
- Reconhecemos que a prática da educação popular, como tal, precede, acompanha ou abre novos horizontes a outras práticas do mesmo processo de libertação, dependendo da situação na qual é aplicada.
- O destinatário prioritário da educação popular é a massa dos oprimidos em seu processo de transformação em povo organizado, sujeito da libertação.
- Dada esta prioridade, nos casos concretos, observamos que predominou uma prática educativa, com uma notória tendência à formação de quadros, entendidos como líderes populares, o que de certo modo contradiz a prioridade indicada acima. O mesmo aconteceu em relação à formação de agentes pastorais.
- A preocupação e a realização da educação popular foi assumida, muitas vezes, por setores da classe média, em seu esforço para se aproximarem dos oprimidos, a partir de uma opção. Valorizamos este esforço e acreditamos que essa contribuição é necessária — sobretudo em situações onde a opressão é muito forte — mas afirmamos que é preciso que seja o próprio povo quem vá assumindo e conduzindo o processo de sua própria educação. Desta maneira, o próprio povo vai recuperando sua capacidade de ser sujeito construtor de seu próprio destino: o que lhe foi historicamente roubado.
- O processo educativo implica em condições e tarefas.

Condições

Sem pretender oferecer uma lista exaustiva das mesmas, assinalamos as seguintes:

- Ruptura dos modelos e esquemas estabelecidos de educação, e dos valores e idéias interiorizados.
- Aproveitar as fissuras do sistema e conquistar novos espaços para a educação popular. Realiza-se dentro de uma prática ativa de libertação.
- Partir de necessidades sentidas como reais, e daí ir descobrindo as necessidades objetivas da classe.
- Ir integrando todas as dimensões humanas. Levar em consideração a dimensão de fé dos setores populares aos quais se dirige a educação popular.

Tarefas da Educação Popular (também sem pretender dar uma lista exaustiva).

- O desbloqueio ideológico e teológico a todos os níveis.
- A recuperação da memória histórica do povo.
- Reapropriação do Evangelho pelo povo.
- A análise da realidade e a manipulação das mediações necessárias para esta análise; colocar ao alcance dos setores populares os instrumentos necessários para fazer esta análise.
- A educação política.
- A direção de seus próprios projetos.
- O uso de instrumentos técnicos para melhorar sua qualidade de vida.

Os Objetivos da Educação Popular

O objetivo estratégico da Educação Popular é o mesmo que o do processo de libertação: que o Povo tenha a capacidade (poder) nos campos econômico, político, ideológico, religioso, para que seja autenticamente o sujeito da História. Isso implica no desenvolvimento da organização popular em todos esses campos.

Algumas mediações

- Um dos elementos a considerar na maneira de levar a cabo a educação popular é a distinção de níveis na qual ela se realiza.
- A Educação Popular tem que realizar-se em níveis distintos: na base, em quadros intermediários e médios. Entendemos "quadros" como dirigentes populares que surgem de práticas nas diferentes instâncias de organização sendo reconhecidos como tais pelos setores populares onde surgiram e trabalham.
- A formação de agentes evangelizadores merece uma atenção especial. Deve situar-se no contexto das opções anteriores e estar a serviço das exigências da educação popular.
- A formação de agentes de pastoral, preocupação predominante das Igrejas, é diferente das anteriores, e deve ser repensada em função do processo de educação popular. Em outras palavras, toda esta formação deve estar sujeita às condições e ao serviço da educação popular e não a educação popular a serviço das Igrejas.

A Comunicação

O processo de educação popular é também um processo de comunicação entre os diversos níveis e setores do povo. O uso dos meios técnicos de comunicação faz parte dos instrumentos úteis à educação popular; mas é preciso que não se crie dependência deles, evitando impor ou violentar a cultura de seus destinatários com padrões culturais estranhos às tradições populares.

A troca de experiências locais, regionais e internacionais fortalece a consciência de um projeto solidário e comum, e permite sistematizar as próprias experiências.

Propostas concretas

- Conseqüentemente todo projeto de desenvolvimento em qualquer campo, deve ser formulado com o objetivo da educação popular. A eficácia do projeto no campo da educação popular deve ser levada em boa conta no momento de avaliá-lo.
- Que as Igrejas ampliem sua abertura, oferecendo seus próprios espaços para que neles se desenvolva o processo de organização e de educação

popular, especialmente frente a esta diminuição progressiva de outros espaços sociais e políticos na América Latina. Sem que espere por isso outra recompensa, além da de ser evangelizada pelo próprio povo.

- Intercambiar os materiais de educação popular que se usam nas experiências locais, entre os diversos grupos.
- Dar apoio aos setores populares para que busquem e criem seus próprios meios de comunicação: imprensa popular, dramatizações e outras expressões da cultura popular.
- Facilitar a realização de encontros de base, de quadros de base, etc; assim como a criação de redes de comunicação em todos os níveis.

GRUPO VII

DESENVOLVIMENTO E SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS: IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Todo ser humano tem direito ao atendimento de uma série de necessidades básicas, tais como alimentação, saúde, moradia, educação, vestuário, segurança social e trabalho. Satisfazer estas necessidades é tarefa do Estado; no entanto, na maioria dos países latino-americanos o Estado não cumpre seu dever em relação a essas necessidades. O fato de que os grupos e classes dominantes desses países estejam contra os projetos e aspirações populares leva a que o Estado se omita no cumprimento dessas obrigações. No entanto, afirma-se que todo Estado deve garantir que todos os membros da sociedade possam ter níveis de vida dignos.

A satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade exige a participação dos mesmos no processo de tomada de decisões sobre os recursos necessários para cobrir essas necessidades e a forma de distribuição e utilização dos mesmos. No contexto latino-americano, é importante enfatizar que o trabalho e a segurança social constituem o fundamento de uma vida humana digna. Infelizmente, os sistemas de dominação que prevalecem em muitos países latino-americanos são um obstáculo para a efetivação da participação comunitária na solução dos problemas inerentes ao desenvolvimento. Os modelos que se encaminham a partir desses centros de dominação não ajudam a solucionar o problema do desemprego nem o da assistência social; tendem a marginalizar os setores menos favorecidos e a pobreza crescente transforma-se numa constante social. Ao mesmo tempo, tendem também a acumular riquezas e propriedade dos meios de produção: não há distribuição do poder, e sim concentração do mesmo nas mãos de minorias dirigentes.

Se a necessidade do desenvolvimento é vista como a necessidade de um processo pelo qual se satisfazem as necessidades básicas da população, especialmente as dos mais pobres, pode-se observar, em primeiro lugar, que no setor rural estão as maiores necessidades. Um dos aspectos determinantes que o caracterizam é o sistema vigente na maior parte da América Latina, caracterizado pela posse da terra. Observa-se uma grande concentração de terras nas mãos de poucos (latifúndio), por um lado; enquanto que, por outro lado, elas estão subdivididas nas mãos de muitos (minifúndio). Ambas formas de produção são antieconômicas. O processo de concentração da propriedade da terra acelerou-se na última década em função da expansão de novas formas do capitalismo agrário, entre as quais é importante mencionar a penetração da agroindústria multinacional.

Estas estruturas determinam migrações de grandes setores da população rural para as cidades. Não se trata, principalmente, de uma atração exercida pelo crescimento industrial das grandes cidades, e sim da impossibilidade de vastos contingentes de trabalhadores rurais de permanecer no campo, de onde são constantemente expulsos. Outros fatores que contribuem para a migração dos trabalhadores rurais são: o avanço do capitalismo no campo, destruindo modos de produção tradicionais das comunidades camponesas; uma ausência clara de incentivos para a promoção da produção rural cooperativa; ao mesmo tempo que o sistema de créditos favorece especialmente aos grandes



"Continuaremos..."

proprietários, criando assim as condições para que os camponeses médios e pequenos vejam-se obrigados a vender suas terras, que são compradas e acumuladas pelos grandes proprietários, principalmente pelo capital multinacional que está invadindo massivamente a América Latina. Ante esta situação consideramos que é extremamente importante:

1. Que o campesinato tenha acesso à terra para trabalhá-la. Isto exige das Igrejas que ponham em marcha formas de solidariedade com os pobres da sociedade rural, com o objetivo de obter reformas agrárias que sejam válidas para o campesinato latino-americano. É importante notar, nesse sentido, que durante as últimas décadas várias "reformas agrárias" foram decretadas na América Latina. Apesar das mesmas terem promovido uma certa distribuição de terras entre os camponeses, na medida em que não afetaram outros setores da economia rural (por exemplo, o setor creditício, o de importações/exportações, o comércio de sementes e fertilizantes) não puderam promover um desenvolvimento social adequado do mundo rural latino-americano. Neste sentido, fica claro que, para uma reforma agrária ter bons resultados, deve ir além da distribuição da propriedade da terra; deve procurar, portanto, uma verdadeira socialização da economia, dando especial atenção às formas de controle das atividades do capital multinacional.

A experiência dos povos latino-americanos permite mostrar que, para chegar a estes objetivos, é imprescindível a organização dos setores rurais. Em relação a isso deve ser notado que o importante não é "organizar as bases" de fora para dentro, e sim apoiar a capacidade de organização delas. Neste sentido é necessário que as Igrejas explorem formas através das quais possam expressar seu apoio solidário aos índios e camponeses. Entre essas formas, destacamos especialmente a de "uma pastoral rural" que procure justiça e satisfação das reivindicações dos camponeses.

2. Parece necessário também chamar a atenção sobre novos processos que afetam negativamente o desenvolvimento rural latino-americano e a satisfação das necessidades básicas da população, especialmente sua alimentação básica. Referimo-nos à tendência, que se acentuou ultimamente, de utilizar vastas superfícies de terra para a produção de culturas destinadas a gerar energia, por meio de processamentos químicos. Apesar de que essas práticas ajudam a diminuir as carências do setor energético, ao mesmo tempo produzem uma diminuição da produção de alimentos básicos, o que está acelerando os deficits de nutrição nos setores mais pobres da população latino-americana. O problema que se coloca é claro: qual é a prioridade? bem-estar social ou produção maior? Quem vale mais: os seres humanos ou as máquinas? Para as Igrejas a opção é clara: são os pobres que herdarão o Reino. Deve-se fazer justiça a eles.

À sombra do lenho, a celebração.



3. Para fortalecer a posição dos camponeses parece ser necessário dispor de créditos comunitários para a produção, em condições que não criem dependência, nem fomentem o individualismo. Devem ser um instrumento pedagógico útil para o fortalecimento da organização camponesa. Neste contexto particular, se se analisam os processos de colonização que se realizaram em vários países, pode-se observar que geralmente chegaram a ser válvulas de escape para a pressão que o sistema de dominação impôs sobre os setores camponeses, desmobilizando-os e fomentando sua desunião. Ao mesmo tempo, graças à criação de uma infra-estrutura apropriada (estradas, colonização, etc) esses processos abriram as portas para a penetração do campo pelo capital internacional.

4. Isto leva-nos a considerar a necessidade de diminuir a dependência interna e externa dos setores camponeses. No plano da dependência internacional constata-se uma crescente utilização das terras que tradicionalmente destinavam-se à produção de alimentos para o mercado interno, para a produção de bens exportáveis, o que prejudica a alimentação dos setores populares. Esta tendência fica reforçada pelo processo de deterioração dos termos do intercâmbio internacional, que leva a uma ampliação das superfícies agrícolas dedicadas à produção para exportação, necessária para manter o ingresso de divisas. Resulta também em possibilidades menores de produção de alimentos básicos de consumo popular.

5. Chamamos a atenção também para a adoção de tecnologias que criam dependência. Contra esta tendência, devemos contrapor:

- a) organizações comunitárias capazes de apropriar-se da tecnologia que é aplicada na produção rural;
- b) organizações cooperativas que sejam ativas, tanto a nível da produção quanto da comercialização, incidindo assim sobre o plano no qual as companhias multinacionais têm adquirido maior poder e controle;
- c) aplicação de tecnologias orientadas à criação de mais empregos, baseadas no saber acumulado pelas experiências dos camponeses adaptadas ao meio e de mão-de-obra intensiva.

6. Intimamente ligados aos problemas de posse da terra, produção de alimentos, tecnologias para sua obtenção e comercialização, estão os problemas de saúde. Neste sentido é importante aderir à posição da Organização Mundial da Saúde (OMS) da ONU, assumida pela Comissão Médica Cristã do CMI, de que a saúde não é apenas a ausência da doença, e sim um conjunto de bem-estar social estreitamente relacionado com a satisfação das necessidades alimentares, o que por sua vez implica na plena participação da comunidade no estabelecimento de um meio de vida sadio. Enfatizamos que os programas de desenvolvimento rural devem integrar os aspectos econômicos com os médicos e os sócio-culturais, dirigidos fundamentalmente para a promoção humana. Esta se traduz por formas de produção autogeridas, que por sua vez geram autoconfiança, criando-se durante as condições para uma participação real dos setores populares no processo de transformação no qual estão inseridos.

7. Isto exige que seja dada a prioridade à formação de quadros (agentes de pastoral) capazes de fazer funcionar programas de desenvolvimento integrado em termos concretos. A formação desses quadros deve tender à conscientização, à motivação para a luta pela justiça, e à capacitação técnica. Esses quadros são convocados à reflexão permanente, com os setores com os quais trabalham, sobre as ações que realizam. Parece ser um aspecto extremamente importante para as Igrejas que elas descubram sua responsabilidade neste terreno da formação de quadros.

Concluindo: Como a Igreja participa no processo de desenvolvimento que tende a satisfazer as necessidades básicas do ser humano, para o qual é tão importante o problema da sociedade rural? Indicamos apenas alguns enfoques de problemas e direções analíticas. É evidente que as Igrejas não podem resolver todos os problemas inseridos nesta situação complexa. No

entanto, o papel da Igreja parece ser importantíssimo. Trata-se de oferecer um testemunho, um sinal: a partir de uma releitura do Evangelho, na perspectiva dos pobres, que permite enfrentar a ideologia dominante, a Igreja é chamada a criar exemplos paradigmáticos, multiplicadores — sinais verdadeiros do Reino de Deus — que permitirão o estabelecimento de bases para uma participação real e maior dos pobres e oprimidos, na condução de seu próprio destino histórico. Quando o povo reivindica e desenvolve seus direitos, suas necessidades então são satisfeitas.

GRUPO VIII

SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Antecedentes introdutórios

A ação evangélica das Igrejas não pode permanecer isolada nem indiferente à militância social do cristianismo, nem à atividade ecumênica dos crentes (Lc 4.16-21). Portanto, os programas e projetos de emergência estarão sempre orientados para os pobres e desprotegidos, que são os mais afetados e sofredores.

As últimas décadas latino-americanas foram afetadas por dois tipos de emergência:

- a) desastres naturais (terremoto, furacões, inundações, secas etc). A Igreja viu-se assim desafiada a responder com projetos de ajuda, recuperação e desenvolvimento;
- b) situações de injustiça no campo econômico e trabalhista, que geraram greves e protestos, os quais por sua vez provocaram reações de repressão violenta por parte do poder dominante, reações essas, que em alguns países, atingiram proporções muito graves.

A resposta das Igrejas a estas formas de emergência fez surgirem grupos, instituições organizadas que iam respondendo às necessidades e exigências de forma mais ou menos coerente e eficiente, de acordo com seus recursos, possibilidades e capacidade de compreensão, resposta e compromisso. É interessante notar que os afetados por estas situações buscavam naturalmente as Igrejas, pedindo apoio e socorro.

Nos últimos anos multiplicaram-se os casos de necessidades graves e urgentes, provocadas pela força policial e militar de governos repressivos e autoritários. Daí a necessidade imperiosa de atender e socorrer refugiados, presos políticos, famílias de presos ou detidos-desaparecidos e violações de direitos humanos, entre outros casos.

Crítérios gerais ante qualquer tipo de emergência

- Promover programas de assistência e desenvolvimento a partir e através de grupos e organismos ecumênicos, evitando a distorção de propósitos e recursos.
- Todo programa de emergência tem inevitavelmente aspectos de solução imediata e de assistência, mas deve-se também ir orientando, desde o início, para a organização popular e para ações renovadoras e libertadoras.
- Não esperar que a emergência nos surpreenda, e sim ir atuando preventivamente na organização de equipes e recursos capazes de atuar, mobilizando as reservas de solidariedade e ação comunitária do povo.
- Respeitar sempre e em todos os sentidos as pessoas afetadas, não assumindo atitudes paternalistas nem criando dependências.
- Promover a organização e a canalização de esforços das pessoas na ajuda mútua e no aprendizado, para enfrentar comunitariamente as situações de emergência.

- Quanto às agências internacionais ou nacionais que proporcionam recursos para enfrentar programas de emergência, estes devem canalizar-se também por vias ecumênicas.

Formas de ação ante diversos tipos de emergência

a) Casos de desastres naturais

Considera-se que a principal responsabilidade diante de tais situações cabe ao Estado. O papel das Igrejas e grupos ecumênicos deverá ser:

- influenciar, pedir e exigir que as ajudas e recursos que chegam vão realmente aos destinatários e não sejam desviadas para outros fins, e denunciar os casos em que isso aconteça;
- informar devidamente aos interessados e colaborar no trabalho de reconstrução nacional.

b) Frente a emergências de caráter político ou econômico:

- a Igreja deverá manter sua independência frente ao Estado;
- cuidar para que as soluções surgidas não vão contra uma perspectiva libertadora;
- quando surgem governos populares, garantir que a ação leve em consideração as orientações da planificação geral do Governo;
- em situações de repressão, estar atentos para responder, fortalecendo os setores populares e exercendo uma pastoral de solidariedade e conforto para com as vítimas da repressão.



D. Tomás Balduino celebra a Missa do Colono sem Terra.

Recomendações

- Que o CMI mantenha e reforce sua prática de uma presença imediata nas situações de emergência e que, em conjunto com as Igrejas, crie os mecanismos necessários a fim de partilhar experiências de trabalho e solidariedade concreta e prática frente a situações de emergência, sobretudo aquelas que afetam as maiorias do povo.
- Que o CMI e as Igrejas mantenham permanentemente prontos os recursos materiais e humanos para acudir imediatamente a situações de emergência, prioritariamente nos casos de reconstrução nacional e violação de direitos humanos entre nossos povos.

- Conhecer os organismos que existem e fornecem ajuda e recursos em emergências políticas: ACNUR, Cruz Vermelha Internacional, Anistia Internacional, Assembléias ou comissões permanentes de Direitos Humanos, CLAI (em formação), e movimentos ecumênicos eclesiais.
- Pressionar os organismos internacionais, Nações Unidas e organismos dependentes (ACNUR, Cruz Vermelha Internacional) para que cumpram seus objetivos dentro do espírito para os quais foram criados. Evitar a duplicidade de esforços com eles.
- Que a Agência de Direitos Humanos para a América Latina (HRROLA) reúna as diversas expressões e tendências da Pastoral Popular que surgem na América Latina relacionadas com a Solidariedade e Consolação e as reparta com as Igrejas.
- Estimular e apoiar os organismos ecumênicos apropriados, para que junto com HRROLA do CMI estabeleçam uma instância de coordenação de organizações ecumênicas envolvidas na luta pelo respeito aos direitos humanos.
- Apoiar as organizações populares que participam em movimentos de resistência e busca de uma justiça libertadora.
- Que, ao participar em situações de emergência, tenha clareza ao observar as causas e não apenas os efeitos da emergência, para não agir funcionalmente frente aos sistemas de repressão.
- Proporcionar informação imediata e um chamamento às Igrejas e países que possam, de onde seja possível e conhecendo a verdade dos fatos, atuar solidariamente.
- Releitura dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva do movimento popular e de libertação, levando em consideração o conjunto de direitos sociais que o povo tem. Desenvolver permanentemente nas comunidades e nos planos de formação uma educação sistemática a esse respeito.

